

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL: a ação do CNPq**

Eleni Roberta da Silva

Orientadora: Maria Carlota de Souza-Paula

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, dezembro/2013

Silva, Eleni Roberta da
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL: a ação do CNPq / Eleni Roberta da Silva.
Brasília, 2013.
153 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, Brasília.

1. Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade. 2. Desenvolvimento Social. 3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). I. Universidade de Brasília. CDS.
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Eleni Roberta da Silva

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL: a ação do CNPq**

Eleni Roberta da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, opção profissional.

Aprovado por:

Maria Carlota de Souza Paula, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Orientadora)

Isabel Teresa Gama Alves, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Celina Roitman, Doutora (Fundação Oswaldo Cruz)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 18 dezembro de 2013

À minha mãe, Shirley, ao meu irmão, Maicon
e ao meu querido, Raphael.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, que proporcionou essa etapa fundamental da minha formação.

Ao meu chefe, Edilson Santana, pelo apoio incondicional. À minha Coordenadora, Soraia, pela compreensão e ao Coordenador Geral, Horta.

À minha orientadora, Carlota, simplesmente imprescindível nesse processo.

À professora Isabel e ao amigo Genismares, por ter nos acompanhado por todo o percurso.

Aos meus amigos de turma mais que queridos: Zanela; Fábio; Jorge; Jura; Leonara; Léo; Marcão; Paulo; Guanabara; Rudinha; Vânia.

À minha companheira de estudos, Berna, pela ajuda nos momentos em que o raciocínio já estava comprometido, e pela agradável companhia pelas horas sem fim na biblioteca.

À amiga Gisele, por compartilhar conselhos que me retomavam a sobriedade.

À professora Lilian, pela essencial e carinhosa ajuda na revisão da língua portuguesa de todo o material produzido.

O grande desafio é indicar o papel da ciência para moldar um mundo melhor, reduzindo desigualdades regionais.

Jacob Palis

RESUMO

Nesta dissertação, foi analisada a interação entre a política de desenvolvimento social e a política de ciência, tecnologia e inovação, em especial na ação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 1995 a 2012. Para compreender as formas de atuação desse Conselho e suas abordagens referentes à dimensão social, uma primeira parte deste trabalho abordou rapidamente etapas anteriores a esse período, desde a criação do CNPq. A opção de focalizar esta análise a partir de 1995 teve sua justificativa na crescente preocupação com a dimensão social e o estabelecimento do desenvolvimento social como uma das vertentes centrais da macropolítica no Brasil. Nessa perspectiva, evidenciou-se que o CNPq tem executado, desde sua criação, ações relacionadas ao social. Além da análise da dimensão social na atuação do CNPq em uma perspectiva histórica, para o período mais recente, foi realizado um levantamento dos editais lançados por esse Conselho mais diretamente voltados para o aspecto social. A análise desses editais centrou-se nas parcerias e nas temáticas por eles priorizadas. Os dados demonstraram que os editais que se enquadram na dimensão social têm maior frequência nas temáticas “popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência” e “tecnologia social / extensão tecnológica”. Por sua vez, os parceiros mais frequentes nessa iniciativa foram MEC, MDA, SECIS, PR e MDS. A abordagem conceitual e teórica foi centrada no conceito de desenvolvimento social, no fortalecimento dos direitos sociais pós Constituição Federal de 1988 e a interação entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade. Pode-se observar que o CNPq tem ampliado sua atuação em busca da aproximação entre ciência e sociedade com propósito de gerar benefício social.

Palavras-chave: Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade, Desenvolvimento Social; Direitos Sociais; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

ABSTRACT

This study analyses the interaction between social development policy and science, technology and innovation policy, especially in the action of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) for the period 1995-2012. In order to understand the ways of working of CNPq and their approaches regarding a social dimension of its actions, a first part of this work concerns a brief approach about previous stages of this period since the creation of CNPq. The choice of focusing this analyse from 1995 is due to the growing interest in social concerns and the establishment of social development as a relevant thrust of macro policy in Brazil. In this way, it was identified that CNPq has executed actions in social dimension since its creation. Besides the analysis of the performance of CNPq concerning the social dimension through a historical perspective, this study also realized a research concerning public calls launched by this Council which objects were directly focused on social aspects. The analysis of the public calls was carried out concerning the partners of CNPq and the thematic area concentration. The data show that the public calls concerning a social dimension were related to "popularization and dissemination of STI and improving the teaching of science" and "social technology / technological extension" thematics in most of the cases analysed. In this turn, the most frequent partners of CNPq in this effort were MEC, MDA, SECIS, PR and MDS. The conceptual and theoretical approach were about the concept of social development, strengthening social rights after the Brazilian Federal Constitution of 1988 and the interaction among science, technology, innovation and society. It is possible to observe that the CNPq has expanded its actions in approaching science and society for the purpose of social benefit.

Key words: Science, Technology, Innovation and Society; Social Development; Social Rights; National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

LISTA DE SIGLAS

ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
APL – Arranjo Produtivo Local
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T – Ciência e Tecnologia
C&T&I&S – Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCT – Conselho Científico e Tecnológico
CNCTI - Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq – Conselho Nacional Científico e Tecnológico
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade
CVT – Centro Vocacional Tecnológico
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDF – Governo do Distrito Federal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MA - Ministério da Agricultura
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCidades - Ministérios das Cidades
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEA - Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica
NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação
OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática em Escolas Públicas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACTI - Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação
PAC - Urbanização de Assentamentos Precários
PADCT - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PBDCT - Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PCDT - Programa de Competitividade e Difusão Tecnológica
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDCT/NE - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste
PDF - Portable Document Format
PDSTR - Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro
Pide - Programa Integrado de Doenças Endêmicas
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PND-RN - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA – Plano Plurianual
PR - Presidência da República
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROSAB - Programa Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saneamento Básico
PROUCA - Programa Um Computador Por Aluno
PSA – Pagamento de Serviços Ambientais
PTA - Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas
PTTA - Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural
PTU - Programa do Trópico Úmido
RTS – Rede de Tecnologia Social
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECIS - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SEED - Secretaria de Educação a Distância
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
SNDCT - Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUS - Sistema Único de Saúde
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2000-2003.....	65
Quadro 2 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2004-2000.....	68
Quadro 3 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2008-2011.....	71
Quadro 4 – Relação dos parceiros do CNPq.....	75
Quadro 5 – Editais/Chamadas Públicas: objetos apoiados pelo CNPq e parceiros.....	79
Quadro 6 – Agrupamento dos editais/chamadas públicas por tema.....	87
Quadro 7 – Relação dos editais/chamadas públicas com identificação dos temas e parceiros.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de edital/chamada publicas lançados de 2004 a 2013.....	74
Tabela 2 – Quantitativo dos temas de acordo com cada edital/chamada pública.....	90
Tabela 3 – Temas praticados pelos parceiros mais frequentes do CNPq (2004-2013).....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção dos editais/chamadas públicas pelo CNPq e por parceiros.....	85
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de editais/chamadas publicadas relacionados ao tema desenvolvimento social no período de 2005 a 2013.....	75
Gráfico 2 – Proporção de editais/chamadas públicas relacionadas ao desenvolvimento social por tema.....	91
Gráfico 3 - Estimativa de recursos financeiros previstos nos editais/chamadas públicas de 2004 a 2013.....	95
Gráfico 4 – Estimativa de recursos financeiros previstos nos editais/chamadas públicas de 2004 a 2013 por tema.....	96

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO	16
1 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	22
1.1 O CONCEITO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	22
1.2 CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL: ANTECEDENTES E PERÍODO IMEDIATAMENTE POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL.....	24
1.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E SOCIEDADE.....	27
2 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA MACROPOLÍTICA E NA POLÍTICA DE CT&I NO BRASIL	32
2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ANTECEDENTES.....	33
2.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE CT&I E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO 1995-2002.....	41
2.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE CT&I E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DE 2003.....	47
3 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA AÇÃO DO CNPq	52
3.1 O CNPQ E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	52
3.2 A AÇÃO RECENTE DO CNPq E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO UM DOS VETORES DA POLÍTICA DE CT&I: EDITAIS LANÇADOS DE 2004 A 2013.....	72
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS	103
APÊNDICES	109

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a interação entre a política de desenvolvimento social e a política de ciência, tecnologia e inovação, em especial na ação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 1995 a 2012.

No âmbito desta dissertação, o conceito de desenvolvimento social parte de uma concepção integral e multidimensional e de uma ótica sistêmica, pois não ocorre abstrata e isoladamente, mas envolve outras dimensões como a econômica, a cultural e a ambiental.

No Brasil, o desenvolvimento social vem se fortalecendo como uma das dimensões da macropolítica, de modo particular a partir da segunda metade da década de 80, quando se deu a Constituinte e, em 1988, foi lançada a nova Constituição Federal. Nesse sentido, essa década, apesar de ter sido um período de fortes crises, também representou um período de avanços políticos e sociais, o que lhe valeu o título de “década da redemocratização”. Houve foco nos direitos sociais, devido à mobilização da sociedade, que rompeu com o regime autoritário do governo militar antecedente, em um movimento que culminou com a promulgação da Constituição, também chamada de Constituição Cidadã, por abarcar novas categorias-chave norteadoras de um novo padrão de política social (PEREIRA, 2000).

A partir de então, assim como as políticas sociais vão alcançando maior destaque no cenário nacional no decorrer dos governos democráticos, também foram se adensando as discussões sobre o papel da ciência e tecnologia para a redução das desigualdades.

Em âmbito internacional, da Conferência Mundial sobre a Ciência, realizada em 1999 em Budapeste, resultou a Declaração sobre Ciências e a Utilização do Conhecimento Científico¹ – Declaração de Budapeste –, reflexo da relevância do papel da ciência e tecnologia na sociedade. De acordo com esse documento, resultado das reflexões sobre o papel da ciência no século XXI, a ciência e a tecnologia deveriam contribuir para:

- a melhoria da qualidade de vida da população;
- o aumento do nível educacional e cultural da população;
- a promoção de um cuidado verdadeiro para com o meio ambiente e os recursos naturais;
- a criação de mais oportunidades de emprego e de maior qualificação dos recursos

¹ A versão em português da Declaração sobre a Ciência e a Utilização do Conhecimento Científico, resultado da Conferência Mundial sobre a Ciência, realizada em Budapeste em 1999, foi publicada junto da versão em português da Declaração de Santo Domingo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura na obra intitulada A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação—Brasília: UNESCO, ABIPTI, 2003.

humanos;

- o aumento da competitividade econômica e a redução dos desequilíbrios regionais.

O delineamento dessas contribuições indica o grande potencial da ciência e tecnologia como ferramenta de combate à pobreza e à exclusão social. Nessa concepção, de acordo com o referido documento, a ciência deve estabelecer um novo contrato com a sociedade, alicerçado nas seguintes bases:

- erradicação da pobreza;
- harmonia com a natureza;
- desenvolvimento sustentável.

Em 2002, no Brasil, foi criada a Secretaria de Inclusão Social no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com o objetivo de articular políticas que viabilizassem o desenvolvimento econômico, social e regional e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano.

Em 2005, na 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, um dos grandes temas foi “Inclusão Social: como usar CT&I para promover a inclusão social? Políticas Públicas.” Um exemplo de debate que reconhece a CT&I como uma das estratégias de desenvolvimento com redução da desigualdade e promoção da inclusão social.

Mais de uma década depois da realização da Conferência Mundial sobre a Ciência, foi realizado o Fórum Mundial de Ciência 2013, com foco na “Ciência para o desenvolvimento sustentável global”. O propósito do evento foi promover o diálogo entre diferentes atores - cientistas, governantes, líderes culturais e da indústria, entre outros -, para pensarem juntos a constituição de sociedades inclusivas e sustentáveis (PALIS, 2013). De acordo com esse autor, o grande desafio é indicar o papel da ciência para a construção de um mundo melhor, com redução das desigualdades regionais.

Essas discussões sinalizam o fortalecimento do debate e das ações sobre o aspecto social da ciência, e contribuem para consolidar a concepção da ciência como uma “fonte de oportunidade estratégica”, que busca integrar a oferta e a demanda por produção de conhecimento com foco na política de inovação; como também fazem avançar a construção da concepção da ciência “para o bem da sociedade”, cujo foco é a política de bem-estar (VELHO, 2011, p. 135).

Essas duas concepções de ciência apresentam também como característica o envolvimento de um crescente e diversificado número de atores, assim como intensificam a interação entre Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (C&T&I&S), interação que tem mostrado crescimento nas ações de ciência e tecnologia para a promoção do

desenvolvimento social analisadas nesta dissertação.

Para alcançar o objetivo proposto por esta dissertação, buscou-se responder às seguintes questões:

- (i) qual o papel da CT&I para o desenvolvimento social?
- (ii) como, ao longo do tempo, em uma perspectiva histórica, o desenvolvimento social tem sido considerado nas políticas brasileiras de CT&I?

Para identificar a abordagem do CNPq sobre a temática desenvolvimento social, o trabalho foi orientado pelas seguintes indagações:

- (i) como a ênfase no desenvolvimento social, observada na política brasileira pós-90, tem-se refletido na agenda política do CNPq?
- (ii) como evidenciar, entre os vetores da política de CT&I do CNPq, nos anos recentes, a evolução das ações orientadas para a promoção do desenvolvimento social do país?
- (iii) como o CNPq pode avançar em sua contribuição para a promoção do desenvolvimento social?

Para responder às questões colocadas, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- (i) fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática na literatura especializada;
- (ii) analisar a temática do desenvolvimento social na política brasileira, principalmente no período pós-Constituição Federal de 1988;
- (iii) analisar como tem sido considerado o papel da CT&I para o desenvolvimento social;
- (iv) resgatar a história do CNPq em relação às ações realizadas em promoção do desenvolvimento social e analisá-las sucintamente;
- (v) buscar o fator social nas diretrizes institucionais do CNPq;
- (vi) identificar as responsabilidades do CNPq em relação ao desenvolvimento social, no âmbito dos planejamentos plurianuais federais e nos planos de ciência, tecnologia e inovação do MCTI;
- (vii) identificar e analisar editais/chamadas públicas² lançados pelo CNPq, que tenham objetivos mais diretamente voltados para a promoção do desenvolvimento social.

Como uma análise abrangente de todas as ações do CNPq seria demasiado complexa para ser feita no âmbito de uma dissertação de mestrado, optamos por analisar algumas

² Ressalva-se que as ações do CNPq que são destacadas no decorrer deste trabalho não esgotam as ações desse Conselho na promoção do desenvolvimento social. Outras ações não abordadas neste trabalho também podem ter promovido pesquisas e outras atividades relacionadas ao desenvolvimento social ou com prováveis impactos nessa dimensão.

chamadas públicas, por se tratar de um dos principais instrumentos de fomento aplicados pelo CNPq para realizar seus objetivos institucionais.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Esta dissertação está dividida em três capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, apresenta-se uma revisão da literatura sobre a relação entre o desenvolvimento social e a área de ciência, tecnologia, inovação e sociedade, bem como a vinculação dessa temática com os direitos fundamentais no Brasil.

No Capítulo 2, busca-se identificar o tratamento dado ao desenvolvimento social na política brasileira; analisar as mudanças constitucionais no que se refere aos direitos sociais, entre outros; identificar o papel atribuído ao desenvolvimento social; identificar as políticas públicas e programas dos governos voltados diretamente para a promoção do desenvolvimento social; identificar o reflexo dessas mudanças nas políticas públicas de CT&I - quando e como o desenvolvimento social passa a ser, de forma explícita, um dos vetores importantes de orientação dessas políticas no Brasil.

No Capítulo 3 busca-se verificar como ações relacionadas à promoção do desenvolvimento social aparecem ao longo da trajetória da orientação institucional do CNPq.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entre os procedimentos metodológicos aplicados nesta dissertação, foram realizados um levantamento e análise da abordagem dada pelo CNPq ao desenvolvimento social em suas ações. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema; uma pesquisa exploratória no portal do CNPq para identificar as ações pertinentes realizadas por esse Conselho; uma análise documental dos marcos referentes aos planos de ação em ciência e tecnologia para identificar as ações de responsabilidade do CNPq, com foco naquelas mais diretamente voltadas ao desenvolvimento social.

Optou-se por selecionar as chamadas públicas³ a partir de 2004, por ter ocorrido nessa época uma intensificação das políticas de CT&I nessa vertente.

A análise dos temas dos editais foi baseada nas linhas de atuação estabelecidas pelo MCTI para a consolidação da prioridade estratégica Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social do PACTI (2007-20010): (i) Popularização de CT&I e Melhoria do Ensino e (ii) Tecnologias para o Desenvolvimento Social. Em sua maioria, essas linhas de

³ Cabe esclarecer que o instrumento “Edital” passou a ser denominado pelo CNPq de “Chamada Pública” a partir de 2011.

atuação já eram abordadas no âmbito da quarta prioridade estratégica do PPA 2004-2007. São elas: APLs - Arranjos Produtivos Locais; CVT - Centro Vocacional Tecnológico; capacitação em CT&I; Centros e Museus de C&T; Comunidades Tradicionais; Extensão Tecnológica; Inclusão Digital; OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática em Escolas Públicas); Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial; Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências; Programa Comunitário de Tecnologia e Cidadania; Segurança Alimentar e Nutricional; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Sociais; Tecnologias Sustentáveis; Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia; Comunicação.

A busca pelas chamadas públicas foi realizada no portal do CNPq, o qual disponibiliza os editais das chamadas a partir de 2006. Os editais anteriores a esse ano foram verificados por meio de consulta bibliográfica.

Os descritores-chave para filtrar as chamadas públicas mais diretamente relacionadas ao desenvolvimento social foram: social, MDS, SECIS, inclusão social, desenvolvimento social. Ao aplicar os filtros por meio da ferramenta de consulta do portal, essa ferramenta realizou a busca pelo descritor-chave nos campos texto das informações disponibilizadas no portal - título e objetivo da chamada. A ferramenta não realiza essa busca no arquivo em PDF do edital da chamada.

Apesar disso, a busca resultou em um número considerável de chamadas públicas cujos editais foram analisados: 59 chamadas públicas. Contudo, esse material não esgota as chamadas públicas lançadas pelo CNPq na vertente social.

Na perspectiva das parcerias das chamadas públicas, o MEC, MDA, SECIS, Presidência da República (PR) e MDS foram as instituições parceiras mais frequentes do CNPq nessa iniciativa. Em relação às temáticas abordadas nas chamadas, as de maior ocorrência foram “Popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência” e “Tecnologia Social / Extensão Tecnológica”.

Para a construção do capítulo que traz o levantamento e análise do desenvolvimento social na macropolítica e na política de ciência e tecnologia no Brasil, foi realizada uma revisão bibliográfica centrada na identificação dos planos de política pública de destaque nessas áreas. A partir dessa identificação, o foco da análise foram as ações de ciência e tecnologia mais diretamente voltadas para o desenvolvimento social e a ação do CNPq nesse contexto. O resultado pretendido dessa atividade foi identificar a trajetória do desenvolvimento social na política pública de ciência e tecnologia, considerando a crescente importância do desenvolvimento social na política nacional e na reflexão do papel da ciência e tecnologia contra as desigualdades.

Foi realizada também uma revisão bibliográfica para aprofundamento do conceito de

desenvolvimento social e sua relação com o marco constitucional dos direitos fundamentais de 1988, visto que, a partir de então, a política social amplia sua dimensão na política nacional. Foi realizada ainda uma revisão bibliográfica para o tema ciência, tecnologia e sociedade, considerando-se que, ao direcionar a ciência e a tecnologia para promoção do desenvolvimento social, há reflexos na interação com a sociedade.

Nesse aspecto, a análise das ações do CNPq demonstrou o potencial desse Conselho como agente articulador e de integração de saberes direcionados para o benefício social, fator que aproxima a ciência da sociedade.

A pesquisa documental foi realizada nos arquivos e biblioteca do CNPq, na biblioteca da Universidade de Brasília, nos sítios do CNPq e MCTI, com destaque para o Centro de Memória do CNPq⁴. No Centro de Memória foram consultadas principalmente as informações gerais do CNPq ano a ano e os Relatórios de Gestão Institucional, produzidos anualmente pela instituição e disponibilizados nesse link. A bibliografia utilizada incluiu obras relacionadas à ciência e tecnologia, ao histórico do CNPq, aos planejamentos da política nacional e de desenvolvimento social. Também foram consultados revistas e artigos científicos nacionais e internacionais disponibilizados na internet ou publicados nas bases de dados indexadas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódico da CAPES e Google Acadêmico.

⁴ Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/cmемoria-index.html>, responsável pela preservação e divulgação do acervo histórico do CNPq.

1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Este capítulo corresponde ao referencial teórico do trabalho. Serão abordados aspectos conceituais de desenvolvimento social e da relação ciência, tecnologia, inovação e sociedade. Grande parte dos conhecimentos e achados científicos podem ser aplicados em benefício da sociedade, seja no vetor de produção industrial, no agrícola, na saúde, educação, etc. Ao tratar do desenvolvimento social, este trabalho não o tomará no conceito amplo, mas, sim, de forma específica, referente ao que se tem convencionado desenvolvimento social na política social brasileira nos últimos anos. A crescente preocupação com o aspecto social nas políticas públicas, em especial nas políticas de CT&I, torna relevante apresentar uma reflexão sobre a relação ciência, tecnologia, inovação e sociedade.

1.1 O CONCEITO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para Franco (2002), o desenvolvimento social “consiste na evolução dos componentes da sociedade (capital humano) e na maneira como estes se relacionam (capital social)”. Segundo esse autor, “todo desenvolvimento é desenvolvimento social” (49). Diferentemente do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social só ocorre se todos os componentes da sociedade forem beneficiados. Dessa forma, uma determinada comunidade pode crescer economicamente sem que isso represente um desenvolvimento social.

Para Boff (2000), o desenvolvimento social compõe um dos três eixos necessários para a construção de um Brasil mais justo, mais solidário, mais democrático e integrador. Os dois outros eixos seriam: educação libertadora e democracia integral. Ao conceber um novo paradigma de desenvolvimento, o autor parte do pressuposto de que a civilização industrial e a cultura do capital estão em crise e apontam para as seguintes calamidades: o esgotamento da Terra para aguentar a depredação produzida pelo capital voraz e consumista; o consumo irresponsável de 80% dos recursos não-renováveis e a ausência de um sentido de solidariedade generacional e respeito ao patrimônio natural (BOFF, 2000).

Esse novo paradigma de desenvolvimento estaria a serviço da construção de um novo Brasil de forma a mudar o curso da civilização deslocando-se de uma “lógica dos meios a serviço da acumulação, em um curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos” (FURTADO, 1976, *apud* BOFF, 2000, p. 77-78).

A mudança de paradigma de desenvolvimento postulada por Boff (2000) baseia-se na

Declaração sobre o Direito dos Povos ao Desenvolvimento, da ONU, de outubro de 1993, que define desenvolvimento como

um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele (*Declaration on the Right to Development*, ECOSOC, *United Nations Commission on Human Rights*, apud BOFF, 2000, p. 78).

Conclui o autor que o ser humano e os demais seres vivos são o sujeito central do desenvolvimento e que a economia, como produção dos bens materiais, é o meio para possibilitar o desenvolvimento cultural, social e espiritual (BOFF, 2000).

Abranches, Santos e Coimbra corroboram esse pensamento ao entenderem que sem crescimento econômico não é possível falar-se em combater a miséria por se tratar de condição necessária, porém não suficiente, para o êxito de programas sociais como os de redistribuição e redução das desigualdades (ABRANCHES, SANTOS & COIMBRA, 1987).

Sachs (2004) também considera o crescimento como insuficiente para alcançar uma melhor qualidade de vida.

O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2004, p. 13).

A dicotomia desenvolvimento social e crescimento econômico é ainda objeto de discussão de Spindel, Berquó, Kowarick, Rea e Singer [s.d]. Ao refletirem sobre o conceito de planejamento do desenvolvimento social, destacam que o fenômeno social global não pode ser confundido com o sistema econômico, e a ausência de análise de caráter sociológico empobrece a compreensão dos processos econômicos. Para esses autores, a experiência evidenciou que, para alcançar o objetivo econômico de crescimento autossustentado da produção por habitante, é também necessário levar em consideração fatores não econômicos, como a incorporação do elemento social nas ações dos organismos intergovernamentais.

Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008, p. 8) destacam a ótica sistêmica de se pensar o desenvolvimento,

...visto que este (o desenvolvimento) não ocorre abstratamente, manifestando-se (ou não) em um espaço geográfico definido. Por sua vez, este local não pode ser considerado uma ilha sem relação ou influência com outros locais. A interconexão se faz presente a todo momento. (Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro, 2008, p. 8).

Esses autores também destacam que o crescimento econômico não é condição suficiente para o desenvolvimento social.

promover o desenvolvimento social é refutar a idéia de que somente o crescimento econômico pode gerar melhorias nas condições de vida por

meio da teoria do “gotejamento”, ou que, “só com o crescimento do bolo” é que se pode levar benefícios aos mais pobres. Com isso, entendem o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infraestrutura, capital comercial, capital financeiro, etc), mas também do capital social (valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade). (Righi, Pasche e Akerman, 2006, p. 11 *apud* Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro, 2008, p. 11).

Do exposto, é possível depreender que o crescimento econômico, quando não considera o aspecto social, não atende aos direitos nem aos preceitos constitucionais brasileiros e pode, dessa forma, aumentar a desigualdade e acarretar a marginalização de estratos da população. Além disso, sendo o termo “desenvolvimento social” multidimensional, considera-se que o desenvolvimento econômico está contido no desenvolvimento social; contudo, nem todo modelo de desenvolvimento econômico considera o aspecto social.

Por sua vez, de acordo com Sachs (2004), a sustentabilidade social estaria contida no conceito de desenvolvimento sustentável, como um dos cinco pilares (ou dimensões) de sustentação desse desenvolvimento, ao lado dos pilares ambiental, territorial, econômico e político. Ou seja, o desenvolvimento social é um componente do desenvolvimento sustentável.

No âmbito desta dissertação, considerando as abordagens aqui expostas, o conceito de desenvolvimento social parte de uma concepção integral e multidimensional, pois considera, para sua integralidade, a presença de outros aspectos, como o econômico, o cultural e o ambiental.

Ao contextualizar a compreensão do que se entende por desenvolvimento social, o tópico seguinte analisa a trajetória do direito social no Estado, a partir de uma visão global, e sua presença nos direitos fundamentais, em especial na Constituição Federal de 1988 no Brasil.

1.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL: ANTECEDENTES E PERÍODO IMEDIATAMENTE POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

Antes que a pessoa humana e sua dignidade tivessem destaque na organização e gestão da sociedade civil e da sociedade política, a sociedade passou por fases de maturação dos direitos sociais.

O Estado Liberal de Direito surge em contraponto ao Estado absolutista, este caracterizado pelo mercantilismo e pelo regime feudal; o primeiro, pela prática do

individualismo econômico e do liberalismo político.

As condições históricas em que floresceu o Estado Liberal foram marcadas pelo surgimento da indústria e pela ascensão econômica da burguesia, por ocasião das revoluções dos séculos XVII e XVIII, notadamente as Revoluções Francesa e Inglesa.

Com a Revolução Francesa, novos aspectos do direito da pessoa humana tomam relevância, sendo estabelecidos os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade como nova diretriz política da sociedade.

De acordo com Pereira (2008), os principais objetivos das revoluções burguesas foram os direitos civil e político, também conhecidos como direitos tradicionais. Esses direitos compõem o que a teoria formulada pelo jurista Karel Vasal denominou de a primeira dimensão dos direitos: direitos fundamentados na liberdade (*liberté*), também chamados de direitos de liberdade. Eles tiveram origem com as revoluções burguesas, e passaram a frear a atuação do Estado diante da liberdade individual.

Contudo, esse modelo de Estado Liberal assegurava apenas as garantias, vantagens e direitos apenas aos proprietários – cidadão-proprietário -, conferindo ao Estado Liberal uma característica excludente dos direitos, afirmam Delgado e Delgado (2012). Segundo esses autores, diante das relações de poder assimétricas – pois apenas os proprietários tinham direito político –, surgiu o movimento da classe operária pelo acesso aos direitos sociais “definido como o fenômeno social do sindicalismo” (p. 21). Para esses autores, as circunstâncias em que ascendeu o Estado Social de Direito também foram decorrentes da devassa social proporcionada pela Primeira Guerra Mundial e agravada pela Segunda Guerra Mundial. Nessas circunstâncias, floresceu o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State).

De acordo com Pereira (2008), a conquista dos direitos sociais - direitos de segunda dimensão, ou os novos direitos – se efetivou após a Segunda Guerra Mundial, associados ao *Welfare State*. Essa conjuntura e outras doutrinas sociais da época influenciaram a constitucionalização dos direitos fundamentais de segunda dimensão. Para a autora, de acordo com a teoria de Karel Vasal, os direitos fundamentais de segunda dimensão compreendem os direitos econômicos, sociais e culturais, baseados na igualdade (*égalité*), a qual foi impulsionada pela Revolução Industrial e pelos problemas sociais por ela causados.

Diferentemente dos direitos civis e políticos, que se apoiam, preponderantemente, em conceitos como liberdade ou autonomia individual, os direitos sociais, por sua própria natureza coletiva, guardam estreita vinculação com o conceito de necessidade, que tem relação com os princípios da igualdade, equidade e justiça social. (Pereira, 2000, p. 37).

A segunda dimensão de direitos também é denominada de Liberdades Sociais e têm a finalidade de obrigar o Estado a satisfazer as necessidades da coletividade, compreendendo

o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação e, inclusive, ao lazer. Sarlet ressalta que:

(...) a expressão "social" encontra justificativa, entre outros aspectos (...), na circunstância de que os direitos de segunda dimensão podem ser considerados uma densificação do princípio da justiça social, além de corresponderem a reivindicações das classes menos favorecidas, de modo especial da classe operária, a título de compensação, em virtude da extrema desigualdade que caracteriza as relações com a classe empregadora, notadamente detentora de um menor grau de poder econômico. (SARLET, 2002, p. 52 *apud* SILVA JÚNIOR, 2010).

Tendo em vista o impacto da industrialização e os graves problemas sociais e econômicos que a acompanharam, as doutrinas socialistas e a constatação de que a consagração formal de liberdade e de igualdade não gerava a garantia de seu efetivo gozo, o que acarretou, já no decorrer do século XIX, amplos movimentos reivindicatórios e o reconhecimento progressivo de direitos por parte da sociedade, foi atribuído ao Estado um comportamento ativo na realização da justiça social; isto é, “os direitos sociais possuem uma postura afirmativa (positiva) em relação à ingerência do Estado” (PEREIRA, 2008, p. 97; SILVA JÚNIOR, 2010).

Nessa perspectiva, o Estado assumiu o papel de administrador, intervencionista e assistencialista; o cidadão deixou de ser cidadão-proprietário e assumiu o papel de cidadão-cliente (DELGADO & DELGADO, 2012). Esse modelo foi superado pelo Estado Democrático de Direito, o qual consubstancia o marco contemporâneo de constitucionalismo e foi incorporado pela Constituição de 1988 do Brasil, com fundamento no seguinte tripé: “pessoa humana, com sua dignidade; sociedade política, concebida como democrática e includente; sociedade civil, também concebida como democrática e includente” (DELGADO & DELGADO, 2012, p. 46).

Com a inserção do Estado Democrático de Direito na Constituição de 1988, percebeu-se um enfoque na cidadania, uma valorização da liberdade e da justiça social, assim como uma projeção dos Direitos Humanos. Por essa razão, a Constituição da República de 1988 também é conhecida com a Constituição Cidadã.

Os direitos sociais estão especificamente marcados no Título II — Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, o Estado Democrático de Direito firmou-se na Constituição de 1988 e, a partir de então, estabeleceu-se um plano constitucional diferenciado pela fundamentação da política no direito social (DELGADO & DELGADO, 2012; DRAIBE, 2003).

A Constituição de 1988 consagrou os novos princípios de reestruturação do sistema de políticas sociais, segundo as orientações valorativas então hegemônicas: o direito social como fundamento da política; o comprometimento do Estado com o sistema, projetando um acentuado grau

de provisão estatal pública e o papel complementar do setor privado; a concepção da seguridade social (e não de seguro) como forma mais abrangente de proteção e, no plano organizacional, a descentralização e a participação social como diretrizes do reordenamento institucional do sistema (DRAIBE, 2003, p. 69).

Conforme emerge uma maior complexidade social a partir da geração dos direitos fundamentais, as políticas sociais, além de outras como as políticas de ciência e tecnologia para promoção do desenvolvimento social, se redirecionam para atender às necessidades sociais que emanam dessas dimensões dos direitos, já consagradas na Constituição de 1988.

Contudo, a consagração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é garantia de sua disponibilização para toda a sociedade. Trata-se de um processo de democratização que se firma ao longo do tempo e que se fortalece ao passo que a sociedade toma consciência de seu papel como objeto final da ação estatal e como fonte legitimadora de todo governo.

Com isso, apesar de os governos estarem vinculados ao mesmo ordenamento jurídico constitucional, o qual define as diretrizes de atuação do Estado, cada um deles estabelece sua prioridade, da qual resulta a política explícita.

Observa-se que houve uma evolução da preocupação com o desenvolvimento social na sociedade brasileira e que na Constituição Federal de 1988 tanto as políticas de CT&I, como as políticas de desenvolvimento social se redirecionam para atender às necessidades sociais.

Essa evolução e reflexo nas políticas públicas de CT&I também redirecionam a relação ciência, tecnologia, inovação e sociedade (C&T&I&S), uma vez que as necessidades da sociedade ganham maior relevância na orientação das políticas públicas de CT&I. A relação C&T&I&S é abordada no tópico seguinte.

1.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E SOCIEDADE

Ao tratar da relação ciência, tecnologia e sociedade (CTS), não se pretende uma revisão exaustiva de como inúmeros pensadores têm se referido ao tema. O que se pretende é identificar alguns aspectos das relações entre CTS e seu reflexo no Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Um dos aspectos que torna os estudos de CTS relevantes é o fato de essa temática ser discutida no contexto social e defender a necessidade da participação democrática na orientação do seu desenvolvimento. Nos anos 70, surgem grupos de pesquisa e, posteriormente, unidades acadêmicas de estudo orientado à Ciência, Tecnologia e

Sociedade (DAGNINO *et. al.* 1996).

A evolução histórica da política de CT&I está fortemente correlacionada à evolução do conceito dominante de ciência; para cada conceito dominante de ciência, corresponde uma lógica da política de CTI. Velho (2011) analisa a relação entre conceito de ciência e política de CT&I e identifica quatro paradigmas da política científica e tecnológica, os quais, de acordo com a autora, desenvolveram-se em períodos específicos. São eles: (i) ciência como motor do progresso – pós-guerra até o início dos anos 60; (ii) ciência como solução e causa de problemas – décadas de 60 e 70; (iii) ciência como fonte de oportunidade estratégica – décadas de 80 e 90 e (iv) ciência para o bem da sociedade – século XXI.

A relação entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade (C&T&I&S), em cada um desses paradigmas, é distinta e gradualmente integra outros atores, além dos cientistas. A crescente participação de atores sociais no processo de produção do conhecimento reflete a abertura do conceito de ciência, cuja concepção deixa de tomar a ciência como histórica e socialmente neutra e passa a tomá-la como socialmente construída.

...ciência e tecnologia não são ética ou politicamente neutras, cientistas e tecnólogos não podem despir-se de suas posições sociais e de seus valores. Em cada estágio da evolução social, as tecnologias utilizadas refletem as contradições e os conflitos entre o poder econômico e sua tendência à concentração de riquezas, poder e acesso à informação e as aspirações de participação democrática, autonomia cultural e autogestão. (Rattner, 2005).

No pós-guerra até início dos anos 60, a concepção de ciência é delineada fora dos processos sociais. Nesse período, definiu-se a ciência como básica e separada da sociedade. “Karl Popper tenta estabelecer a base filosófica da independência e objetividade da ciência, colocando-a fora do alcance dos governos totalitários, e analogamente, de qualquer outra forma de interferência social” (POPPER, 1951, *apud* VELHO, 2011, p. 136). Essa neutralidade implicou, também, na não responsabilização da aplicação dos resultados de pesquisa, visto que não estava sujeito ao controle social.

Outra característica da concepção de ciência nessa década é o modelo linear de produção de inovação (VELHO, 2011). Para atingir o bem-estar da população, a pesquisa científica básica era o meio para gerar novos empreendimentos com produtos novos e mais baratos, o que acarretava a geração de mais empregos. Para isso, era necessário fortalecer a pesquisa básica nas faculdades, universidades e institutos de pesquisa com recurso público, para que fosse possível atender a demanda do governo e da indústria por novos conhecimentos científicos (BUSH, 1945).

Além de objetiva, a ciência é vista como a base, a origem da tecnologia. Esta, por sua vez, é uma forma de conhecimento subordinada, dependente da ciência. O processo de transformação do conhecimento científico em tecnologia e sua apropriação pela sociedade são concebidos de forma linear, iniciando-se com a

ciência até produzir bem-estar social (ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, inovação, difusão da inovação, crescimento econômico e benefício social). (VELHO, 2011, p. 137).

Durante as décadas de 60 e 70, a relação C&T&I&S continua sendo vista segundo o modelo linear; contudo, a ênfase dessa relação passa de ofertista (*science push*) para vincucionista (*demand pull*) (VELHO, 2011).

Dias e Dagnino (2006) ressaltam que essa relação mecanicista e linear do *science push*, em que da ciência resulta, necessariamente, o desenvolvimento social, legitimava as atividades realizadas pela comunidade científica frente à sociedade. Contudo, diante de uma situação social, na qual os trabalhadores perdiam suas posições para as novas tecnologias, diante da degradação do meio ambiente e da concentração de renda, os movimentos sociais passaram a criticar a autonomia da ciência e a visão unicamente positiva de seus resultados.

Por sua vez, a política de CT&I, até então focada no fortalecimento da atividade de pesquisa e formação de recursos humanos – política com ênfase na oferta -, passa a conceder incentivos para que pesquisadores trabalhassem em problemas relevantes para o setor produtivo. Assim, um novo ator passa a fazer parte do cenário: as empresas usuárias do conhecimento, que puxam o desenvolvimento científico – *demand pull* (VELHO, 2011). Dagnino *et. al.* (1996) denominam esse processo de Política de C&T Vincucionista ou política de “delegação por incentivos” (BRAUN, 2003, *apud* VELHO, 2010, p. 29).

Nas décadas de 80 e 90, fortalece-se o debate e a concepção de ciência como socialmente construída, isto é, a ciência considera, mais fortemente, os aspectos sociais e políticos em suas formulações, sendo o sujeito seu foco, sua direção e seu usuário; a rede de atores sociais é ampliada (pesquisadores, políticos, servidores públicos, economistas, especialistas em marketing, industriais) e ocorre uma integração entre oferta e demanda (*science push e demand pull*) (VELHO, 2011).

Nessas décadas, diante da multiplicidade de atores, evidencia-se uma interdisciplinaridade (interatividade de saberes) e interinstitucionalidade (atores institucionais diversos) no processo de produção do conhecimento (VELHO, 2011). Assim, a unidade básica de produção de conhecimento não é mais a comunidade científica, mas as chamadas comunidades transepistêmicas, isto é, as arenas de ação, nas quais o trabalho científico se desenvolve, incluem cientistas e não cientistas, assim como argumentos e preocupações de natureza “técnica” e “não-técnica” (KNORR-CETINA, 1983, *apud* VELHO, 2011).

A concepção de ciência para o bem da sociedade privilegia o conhecimento local e a escolha social na relação entre C&T&I&S. Nesse paradigma, prevalece a ideia de ciência, tecnologia e inovação como instrumentos para atingir objetivos socialmente definidos,

deixando a produção de ser o foco principal ou único da escolha política.

Essa concepção de ciência, de acordo com Velho (2011), encontra-se em construção e uma das dificuldades a serem enfrentadas é o modelo de avaliação do impacto social das políticas nela fundamentadas.

Essas duas últimas concepções de ciência - socialmente construída e ciência para o bem da sociedade – levam a uma reorganização da ciência de forma a abandonar o aspecto elitista da geração do conhecimento científico e ajustá-lo conforme o novo papel que a ciência exerce na sociedade. Esse novo papel reorganiza a produção e a aplicação do conhecimento científico para uma abordagem que eleve a qualidade, a efetividade e a legitimidade das soluções para os problemas sociais e ambientais (TURNHOUT *et al*, 2013). Isso leva a refletir em como vencer a distância existente entre ciência e o usuário final do conhecimento produzido. Nessa perspectiva, esses autores enfatizam a importância de melhorar a interação entre ciência e usuário por meio de uma melhor comunicação entre as partes. Contudo, reconhecem que a comunicação não é suficiente para estreitar essa interação, e identificam duas características de abordagens, que tentam fazer a interação entre conhecimento e sociedade.

A primeira característica relaciona-se com a expectativa de melhorar a interação entre o conhecimento produzido e sua utilização. Para os autores, essa característica envolve novos atores ou organizações que traduzem o conhecimento científico em conhecimento aplicável, assim como traduzem as questões dos usuários em questões de pesquisa. Esse processo seria crucial para estabelecer uma relação entre oferta de conhecimento e demanda de usuários (TURNHOUT *et al*, 2013).

A segunda característica implica em não apenas promover a interação entre produção e uso do conhecimento. Também implica na alteração do conteúdo do conhecimento, como reconhecer o valor de maneiras não tradicionais de sua produção, como as realizadas fora das universidades (TURNHOUT *et al*, 2013).

Essas diferentes abordagens para estreitar a interação entre ciência e sociedade evidenciam os novos papéis da ciência, a forma como devem ser organizados e institucionalizados.

Este capítulo apresentou um conjunto de abordagens sobre o conceito de desenvolvimento social. Observou-se que não há um conceito fechado. A maioria dos autores não o trata isoladamente e condicionam sua existência à presença de outros aspectos de desenvolvimento, como o econômico, cultural, ambiental, entre outros. Por isso, trata-se de um conceito multidimensional em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos.

Após a análise do conceito, apresentou-se uma evolução da preocupação das políticas públicas com o desenvolvimento social, com destaque para a Constituição Federal de 1988, na qual tanto as políticas de CT&I, quanto as de desenvolvimento social se redirecionaram para atender às necessidades sociais.

Os conceitos aqui estudados são relevantes para esta dissertação, visto que o capítulo seguinte analisa o desenvolvimento social na macropolítica e na política de CT&I no Brasil, e o Capítulo 3, de forma mais específica, trata da CT&I na promoção do desenvolvimento social na ação do CNPq.

2 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA MACROPOLÍTICA E NA POLÍTICA DE CT&I NO BRASIL

Reduzir a pobreza, assegurar alimentos, produzir energia sem degradação ambiental, propiciar saneamento básico e água de qualidade e desenvolver ambientes urbanos e rurais saudáveis são alguns dos principais desafios do desenvolvimento. Para enfrentá-los, cabe ampliar a capacidade de trabalho interdisciplinar no Ensino e na Pesquisa.

José Galizia Tundisi (Livro Verde, 2001a)

O Capítulo 2 tem como objetivo analisar o caminho da incorporação do desenvolvimento social na trajetória da política de CT&I, como parte das políticas de governo no Brasil. O período focalizado nesta dissertação se inicia a partir de 1995, como explicado anteriormente. No entanto, é importante verificar alguns antecedentes, buscando identificar como e até que ponto o aspecto social se manifestava nas políticas de desenvolvimento anteriores a esse período. Este capítulo é dividido em: antecedentes – compreendendo as primeiras iniciativas de planejamento governamental e de institucionalização da C&T no Brasil; o período de inserção da política de C&T no planejamento governamental brasileiro (governo Militar); e o período de governo civil, este dividido em três etapas: de 1985 a 1995; a política de CT&I de 1995 a 2002 e de 2003 até o presente.

Acreditou-se que, por meio do crescimento econômico, o Brasil alcançaria o sonho do desenvolvimento, com industrialização e urbanização. A ideia era de que esse crescimento teria, como consequência “natural”, ganhos sociais. Com base nesse pensamento, os recursos nacionais foram alocados, prioritariamente, na construção da infraestrutura econômica. Uma vez que o objetivo estava no crescimento econômico, as necessidades sociais foram negligenciadas. Resultado dessa prioridade foi a criação de um país que, ao mesmo tempo em que chegou à posição de oitava potência econômica mundial, é também a penúltima sociedade em educação e saúde, com uma das piores taxas de concentração de renda, e marcada pela fome e violência (BUARQUE, 1993; TAVARES, 2010).

Diante da negligência das políticas públicas às necessidades sociais e dos impactos marcados pelos autores acima, somados ao fortalecimento de novos movimentos em busca da democracia a partir dos anos 70, surgiram novas demandas sociais pelo resgate da dívida social acumulada e agravada durante o período da ditadura militar e pela ampliação de direitos sociais, com uma visão de alargamento da concepção de cidadania (SILVA e SILVA, YASBEK & GIOVANNI, 2008).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco dos direitos sociais no Brasil por ter incorporado em seu conteúdo muitas das ideias desse movimento, além de

simbolizar uma ruptura com o sistema autoritário do regime militar. As mudanças constitucionais mencionadas anteriormente, no que se referem aos direitos sociais e ao impacto dessas mudanças na política brasileira, são um elemento importante para a análise realizada nesta dissertação, na qual se procura entender o papel da ciência e da tecnologia na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: ANTECEDENTES

Para fins de planejamento governamental, as mudanças que se originaram com o processo de industrialização-urbanização e que repercutiram no âmbito da sociedade como um todo foram tratadas, prioritariamente, sob a ótica econômica. De acordo com Spindel *et al* [s.d], nos documentos de planejamento governamental para o desenvolvimento brasileiro no período de 1950-1970, era conferido ao 'social' um papel residual (Plano Salte - 1950, Programa de Metas – 1958, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – 1963-1965, Programa de Ação Econômica do Governo – 1964-1966, Programa Estratégico de Desenvolvimento – 1968-1970). Segundo esses autores, apesar de os planos abordarem a educação, a saúde ou habitação, concebiam-nas como atividades planejadas de forma independente do contexto social real a que se dirigiam, fora de uma abordagem sistêmica, de conjunto. Os autores afirmam que o planejamento social nesses planos careceu de uma visão teórica mais geral que concebesse o desenvolvimento social como reflexo do crescimento econômico (p. 26).

Ainda na visão desses autores, nesses planos de governo, o termo 'social' geralmente era definido em oposição ao econômico, dicotomia essa corrente na área de planejamento e nos organismos intergovernamentais e nacionais, que trabalhavam em função dessa dualidade (SPINDEL *et al* [s.d], pp. 17-18). Dessa forma, ficou prejudicado o aspecto social, uma vez que a premissa é de que desenvolvimento é um processo integral e de que não existe um desenvolvimento social sem se entender o conjunto das partes constitutivas da sociedade, como um fenômeno global, aí incluído o fator econômico.

Nessa mesma abordagem, para Tavares (2010, p. 16), quando não se considera de maneira integrada a distribuição de renda, o emprego, os recursos naturais, a autonomia do Estado em relação às potências hegemônicas, não se está fazendo desenvolvimento. A autora cita o chamado "milagre" brasileiro, caracterizado por ser dependente, desigual e predador, não garantiu emprego, nem reduziu a pobreza. De acordo com a autora, não era obrigatório para a política de desenvolvimento ter uma boa distribuição; era um desenvolvimento predatório. Dessa prática, cunhou-se a expressão 'crescer o bolo para,

depois, distribuí-lo’.

Uma das principais características do período militar é que o Estado deixou de ser uma organização populista para tornar-se tecnocrática e centralizada. Durante os três primeiros anos da intervenção militar, ainda não havia um novo modelo econômico definido, dando-se continuidade, na área social, aos programas e projetos da era populista. Em 1967, definiu-se o novo modelo econômico, marcado pelo caráter concentrador e excludente, e por uma direção política autoritária. As tendências dessa nova política foram: menosprezo pelas massas; valorização do capital estrangeiro e concepção de política social como decorrência do desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2000, p. 135).

A visão mais ampla das políticas de desenvolvimento do período militar foi incorporada a planos de desenvolvimento aos quais também se vincularam planos para o campo da ciência e da tecnologia.

Pós-68: a ciência e tecnologia no planejamento nacional

No período pós-68, a ciência e a tecnologia ganharam maior relevância e passaram a ser vistas como um campo específico de intervenção do Estado, imputando-se à tecnologia um valor essencial para o crescimento econômico. Tal importância foi evidenciada no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo militar de Costa e Silva, no qual foi estabelecida uma política explícita de ciência e tecnologia tratada como campo específico de intervenção do Estado. Associada ao discurso de valorização da C&T, cabe destacar a criação, nesse período, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) (BRUNETTI, SOUZA PAULA & YAMAMOTO, 1983; MUNIZ, 2008).

Quanto ao aspecto social, a política social estava vinculada ao critério da rentabilidade econômica, negligenciando a satisfação de necessidades básicas. Em decorrência dessa política, houve aumento da desigualdade social e recrudescimento dos movimentos sociais, alvo da repressão estatal (Pereira, 2000).

Decorrente da reestruturação da máquina estatal, o planejamento passou a ser visto como instrumento de gestão organizacional integrado ao processo de modernização do Estado e atrelado aos princípios de eficiência e racionalidade. A elaboração do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972-1974 (governo Médici) vem contribuir, fortemente, para a sedimentação desse modelo de gestão, o qual se caracterizava pela supremacia do saber técnico sobre a participação popular (PEREIRA, 2000; VALLA & SILVA, 1981).

Nesse Plano, também se sedimentou o fator da *integração* das ações planejadas, o

qual implicava na articulação entre governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores (VALLA & SILVA, 1981).

Assim, a primeira realização do I PND recaiu sobre a execução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social, mediante processo de competição capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado e ao processamento da integração nacional. Um segundo grande objetivo foi implementar novos instrumentos para modernizar a empresa nacional, fortalecendo a capacidade competitiva e eliminando as condições de desigualdade com os produtos do exterior, em que operava. Nessa perspectiva, a área de C&T seria a promotora da aceleração e orientação da transferência de tecnologia para o Brasil, associada ao forte componente de elaboração tecnológica própria.

No âmbito desse Plano, devido ao aumento da população de baixa renda, algumas políticas sociais foram adotadas: criação da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural; formação de um fundo social para moradia, destinado a famílias de baixa renda não atendidas pelo Sistema Financeiro de Habitação; Operação Escola, para a universalização do ensino de 1º grau; e atenção ao pré-escolar por meio de programas de saúde e de educação alimentar, para exemplificar (PEREIRA, 2000). Contudo, de acordo com essa autora, essas iniciativas buscavam a manutenção do poder da elite e da garantia das altas taxas de crescimento econômico, tornando os cidadãos clientes das políticas sociais, uma vez que os direitos civis e políticos estavam cerceados.

No II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), para o período de 1975 a 1979, o desenvolvimento científico e tecnológico e a política social assumiram um papel relevante, associado ao propósito de transformar o Brasil em potência emergente e substituir o capitalismo selvagem dos anos anteriores por um capitalismo social (PEREIRA, 2000).

Com essa visão estratégica da C&T como vetor para possibilitar o “salto tecnológico” nacional, foi atribuído ao CNPq o papel de órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), cabendo-lhe a coordenação das atividades de ciência e tecnologia. Foi um momento de reformulação institucional do CNPq, com alteração de seus estatutos e ampliação de suas funções.

A criação do SNDCT, assim como a atribuição ao CNPq de órgão central do sistema, foram estabelecidas pelo Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975. O SNDCT foi criado com a finalidade de integrar as ações governamentais no campo da C&T, bem como articular e compatibilizar as instituições atuantes no setor. Órgãos setoriais na forma de secretarias de tecnologia foram criados nos ministérios, aos quais estariam subordinadas

todas as unidades envolvidas com a atividade científica e tecnológica (BRASIL, 1982, p. 8).

Nessa perspectiva, os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) foram aplicados como instrumento de previsão, orientação e coordenação da ação, visando garantir a atuação integrada do SNDCT, cuja principal fonte de recursos financeiros foi o FNDCT, além de um esquema financeiro baseado no orçamento-programa trienal, revisto anualmente (BRASIL, 1982). A elaboração do braço científico e tecnológico dos PNDs era coordenada pela SEPLAN, com auxílio do CNPq, e resultou da análise e compatibilização dos planos e programas setoriais de ciência e tecnologia formulados pelos órgãos setoriais do SNDCT, com a incorporação das ações de outras esferas de governo e com a associação do setor privado ao esforço nacional em pesquisa (MUNIZ, 2008).

A política de ciência e tecnologia como ferramenta de promoção do desenvolvimento social estava vinculada às diretrizes do II PND, no qual, pela primeira vez, de acordo com Pereira (2000), foi estabelecido um objetivo próprio ao desenvolvimento social como resultado das articulações entre governo e sociedade. Contudo, afirma a autora, não se tratou de uma resposta consciente às necessidades sociais, mas de uma aproximação do Estado com a sociedade, em decorrência do descontentamento desta diante da incapacidade de o Governo transformar o País em uma potência emergente, conforme pretensão do II PND, e do aumento da pobreza absoluta.

Nessa linha, parte da política governamental de ciência e tecnologia voltava-se especificamente ao desenvolvimento regional e social (II PBDCT). Nesse âmbito, foi atribuída ao CNPq a missão de contribuir para uma melhor distribuição de renda e de atenuar os desequilíbrios regionais, com a implantação de adequada infraestrutura de pesquisa e a formação e capacitação de pessoal técnico e científico. Quanto à orientação das pesquisas, elas deveriam ser voltadas principalmente para os problemas maiores de cada setor, com a preocupação de dar a cada um deles as soluções mais adequadas ao País e à população (II PBDCT, 1976).

Nesse período, a estrutura governamental para a C&T foi ajustada: o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral foi transformado em Secretaria de Planejamento (SEPLAN), órgão de assessoramento direto do Presidente da República na coordenação da política de desenvolvimento científico e tecnológico; à SEPLAN foram vinculados, além do CNPq, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (MUNIZ, 2008).

O panorama político e econômico em que se deu o III PND, voltado para o período de 1980 a 1985, refletiu uma interrupção na trajetória do crescimento econômico vivenciado nas

décadas anteriores, com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, a crise internacional e a crise do Estado. Nesse período, houve uma grave instabilidade econômica internacional e o Brasil vivenciou uma acentuada dívida externa, a qual acarretou uma crise fiscal do Estado, estagnação e hiperinflação (MUNIZ, 2008).

No âmbito social, segundo Pereira (2000), esse período foi marcado pela desarticulação do esforço de desenvolvimento social empreendido nos últimos três anos pelo governo Geisel. Em decorrência da incapacidade de o Governo estabelecer políticas de atendimento às necessidades sociais, aumentaram o desemprego, a pobreza e houve uma queda real de salários.

No âmbito do III PBDCT, atribuiu-se valor estratégico à ciência e tecnologia para atender à necessidade de elevação do bem-estar material e social da população, assim como aumentar o poder de negociação do Brasil no cenário internacional. Além do foco na economia, entre as diretrizes gerais do III PND (1980-1985) para o setor de C&T estavam: o crescimento da renda e do emprego; a distribuição de renda, redução dos níveis de pobreza e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo e redução das disparidades regionais; (III PND, 1980, pp. 8-11). Para isso, a política de desenvolvimento científico e tecnológico deveria buscar uma crescente capacitação científica e uma maior autonomia tecnológica para o País (III PBDCT, 1980).

No entanto, apesar das diretrizes explícitas para redução das desigualdades sociais, de acordo com Lopes (1990 *apud* MATOS, 2002), o III PND foi elaborado apenas em cumprimento à legislação, sendo de reduzida utilidade, o que marcou o fim do planejamento como efetivo instrumento de controle da política econômica do país.

O III PND foi preparado, aprovado e publicado apenas devido à imposição legal e, à época em que o plano deveria estar sendo implementado, a convicção geral era de se tratar de um documento de reduzida utilidade em face dos desafios enfrentados pela economia brasileira. (LOPES, 1990 *apud* MATOS, 2002, p. 71).

No que se refere ao III PBDCT (1980-1985), o desdobramento do tema ciência e tecnologia do III PND, sua elaboração e implementação ocorreu no âmbito do CNPq, sob a presidência de Lynaldo Albuquerque, ocasião em que o CNPq desenvolveu como instrumento de planejamento as Ações Programadas em C&T, as quais constituíram para o detalhamento do III PBDCT.

Diferentemente do I e II PBDCT, que apresentavam as ações do governo sob a forma de programas, projetos e atividades prioritárias, o III PBDCT foi elaborado na forma de um documento de diretrizes de política, definidas de modo participativo e que serviram para orientar as ações dos setores públicos e privados. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 202).

Quanto à tecnologia para promoção do desenvolvimento social, ao comparar as

diretrizes do II PBDCT com o III PBDCT, percebe-se que os dois Planos abordaram as temáticas de interesse social de forma distinta.

Como visto acima, no II PBDCT os programas setoriais prioritários com vistas à aplicação da tecnologia para a promoção do desenvolvimento regional e social abordavam as temáticas (i) programas regionais integrados, (ii) meio ambiente, (iii) habitação e saneamento, (iv) saúde, (v) alimentação e nutrição, e (vi) tecnologia educacional (II PBDCT, 1976).

No III PBDCT, foram mantidas as mesmas temáticas contidas no II PBDCT, quais sejam: educação e cultura, saúde e nutrição, habitação e saneamento, sendo que foram incluídas as temáticas assistência social e assistência cultural no âmbito do tema educação. Por sua vez, os temas desenvolvimento regional e meio ambiente passaram a ser categorizados como 'outros setores de atuação da política de ciência e tecnologia'. O que se pode observar, portanto, é que o III PBDCT não identifica explicitamente as temáticas mencionadas como ações para promoção do desenvolvimento social, vinculando-as em programas, projetos e atividades prioritárias, diferentemente nos I e II PBDCTs. O III PBDCT aborda tais temáticas apenas dentro de um conjunto de diretrizes visando à superação das dificuldades internas e enfrentamento das oscilações internacionais.

Ciência e tecnologia e desenvolvimento social na primeira década de redemocratização: 1985-1995

Tratando-se do aspecto social, a década de 80, apesar de conhecida como “década perdida”, representou um período de significativos avanços sociais, produziu uma reforma profunda na ordem institucional, em decorrência da mobilização social, que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (PEREIRA, 2000, p. 152).

De acordo com o relatório e anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (TAVARES, 1987), a Constituinte, que antecedeu a Constituição Federal de 1988, refletiu sobre o papel da ciência e tecnologia para os novos tempos. Um dos parágrafos do anteprojeto previa o controle pela sociedade da aplicação da tecnologia, uma evidência da abertura política e da retomada da relação ciência e sociedade.

Outro parágrafo determinava à pesquisa o compromisso com as necessidades sociais e culturais da população brasileira:

§ 3º A pesquisa deve refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, bem assim sociais e culturais, tendo em vista, sobretudo, a realização do bem comum, o benefício da coletividade e a plena utilização de seus recursos humano-culturais. (TAVARES, 1987, p. 7).

Por sua vez, a própria Constituição Federal de 1988, no Capítulo IV, ao tratar da

Ciência e Tecnologia, apesar de não abordar tão explicitamente o aspecto social, como o faz a Constituinte, vincula a pesquisa tecnológica à solução de problemas.

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. (grifo nosso).

Esse foi o início de uma nova relação entre ciência e sociedade e o início de uma nova relação entre ciência e tecnologia e desenvolvimento social, que viria a culminar com o estabelecimento efetivo do desenvolvimento social como vetor da política científica e tecnológica.

A seguir, busca-se mostrar como esse processo foi se dando ao longo do tempo.

Os períodos de 1986-1989, governo Sarney, 1990-1992 e 1992-1995, respectivamente governos Fernando Collor e Itamar Franco, são considerados como períodos de silenciamento das políticas de C&T, ou uma não-política (MUNIZ, 2008; GUIMARÃES, 1994).

Para Guimarães (1994), a dificuldade pela qual passava o sistema brasileiro de C&T deveu-se mais a uma ausência de políticas específicas em C&T do que pela influência neoliberal – pensamento hegemônico naqueles momentos – de que “a um país como o Brasil não cabe capacitar-se científica e tecnologicamente”:

No Brasil, tudo indica que a crise no setor responde, por um lado, à crise fiscal do Estado brasileiro e, por outro, à inexistência de uma reflexão sistemática no sentido de propor políticas ajustadas não só aos tempos de crise, mas à realidade do sistema científico e tecnológico do país. Em outras palavras, reflexão capaz de superar o exercício reiterado de fragmentos de políticas outrora bem sucedidas, mas provavelmente ultrapassadas e inadequadas à situação atual desse parque científico e tecnológico. Numa palavra, uma não-política. (GUIMARÃES, 1994, p. 18).

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR) é considerado como um exercício inútil de planejamento, não sendo sequer considerado como indicador de tendências para o governo, ou para o setor privado (LOPES, 1990). Além disso, no período de 1986-1989, não houve parâmetros documentais efetivos de políticas nacionais para a C&T (MUNIZ, 2008).

Apesar da análise negativa quanto à aplicabilidade do PND-NR como instrumento de planejamento, a política explícita refletida no documento reconhecia o papel imprescindível do Estado no apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. O componente ciência e tecnologia deveria ser considerado como co-participante no processo de recuperação do

desenvolvimento do país de forma a alcançar a retomada sustentada do crescimento, o resgate da dívida social, o reequilíbrio das relações inter e intrarregionais e a revisão do relacionamento político e econômico a nível internacional (PND-NR, 1986-1989, grifo nosso).

No que se refere aos interesses sociais, a política de ciência e tecnologia seria direcionada para atender a necessidades sociais como educação, saúde, habitação, saneamento básico, alimentação e nutrição (PND-NR, 1986-1989).

Nesse cenário de paralisia das políticas de C&T, Guimarães (1994) identificou o que ele denomina de quatro 'ondas de choque' sucessivas, ao longo da década de 80, que eliminaram as políticas existentes até então. Trata-se de uma sucessão de fatos político-econômicos que influenciou na prática da política de ciência e tecnologia nas décadas de 80-90, e no desaceleramento do desenvolvimento nacional. Diz o autor:

A primeira onda foi o desequilíbrio nas contas do governo decorrente do segundo choque do petróleo e da decisão unilateral do Banco Central norte-americano de aumentar as taxas de juros no mercado internacional, na virada das décadas de 70-80.

A segunda onda decorreu [...] das dificuldades, ao longo da década de 80, para o aporte de recursos oriundos dos organismos multilaterais em consequência do crescimento do contencioso existente entre o Brasil e os credores externos.

A terceira onda envolveu o aprofundamento da crise fiscal com a virtual falência do Estado brasileiro e a decorrente restrição de recursos à disposição do sistema. Este foi um fenômeno da virada das décadas de 80-90 e a restrição de recursos teve sua justificação facilitada pelos discursos neoliberal durante o governo Collor.

A quarta onda vem sendo [...] a crise na principal base institucional de ciência e tecnologia do país que são as universidades públicas, em particular o sistema federal. (GUIMARAES, 1994, pp. 30-31).

O documento 'A política brasileira de ciência e tecnologia: 1990-95', elaborado pela Secretaria da Ciência e Tecnologia em consonância com os objetivos e diretrizes fixados no PPA 1991-1995, como diretriz de política de C&T, colocava que, diante da prioridade conferida pelo Governo à melhoria das condições de vida da população, a política de C&T necessitava definir e dimensionar o papel que lhe cabia, enquanto instrumento para a implementação das políticas sociais, como saúde, educação, transportes coletivos, habitação, saneamento básico e urbanização (BRASIL, 1990).

Uma das diretrizes estabelecidas, que aborda a relação C&T e política social foi: “desenvolver linhas de ação no campo da C&T que, em articulação com as demais políticas governamentais, contribuam para a solução dos problemas sociais, regionais e setoriais do país” (BRASIL, 1990, p. 83).

No período seguinte, a partir da segunda metade da década de 90, tanto a política de C&T quanto a política de desenvolvimento social passam a ter lugar de destaque nas

políticas nacionais, assim como se fortalece a visão sobre a necessidade de promover maior articulação entre essas políticas. Nas seções seguintes desta dissertação, é analisada a política de CT&I a partir de 1995 sob a vertente do desenvolvimento social.

2.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE CT&I E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO 1995-2002

O documento intitulado 'Uma estratégia de desenvolvimento social', lançado em março de 1996, foi um marco da política social. A proposta da política social contida nesse documento foi delimitada para garantir o (i) direito social, (ii) promover a igualdade de oportunidades e (iii) proteger os grupos vulneráveis. Para atingir esses objetivos, foram estabelecidos quatro subconjuntos de ações:

- (i) selecionar um conjunto de ações que constituem condições necessárias, embora não suficientes, para promover a melhoria do padrão de vida dos brasileiros;
- (ii) concentrar esforço e atenção nos serviços sociais básicos de vocação universal: educação, saúde e previdência social;
- (iii) selecionar um conjunto de ações e programas considerados particularmente relevantes, para enfrentar pontos de estrangulamento mais dramáticos, para acelerar o processo de reforma e reestruturação de serviços sociais e para proporcionar atenção a grupos sociais que requeriam ação imediata e inadiável;
- (iv) criação do Conselho da Comunidade Solidária, constituído pelos ministros das áreas econômica e social do governo e por pessoas representativas da sociedade civil (DRAIBE, 2003).

Com esses objetivos, criaram-se programas voltados mais diretamente para políticas de bem-estar e promoção social, nas áreas tradicionalmente associadas às questões sociais: educação, saúde e nutrição, previdência social e seguro-desemprego, trabalho, habitação e saneamento.

De acordo com Draibe (2003, p. 73), "a inspiração, afirma-se, é social-democrata e o horizonte, mais que o Estado, foi o de uma sociedade de bem-estar, para a qual se pretendia caminhar, plano onde se articulariam os objetivos da política social e da consolidação democrática". Observa-se, portanto, que o documento 'Uma estratégia de desenvolvimento social' alinha-se aos preceitos constitucionais de garantir os direitos sociais à população.

O Programa Comunidade Solidária também foi parte integrante da estratégia de atuação do governo na área social e refletiu uma nova forma de conduzir a atuação do Governo Federal para combater a pobreza (MATOS, 2008). É tido por Pereira (2000) como

uma das poucas ações realizadas pelo governo nessa área.

No que compete à política pública de ciência e tecnologia, observa-se uma compatibilidade entre o direcionamento das ações de C&T com a política de desenvolvimento social, visto que as áreas de promoção social indicadas na estratégia de desenvolvimento social foram abrangidas no Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia (1996-1999), no que competia ao papel da C&T para a solução de problemas sociais.

O Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia (1996-1999) foi elaborado em consonância com o Plano Plurianual Nacional para o mesmo período. O PPA nacional foi o segundo desses planos desde que esse instrumento passou a ser exigido pela Constituição de 1988. Seu principal objetivo foi remover os principais obstáculos à consolidação do Real, à retomada do crescimento e ao progresso econômico e social da população (MATOS, 2002).

Quanto ao PPA de C&T, uma de suas características foi buscar sinergia entre as atividades de geração de conhecimento científico e tecnológico e a sua apropriação socioeconômica (BRASIL, 1996).

Portanto, já é possível visualizar uma interação entre a política de C&T e a política social, pois estava colocada explicitamente a preocupação com os produtos da ciência e tecnologia, para que esses beneficiassem a sociedade na solução de problemas sociais (BRASIL, 1996).

Outra evidência da intenção de aplicar a ciência e tecnologia para satisfazer o interesse social foi o direcionamento da C&T para responder a demandas da época e necessidades futuras da sociedade, incluído, nesse processo, o estímulo à inovação e ao acompanhamento do progresso tecnológico em curso em outros países (BRASIL, 1996).

Considerando esse direcionamento, imputou-se à C&T o papel de vetor essencial para viabilizar o projeto de desenvolvimento socioeconômico sustentável para a superação de problemas sociais. Assim, destacou-se a importância de aplicar os conhecimentos gerados no âmbito da ciência e tecnologia, para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, o Plano indicou as áreas nas quais os conhecimentos científicos e tecnológicos deveriam ser aplicados para superar problemas sociais: educação; saúde; saneamento básico; nutrição e alimentos; habitação popular; geração de emprego e renda; e transportes. Basicamente, todas essas temáticas já foram apoiadas pelo fomento do CNPq, surgindo desde os PBDCTs; assim como são basicamente as mesmas estabelecidas pelo programa social do governo de 1995-1998.

As estratégias traçadas no PPA de C&T (1996-1999) foram:

- implementar a política nacional de ciência e tecnologia em saúde;
- fortalecer a capacidade tecnológica nas áreas sociais, observada a perspectiva de gênero;
- elevar o nível de qualificação do trabalhador, mediante programas de educação supletiva de 1º e 2º graus e de educação profissional, como condição básica para a modernização do setor produtivo e para a empregabilidade da força de trabalho;
- estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. (BRASIL, 1996, pp. 23-24).

Observa-se, portanto, que a política explícita de C&T estabeleceu uma interação com a política social por meio da sinergia entre as atividades de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e sua apropriação socioeconômica em prol do bem-estar.

Há, então, um aspecto social na política explícita de ciência e tecnologia, visto que considera a C&T indissociável da qualidade de vida da sociedade. Esse aspecto será ainda mais reforçado no Livro Verde, conforme é abordado adiante.

Das estratégias estabelecidas no PPA de C&T, o CNPq foi indicado como um dos órgãos executores da estratégia: “fortalecer a capacidade tecnológica nas áreas sociais, observada a perspectiva de gênero”.

Para alcançar essa estratégia, a proposta era que o CNPq contribuísse com a superação de problemas sociais por meio da difusão de tecnologias já disponíveis, assim como por meio da promoção de pesquisas nas áreas sociais. Por exemplo, na área de nutrição e alimentos, o propósito foi apoiar projetos de pesquisa que aumentassem a qualidade e o valor nutricional de produtos alimentares, em especial os alimentos básicos, e melhorassem as condições de armazenagem e comercialização, diminuindo desperdícios; assim como apoiar o desenvolvimento de tecnologias direcionadas para pequenos produtores, de acordo com a realidade social, econômica, cultural e ambiental (BRASIL, 1996).

Para Lima (2011), foi paradoxal o discurso social-democrata na aplicação dos conhecimentos da ciência e tecnologia para a solução de problemas sociais diante do ideário neoliberal que permeou a política nacional do período, e, não pela primeira vez na história da política de C&T, deflagrou-se um declínio considerável nos investimentos em C&T. Esse declínio impactou negativamente a execução das ações previstas no respectivo PPA, fazendo com que muito do previsto não fosse realizado.

Pereira (2000) corrobora essa análise ao concluir que, de 1995 a 1998, a prioridade foi a política monetária, não tendo relevância as políticas sociais, nem mesmo as políticas econômicas. De acordo com essa autora, em 1995, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao analisar as contas do governo, evidenciou que os gastos nas rubricas sociais foram ainda menores do que no governo anterior, o qual pouco contribuíra para a melhoria das

condições sociais no país. Isso indica que a política explícita na área social não corresponde à política que verdadeiramente entrou em ação (HERRERA, 1995).

Para o período seguinte, de 2000 a 2003, o PPA foi elaborado de acordo com as diretrizes do programa Avança Brasil e refletiu o início de uma transformação do processo orçamentário brasileiro, influenciado pela nova administração pública, também conhecida como Gerencialismo. Essa influência acarretou um novo sistema de planejamento e orçamento federais, que passou a adotar um modelo gerencial voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelos efeitos na sociedade (MATOS, 2002; SANTAROSA, 2001).

Em conformidade com as orientações do PPA 2000-2003, no que cabe à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) para a promoção do desenvolvimento social, o Capítulo 3 do Livro Verde⁵ (BRASIL, 2001a) trata da CT&I para a promoção da qualidade de vida.

Uma das abordagens desse documento incidiu sobre a necessidade de aproximar a CT&I dos problemas do desenvolvimento social, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e propiciar soluções tecnológicas mais adequadas e de menor custo.

Essa visão da aproximação da CT&I com o desenvolvimento social corresponde à concepção de ciência para o bem da sociedade (VELHO, 2010, 2011), que teria se iniciado a partir do século XXI. Conforme visto no Capítulo 1, neste caso, trata-se de uma ciência concebida como socialmente construída, que confere relevância ao conhecimento local e tácito na concepção das políticas, voltada para a solução de problemas regionais e nacionais.

Na vertente social, a proposta do Livro Verde foi “explorar as possibilidades de áreas como tecnologias para a solução dos problemas sociais existentes, além de tecnologias capazes de facilitar o acesso a bens e serviços básicos (habitação, saneamento, educação, saúde e transporte), novas tecnologias de gestão dos serviços públicos e tecnologias que facilitem a criação local de novos empregos” (BRASIL, 2001a, p. 86).

O Capítulo 3 do Livro Verde (BRASIL, 2001a) foi dividido em quatro seções: (i) qualidade de vida no meio urbano; (ii) qualidade de vida no meio rural; (iii) alimentação e nutrição no Brasil e (iv) saúde. Para essas áreas, o Livro Verde identificou as prioridades de acordo com a necessidade da sociedade e direcionou a ação da CT&I para solucionar os problemas levantados.

⁵ O Livro Verde (BRASIL, 2001a): documento preliminar à Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2001, no qual foram apresentados um conjunto de diretrizes para a CT&I, visão estratégica, linhas de ação, prioridades, instrumentos, arcabouço institucional e fontes de financiamento para discussão durante a Conferência.

Esse direcionamento da CT&I caracteriza uma relação interativa entre C&T&I&S, que integra oferta e demanda de produção e uso de conhecimento para o bem comum, em consonância com a concepção de ciência como um bem socialmente construído (VELHO, 2010, 2011).

Por sua vez, o Livro Branco (BRASIL, 2002) concluiu o ciclo da Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação de 2001, iniciado com o Livro Verde. Ele foi uma expressão dos resultados da Conferência realizada em setembro de 2001, e abordou perspectivas de longo prazo.

Diferentemente do Livro Verde (BRASIL, 2001a), não consta do Livro Branco (BRASIL, 2002) uma abordagem estratégica da aplicação da ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento social. Nesse sentido, o social deu lugar à inovação, foco da política abordada naquele documento. Deu-se ênfase, a partir de então, à inovação, junto à ciência e tecnologia, para contribuir com o desenvolvimento, o bem-estar, a justiça social e o exercício da soberania (BRASIL, 2002).

Dessa forma, a partir do PPA 2000-2003, o “i” de inovação foi incorporado à nomenclatura ciência e tecnologia, que passou de C&T para CT&I. Em 2011, o “i” viria a ser acrescido à nomenclatura do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que passou a denominar-se Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os objetivos propostos no Livro Branco (BRASIL, 2002) para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foram:

- (1) criar um ambiente favorável à inovação no País;
- (2) ampliar a capacidade de inovação e expandir a base científica e tecnológica nacional;
- (3) consolidar, aperfeiçoar e modernizar o aparato institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- (4) integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação;
- (5) desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- (6) transformar CT&I em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2002, p. 36).

Para enfrentar a instabilidade financeira, que acarretou um descompasso entre a política explícita e as realizações na área de CT&I no período de 1995-1998, foram criados, em 1999, os Fundos Setoriais (FS), instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil.

O objetivo da criação dos Fundos Setoriais foi garantir a estabilidade de recursos para a área, criar um novo modelo de gestão, com a participação de vários segmentos sociais, e

promover maior sinergia entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo⁶.

Os Fundos Setoriais também buscavam promover a desconcentração das atividades de CT&I, sendo que pelo menos 30% dos recursos deveriam ser obrigatoriamente dirigidos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dessa forma, constituíam importante instrumento da política de integração nacional e promovem a disseminação dos benefícios da CT&I⁷.

De acordo com Cassim (*apud* SANTAROSA, 2001), esses Fundos

vão ter um impacto enorme no PPA 2000-2003 porque eles duplicam o orçamento do MCT. O dinheiro que eles trazem a mais dobra o orçamento do MCT, se tudo ocorrer dentro da previsão que está sendo feita. O impacto é muito grande, não só pelo volume de recursos, e isso é muito importante, mas, principalmente, pela nova forma de gestão do fomento que os Fundos introduzem – a ideia de Gestão Compartilhada...”. (CASSIM, 2001 *apud* SANTAROSA, 2001, p. 154).

É verdade, de acordo com Pacheco (2007), que inicialmente os Fundos Setoriais tiveram um grande impacto no Orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Em 1998, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) tinha um orçamento de apenas R\$ 89 milhões. Para o ano de 1999, o orçamento global do MCT passou a R\$ 1,7 bilhão. A receita dos Fundos viria a ser, portanto, um componente central do fomento realizado pelo Governo Federal (PACHECO, 2007). Isso porque, pela proposta original, os recursos dos FS deveriam ser ‘complementares’ aos recursos do orçamento, o que não se concretizou ao longo do tempo (LIMA, 2008).

Além disso, a efetiva execução orçamentária dos Fundos Setoriais ficou aquém do planejado, devido aos contingenciamentos decorrentes da política fiscal brasileira. O percentual da receita dos Fundos efetivamente gasto foi da ordem de 50% da receita no período 1999-2002 (PACHECO, 2007).

Como ocorrido de 1995 a 1998, o período seguinte também foi marcado pelo descompasso entre a política explícita e a realizada na área social. De acordo com Pereira (2000), agravaram-se o desemprego e a pobreza e não houve políticas de satisfação das necessidades sociais básicas.

Outra crítica de Pereira (2000) à política social do governo de 1999-2002 incide no estabelecimento do *mínimo social*⁸ nos documentos oficiais de regulação dessa política. De acordo com a autora, a noção de mínimo social se aplica, de forma restrita, às necessidades sociais elementares. Assim, o campo de atuação das políticas sociais ficou restrito à

⁶ FINEP: www.finep.gov.br

⁷ *Ibidem*.

⁸ No trabalho de Pereira (2000, p. 26), é estabelecida a distinção de mínimo e básico. Mínimo tem a conotação de menor, de menos, identificado com a satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. Por sua vez, o básico expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável.

setorização tradicional da matéria: saúde, educação, previdência, etc. Conclui a autora que, dessa forma, a focalização da política social se transformou em uma “armadilha da pobreza” por deixar uma considerável parcela da população à margem dos benefícios sociais (PEREIRA, 2000, p. 179).

Para uma abordagem mais ampla do campo de atuação da ciência e tecnologia para promoção do desenvolvimento social, deve-se observar a atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criada em 2002. A finalidade dessa Secretaria é propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes nos meios rural e urbano.

Essa iniciativa institucionalizou o papel da ciência e da tecnologia para a promoção do desenvolvimento social na estrutura organizacional do MCTI. Uma das formas de a SECIS desempenhar seu papel é firmar parceria com o CNPq, nas chamadas públicas realizadas por esse Conselho. Essas chamadas abordam diversos temas, que têm por finalidade promover a inclusão social por meio da ciência e tecnologia.

Outro marco de ampliação das temáticas de atuação da C&T como ferramenta de promoção do desenvolvimento social foi o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI 2007-2010), um instrumento de orientação das ações de Estado para a área de CT&I, conforme é exposto no tópico seguinte desta dissertação.

2.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE CT&I E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL A PARTIR DE 2003

Um dos principais propósitos do governo brasileiro a partir de 2003 foi enfrentar o desafio de eliminar a fome e a miséria no Brasil. Nesse sentido, a proposta centrou-se na construção de uma sociedade dinâmica, na geração de empregos, riquezas e no estabelecimento de justiça social. A política nacional passou a privilegiar o desenvolvimento sustentado com equidade social.

Nas estratégias de longo prazo, a dimensão social assumiu um aspecto de relevância no âmbito da CT&I. De acordo com o Ministério do Planejamento, o PPA 2004-2007, como instrumento de planejamento econômico e social, teve como objetivo inaugurar as seguintes estratégias: inclusão social e desconcentração da renda, com crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade; e redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades

competitivas que viabilizassem esse crescimento sustentado. As políticas e programas que deram substância a essa estratégia distribuíram-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática (BRASIL, 2003).

O PPA 2004-2007 é, portanto, um marco da importância da vertente desenvolvimento social na política nacional. Essa importância se reflete na política de ciência e tecnologia com a criação, a partir desse plano, do Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social.

Contudo, as ações de ciência e tecnologia em promoção do desenvolvimento social não estão restritas ao Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. Há ações vinculadas a outros programas que também contribuem para o desenvolvimento social, como se verá no Capítulo 3 à frente, no âmbito dos convênios com outras instituições.

O PPA 2008-2011 do Governo Federal estabeleceu os seguintes objetivos pertinentes à macropolítica:

1. promover a inclusão social e a redução das desigualdades;
2. promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
3. propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento em seus diversos níveis e modalidades, com equidade e qualidade;
4. fortalecer a democracia e a cidadania com garantia dos direitos humanos;
5. implementar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
6. reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
7. fortalecer a inserção soberana no cenário internacional e a integração sul-americana;
8. elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica;
9. promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos; e
10. promover o acesso com qualidade a serviços e benefícios sociais, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter democrático e descentralizado.

O PACTI 2007-2010 definiu, no âmbito das políticas de CT&I, estabelecido a partir das orientações e prioridades do PPA 2008-2011, um amplo leque de iniciativas, ações e programas para tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no desenvolvimento sustentável do País.

Pertinente a este trabalho, deve-se destacar, esta, entre as quatro prioridades

estratégicas estabelecidas no PACTI:

- Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Essa estratégia previa “promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social” (BRASIL, 2010, p. 157).

Vinculadas a essa estratégia, foram estabelecidas duas linhas de ação:

- (i) Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências

De acordo com o PACTI, esta ação visava contribuir para o desenvolvimento social do país, promovendo a popularização da CT&I e colaborando para a melhoria da educação científico-tecnológica e de inovação, por meio de: apoio a programas, projetos e eventos de divulgação científico-tecnológica e de inovação; realização anual da Semana Nacional de C&T, com ampliação do número de cidades abrangidas; estabelecimento de cooperação internacional para a realização de eventos de educação e divulgação científico-tecnológica e de inovação; criação e desenvolvimento de centros e museus de ciência; desenvolvimento de programas de educação científico-tecnológica e de inovação, em colaboração com o MEC, como olimpíadas de matemática e de ciências, além de feiras de ciências; produção de material didático inovador e de conteúdos digitais na *internet* para apoio a professores e estudantes e para divulgação científico-tecnológica e de inovação mais ampla.

Os subtemas vinculados a essa linha de ação e estabelecidas no PACTI 2007-2010 como forma de promover o desenvolvimento social por meio da ciência e tecnologia foram:

- apoio a projetos e eventos de divulgação e de educação científica, tecnológica e de inovação;
- apoio à criação e ao desenvolvimento de centros e museus de ciência, tecnologia e inovação;
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP);
- conteúdos digitais multimídia para educação científica e popularização da CT&I na Internet.

- (ii) Tecnologias para o Desenvolvimento Social

O objetivo foi articular, fomentar e promover ações para a produção, a difusão, a apropriação e a aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional do país, bem como

mecanismos de inclusão digital, mediante o desenvolvimento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados para as tecnologias sociais e de inclusão social.

A ação se desdobra em subtemas, pelos quais é possível visualizar os direcionamentos estabelecidos pela política pública, para que a ciência e tecnologia promovam o desenvolvimento social:

- implementação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;
- programa nacional de inclusão digital;
- apoio à pesquisa, à inovação e à extensão tecnológica para o desenvolvimento social;
- programa comunitário de tecnologia e cidadania;
- CT&I para o desenvolvimento regional com enfoque em desenvolvimento local – Arranjos Produtivos Locais (APLs);
- apoio à pesquisa e ao desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional;
- pesquisa e desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para inserção social;
- capacitação em CT&I para o desenvolvimento social.

A partir de 2006, houve uma reestruturação das ações de programas vinculados ao MCTI no PPA. Com isso, no âmbito do PPA 2008-2011 e da prioridade Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social do PACTI 2007-2010, as atribuições do CNPq passaram a corresponder à execução de atividades em parceria com o MCTI e outros ministérios e instituições.

A crescente relevância do desenvolvimento social para a política pública de CT&I também reflete a importância da participação da sociedade no processo de discussão das políticas a serem implementadas. Nesse sentido, cabe registrar que o diálogo estabelecido com a sociedade por meio das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) contribui com a relação C&T&I&S.

A 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (3ª CNCTI), realizada em novembro de 2005, em Brasília, trouxe à discussão o tema da inclusão social. Na visão da 3ª CNCTI, inclusão social “pressupõe cidadania plena, respeito à prática democrática, proteção dos direitos humanos e garantia de acesso aos bens e serviços indispensáveis à vida com dignidade e à plena realização humana”.

Alguns aspectos foram destacados nessa conferência com vistas a direcionar a contribuição da ciência, da tecnologia e da inovação no enfrentamento do desafio da inclusão social no Brasil:

- acesso à educação e ao treinamento profissionalizante;
- acesso ao trabalho e participação ativa na cadeia produtiva.;
- direito a usufruir os bens e serviços mais fundamentais para a vida saudável e produtiva, como: saneamento, saúde, transporte, segurança, habitação, entre outros;
- direito a tomar pleno conhecimento e opinar sobre temas sensíveis, que possam vir a afetar a vida das pessoas nos diversos aspectos físicos e mentais;
- regionalização de políticas e ações de CT&I, de modo a atender às peculiaridades e demandas regionais;
- acesso aos meios digitais de informação e comunicação.

O desafio da ciência e tecnologia para a inclusão social também é caracterizado pela concepção de programas que envolvem uma multiplicidade de atores sociais e características multidisciplinares – interatividade de saberes –, na produção e aplicação do conhecimento para a solução de problemas sociais diversos. Essas características também estão presentes nas chamadas públicas realizadas pelo CNPq e parceiros.

Neste capítulo, procurou-se evidenciar que, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, as linhas de ação em ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento social têm sido ampliadas e aperfeiçoadas. No âmbito da macropolítica, as políticas sociais ganharam destaque no PPA 2004-2007, cujo reflexo na política de CT&I foi a criação do Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. No período seguinte, as diretrizes da macropolítica estabelecidas no PPA 2008-2011 balizaram a criação do PACTI 2007-2010, no qual se destaca a estratégia Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Conclui-se, portanto, que o Governo Federal, ao imputar maior relevância à política social na macropolítica, induz a política pública de CT&I a estabelecer diretrizes nessa mesma direção. O Capítulo seguinte analisa o reflexo desse direcionamento na ação do CNPq.

3 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA AÇÃO DO CNPq

Uma observação importante é a de que é inegável que não podemos tratar a ciência de maneira desvinculada dos demais campos do conhecimento e da atividade humana. Nesse sentido, é correto afirmar que a ciência moderna tem-se caracterizado como instrumento essencial da busca de respostas para satisfazer as necessidades de ordem ideológica, econômica e social.

Ivan Rocha

Até aqui, tratamos de refletir sobre o referencial teórico pertinente à temática deste trabalho. Após compreender diversos aspectos que estão inseridos no conceito de desenvolvimento social, empreendemos uma análise da evolução da preocupação com o desenvolvimento social por parte da sociedade e do Estado, com destaque para o redirecionamento das políticas de CT&I e das políticas sociais na Constituição Federal brasileira de 1988. No âmbito da macropolítica, foram destacados alguns marcos da política social e da política de CT&I na dimensão social. A partir da compreensão do que até aqui foi levantado, passaremos a analisar a ação do CNPq à luz da política social e da política de CT&I do governo federal na promoção do desenvolvimento social.

Este capítulo tem como objetivo identificar as ações do CNPq na promoção do desenvolvimento social. Com esse intuito, é apresentada a trajetória da orientação institucional desse Conselho, de forma a destacar, do conjunto das suas atribuições, aquelas relacionadas à promoção do aspecto social. Vamos buscar, também, identificar de que forma e até que ponto a crescente ênfase no desenvolvimento social na política nacional mais ampla, e na de política de C&T – como analisado no capítulo anterior –, se refletiu na ação do CNPq. Para isso, iniciamos com uma análise histórica das ações do CNPq, para verificar as diretrizes e iniciativas em prol do desenvolvimento social. Nesse âmbito, planos plurianuais e planos de ciência, tecnologia e inovação do governo federal foram analisados. Por fim, são analisadas algumas chamadas públicas⁹ que tiveram como finalidade promover o desenvolvimento social.

3.1 O CNPQ E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O hoje denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado como Conselho Nacional de Pesquisas em 1951, por meio da Lei nº 1.310, sancionada pelo Presidente Dutra e chamada pelo Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, o primeiro presidente do órgão, de "Lei Áurea da Pesquisa no Brasil".

⁹ Instrumento de fomento aplicado pelo CNPq para seleção de projetos e concessão de bolsas, apoio a projetos específicos e estratégicos.

Para compreender as formas de atuação desse Conselho e suas abordagens referentes à dimensão social, é possível, grosso modo, considerar a seguinte periodização: desde a criação até o início dos anos 60; o período dos governos militares – de 1964 a 1985; de 1985 a 1995 com destaques, em termos nacionais, para a Nova República, a promulgação da Nova Constituição e o conturbado início dos anos 90; pós 1995, com a crescente preocupação com a dimensão social e o estabelecimento do desenvolvimento social como uma das vertentes centrais da macropolítica.

No início da década de 50, a economia brasileira era fortemente baseada no setor agrícola e no de mineração. Nessa década, a industrialização passou a ser uma das metas centrais da política de desenvolvimento. Nesse sentido, para o programa econômico, que tinha como objetivo sedimentar as bases da industrialização, constituíam preocupação importante a baixa capacidade de absorção das tecnologias provenientes dos países mais avançados e a necessidade de desenvolvimento de setores estratégicos. Entre os instrumentos para superar obstáculos ao desenvolvimento científico e tecnológico, destacam-se as atividades de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa e à tecnologia. Nesse contexto, surge o CNPq, juntamente com outras instituições, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Uma grande motivação entre cientistas e militares naquela época relacionava-se à área nuclear, o que fortalecia a idéia da concepção de um órgão nacional de pesquisa científica no âmbito da energia atômica. Esse interesse estava associado a eventos da Segunda Guerra Mundial e à demonstração de força e importância da energia atômica no plano das ciências e no plano político-militar.

No início da criação do CNPq, os dois objetivos básicos desse órgão eram: (i) promover a capacitação científica e tecnológica nacional e (ii) responsabilizar-se por todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica no país. De 1951 a 1956, as atividades do CNPq voltaram-se primordialmente para a energia atômica, iniciando-se o fomento e formação de recursos humanos dessa área mediante a concessão de bolsas de estudos no País e no exterior, bem como os auxílios à pesquisa; alguns institutos de pesquisa foram agregados a este Conselho, por meio dos quais se fazia execução direta de pesquisa. (BRUNETTI, SOUZA PAULA & YAMAMOTO, 1983; MUNIZ, 2008).

Atualmente, conforme disponibilizado no sítio do CNPq (www.cnpq.br), a missão institucional, reformulada em 2011, é

“fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional”, tendo como visão estratégica “ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da

Ciência, da Tecnologia e da Inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira”.

Entre esses dois momentos – inicial e atual do CNPq –, o CNPq tem contribuído com a temática social de forma distinta, dependendo de fatores variados, destacando-se as diferentes concepções sobre como organizar o trabalho científico e sobre o papel social da ciência que, explícita ou implicitamente, orientaram o direcionamento organizacional da instituição e, posteriormente, a política nacional de CT&I.

É preciso ressaltar que, mesmo no âmbito das ações mais gerais de C&T realizadas pelo CNPq, voltadas para P&D e para a formação de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação, gera-se um impacto social relevante. Contudo, como o foco desta dissertação centra-se nas ações mais diretamente direcionadas às questões, necessidades e demandas do desenvolvimento social, teremos de limitar nossa análise.

Nessa linha, de sua criação até os dias de hoje, o CNPq passou por períodos de reformulação de seus objetivos, nos quais se evidenciam diferentes formas de abordagem e relação com o social, como vamos expor a seguir.

O primeiro momento de importante reorientação institucional ocorreu quando as atividades da Comissão de Energia Atômica do CNPq foram transferidas para a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), criada pelo Decreto nº 40.110, de 10 de outubro de 1956. Muito embora o CNPq não tenha deixado de apoiar áreas relacionadas à política nuclear, essa mudança na política setorial colocou a necessidade de revisão dos seus objetivos.

Não tendo mais a área atômica sob sua responsabilidade, o CNPq passa a ter dois importantes focos de orientação:

- promoção da atividade de fomento à pesquisa científica, num esforço de reação à política relativamente passiva praticada até então, com exceção da área de física;
- início de uma prática de aproximação com os setores produtivos nacionais, visando atender às suas necessidades de pesquisa tecnológica e de pessoal técnico especializado. Os contatos iniciais visaram avaliar as dificuldades técnicas da vida industrial e investigar a forma hábil de vencê-las. O CNPq preocupa-se em abrir uma porta para a aplicação dos avanços técnico-científicos à produção econômica. (BRUNETTI, SOUZA PAULA & YAMAMOTO, 1983, p. 108, grifo nosso).

Em decorrência disso, em 1958, sua orientação essencial foi fortalecer a pesquisa com ênfase em ângulos que repercutissem nos aspectos econômicos do país. Além disso, o CNPq procurou fortalecer programas de cooperação com as universidades e similares para a formação de técnicos, de forma a adequar-se às necessidades do mercado de trabalho industrial (BRUNETTI, SOUZA PAULA & YAMAMOTO, 1983).

O CNPq, nesse sentido, fez um movimento de aproximação entre ciência e sociedade,

ainda que limitado, ao destacar a necessidade de interação entre as atividades de C&T e as necessidades do setor industrial. Nessa fase, predominava a concepção linear de ciência, mas a ênfase passou a ser na demanda (*demand pull*) (VELHO, 2010). Com isso, o CNPq alinhou-se com o foco da política de C&T, que era de incentivar pesquisadores a trabalharem em problemas relevantes para o setor produtivo e a transferência de tecnologia, em uma concepção socialmente neutra de ciência e tida como “motor do progresso”.

O CNPq no período de 1964-1985

Outro momento de reorientação institucional ocorreu em 1964, com a reforma do CNPq por meio da Lei 4.533¹⁰. Uma de suas competências passou a ser, de acordo com o art. 3º da citada lei,

“formular a política científica e tecnológica nacional e executá-la mediante planejamento com programas a curto e a longo prazo, periodicamente revistos. Articular-se com ministérios e mais órgãos do governo nas questões científicas e tecnológicas, de modo a assegurar a coordenação de programas e melhor aproveitamento de esforços e recursos. Incentivar as pesquisas, visando ao aproveitamento das riquezas potenciais do país, sobretudo as que podem contribuir para a economia, a saúde e o bem-estar. Incentivar e auxiliar financeiramente a realização de pesquisas em universidades ou institutos. Colaborar, especialmente com o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Forças Armadas, na formulação de conceito estratégico nacional que dependam da ciência e da tecnologia. Colaborar com as indústrias, fornecendo assistência científica e técnica”. (Grifo nosso).

Observa-se que permaneceu a atribuição de articulação com outros atores e de aproximação com a sociedade, por meio das contribuições a setores como saúde, a busca de bem-estar, e o fornecimento de assistência científica e técnica ao setor produtivo. A principal modificação foi, segundo Romani (1982), uma maior explicitação da função do CNPq como órgão formulador de políticas, permanecendo a função de coordenador a ele atribuída desde o início.

Esse mesmo autor observa que foi dada ênfase ao planejamento como instrumento de gestão organizacional, reflexo de uma ideologia governamental global associada ao reconhecimento da importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional.

Em decorrência dessa orientação institucional e da nova atribuição do CNPq, foram formulados o Plano Bienal para o período 1965-66 e o Plano Quinquenal para o

¹⁰ Essa Lei, de 8 de dezembro de 1964, altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4533.htm. Consultado em 12/11/13.

Desenvolvimento Científico e Tecnológico para 1968-72. Esse último, além de suprir a ausência de uma planificação global da ciência e tecnologia para o país, também correspondeu a um instrumento de formulação de política científica e tecnológica nacional.

O Plano Quinquenal baseou-se no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), programa no qual o governo propôs, pela primeira vez, de maneira explícita e sistematizada, a adoção de uma Política de Ciência e Tecnologia para o País. Inicia, também, a associação explícita dessa política e de seus instrumentos com os planos nacionais de desenvolvimento.

No que tange à atuação do CNPq com repercussão no desenvolvimento social, um dos objetivos estabelecidos no Plano Quinquenal tratava da fixação de prioridades para a execução de programas, buscando estabelecer um caráter integrado ao processo de planejamento. Alguns programas de promoção científica e de pesquisas foram vinculados a determinadas prioridades então estabelecidas para a política nacional, tais como a produção de alimentos e a exploração racional de recursos naturais na Região Amazônica e na Plataforma Continental (BRUNETTI, SOUZA PAULA & YAMAMOTO, 1983).

No entanto, do ponto de vista da promoção do desenvolvimento social, apesar da prioridade na produção de alimentos – atividade de inegável importância social –, o Plano Quinquenal não avançou muito. Na verdade, o plano visava primordialmente à formação, pós-graduação e contratação de pesquisadores, além da manutenção dos equipamentos de centros nacionais (ROMANI, 1982).

No período de 1972 a 1985, foram instaurados os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), vistos no Capítulo 2 desta dissertação, que se desdobraram em planos setoriais, Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs), no caso da ciência e tecnologia. Como vimos, os PBDCTs refletiam a integração dos planos setorializados elaborados pelas secretarias de ciência e tecnologia dos ministérios, visando à execução das metas estabelecidas nos PNDs, inclusive, ações relacionadas a aspectos sociais, tais como saneamento e habitação, saúde, alimentação e nutrição, tecnologia educacional.

Nesse período em que se buscou consolidar um “Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT)”, a atribuição do CNPq – então vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – incluía “realizar estudos relativos à formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, compreendendo a definição de objetivos, princípios, diretrizes gerais, critérios e prioridades, tendo em vista a contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico e social do país” (BRASIL, 1982, grifo nosso).

O papel do CNPq, nesse esforço de estabelecer ações de apoio ao social, reflete uma concepção de ciência identificada por Velho (2010) como “Ciência como Solução de Problemas” e que teria vigorado nas décadas de 60 e 70. O II PBDCT (1976-1979), ao contemplar, em seu programa de ação, o propósito de “utilizar o conhecimento científico e tecnológico disponível na solução dos problemas que afetam o desenvolvimento social” (II PBDCT, p. 177), enquadra-se na análise conceitual realizada por essa autora.

Diante da perspectiva de se empregar a tecnologia como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional e social, foi criada no CNPq a Superintendência de Implementação de Programas (SIP), com o objetivo de promover programas integrados de âmbito nacional e regional relacionados às metas do II PND/II PBDCT. Os programas implementados pelo CNPq e em parceria com outras entidades envolveram diversas atividades de projetos distintos e integrados. Entre esses programas, estavam:

- Programa do Trópico do Semiárido: o objetivo inicial foi estimular a contribuição da ciência e da tecnologia ao desenvolvimento econômico e social da zona semi-árida do Nordeste e ao adequado conhecimento e controle das suas características ecológicas, por meio do desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada nas áreas da ecologia, previsão de secas e chuvas artificiais, melhoramento genético vegetal e animal, uso e conservação da água, irrigação, agricultura da lavoura e energia solar.
- Programa do Trópico Úmido: os principais objetivos iniciais foram (i) dar ênfase aos estudos com direta aplicação aos programas de colonização e produção agropecuária, como o levantamento pedológico a diferentes níveis de detalhamento e a ampliação dos conhecimentos sobre as condições macroclimáticas locais; (ii) esclarecer questões controversas, como a dos resultados do deflorestamento, no tocante a condições ecológicas; (iii) buscar soluções realísticas para problemas de conservação da natureza e controle da poluição ambiental; (iv) proporcionar maior conhecimento e controle de certas doenças humanas no trópico, como a febre negra, a febre amarela, a malária.
- Programa dos Cerrados: desenvolvido basicamente em três segmentos – (i) levantamento de recursos da área dos cerrados; (ii) pesquisa e experimentação agropecuária ; (iii) desenvolvimento de recursos humanos.
- Projeto Aripuanã: a finalidade foi a realização de pesquisas visando à integração, colonização e desenvolvimento do município de mesmo nome.

Além desses programas voltados para o desenvolvimento regional, outros programas e projetos entraram em execução no âmbito do CNPq, seguindo a diretriz do II PBDCT de aplicar a ciência e tecnologia para compensar a má distribuição de renda, por meio de

investimentos em educação, saúde, saneamento e nutrição, portanto, com um direcionamento específico à área social (BRASIL, 1976, p. 13). São eles:

- *habitação e saneamento*: a ciência e tecnologia deveria contribuir para os programas nacionais de desenvolvimento social, no que dizia respeito à solução de problemas urbanos gerados pela acelerada ampliação espacial das regiões metropolitanas. Exemplo de programa desenvolvido nessa área no âmbito do CNPq: Programa de Tecnologia Urbana e de Habitação;
- *saúde*: o papel do CNPq foi, junto ao Ministério da Saúde, utilizar mecanismos de articulação propiciados pelo SNDCT, para a obtenção, pela integração programática, da atuação de diferentes entidades federais, estaduais e privadas, e a respectiva produção científica para contribuir diretamente ou indiretamente para a solução dos problemas de saúde. Exemplo de programa desenvolvido nessa área no âmbito do CNPq: Programa de Doenças Endêmicas;
- *alimentação e nutrição*: a importância do papel do CNPq estava no desenvolvimento de programas integrados de âmbito nacional para a promoção, preservação e restauração da saúde da população. Por exemplo, no âmbito do CNPq, a implementação do Programa de Alimentação e Nutrição;
- *tecnologia educacional*: à época, a evolução da ciência ligada à educação deu-se principalmente por meio do desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos nas áreas de planejamento e administração educacional, bem como na área da informação e de comunicações. Para dinamizar a tecnologia educacional, foram propostos o desenvolvimento de três aspectos: o setor de pesquisa, gerador de ciência e tecnologia; o sistema de absorção, transferência e aplicação das tecnologias já existentes; e o sistema de produção por meio de técnicas, particularmente referentes a materiais didáticos. Nesse âmbito, foi celebrado um acordo entre o CNPq e o Ministério da Educação (MEC), em abril de 1975, cujo principal objetivo foi a implementação do Sistema de Informações da Educação e Cultura (SIEC), enfocando prioritariamente as atividades-fim do Ministério.

No final da década de 70, em prosseguimento à Era PND, o CNPq, baseado nas diretrizes do III PND, elaborou o III PBDCT.

A partir das linhas de ação estabelecidas no III PBDCT e sob a promoção e coordenação do CNPq, deu-se prosseguimento ao processo de seleção de programas e

atividades prioritários que deveriam ser implementados nos diversos setores. Desse processo, resultou a Ação Programada em Ciência e Tecnologia e seu respectivo orçamento-programa.

No que se refere ao processo de planejamento, as Ações Programadas imprimiram uma rotina institucional nova e diferenciada no CNPq, sob a coordenação do então presidente, Linaldo de Albuquerque. Para elaborar as Ações Programadas, buscou-se a integração entre agências, organismos de política industrial, pesquisadores e atores diversos. De acordo com Albuquerque (2004), nesse período,

as ações do CNPq foram impulsionadas pelos princípios da participação, da associação, da conquista de novos espaços, da ampliação dos interesses e compromissos, da identificação de novas fontes de recursos e, sobretudo, pelo exercício efetivo da sua responsabilidade formal de coordenação. (Albuquerque, 2004, p. 207).

Tradicionalmente, o CNPq abordava determinadas áreas do conhecimento, assim como selecionava projetos individuais de pesquisa de acordo com critérios que valorizavam a excelência dos proponentes, as chamadas “Ilhas de Excelência”. As Ações Programadas romperiam com esse fluxo por sua característica integradora e sistêmica e por adotar um enfoque setorial, regional e um esforço colegiado; ou seja, promoveria uma maior abertura na relação C&T e sociedade. Elas deveriam estimular iniciativas capazes de suprir as necessidades dos vários estágios dos sistemas produtivos e gerar conhecimento e competência que promoveriam o melhor aproveitamento dos recursos naturais para promoção da qualidade de vida da população (ALBUQUERQUE, 2004), em um esforço de aproximação da ciência com a sociedade.

As Ações Programadas, de certa forma, promoveram a democratização do conhecimento científico e tecnológico com ações nas regiões mais distantes do País. Em outras palavras, uma de suas grandes dimensões foi a de mostrar o sentido social do conhecimento, tirando-o de círculos elitistas e colocando-o a serviço do País. Essa dimensão pioneira é bastante atual e constitui mesmo um dos principais desafios da política de ciência e tecnologia. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 205, grifo nosso).

Portanto, no âmbito das diretrizes da política de ciência e tecnologia do III PBDCT, o CNPq realizou algumas ações no período 1980-1985 pertinentes às temáticas de interesse social, muito embora as atividades institucionais tenham sido prejudicadas pela conjuntura nacional – de forte crise econômica e política, com consequente enfraquecimento da execução dos planos de governo.

Em 1980, deu-se continuidade às ações no âmbito dos programas regionais Trópico Semiárido e Trópico Úmido, e foi realizado o Simpósio sobre Desenvolvimento Social – Contribuição da Ciência e da Tecnologia, em Recife/PE. Nesse mesmo ano, foi criada, na estrutura organizacional do CNPq, a Superintendência de Desenvolvimento Social,

subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Social, à qual estavam vinculadas as seguintes coordenações: Coordenação de Estudos de Programação e Controle; Coordenação de Programas de Educação e Cultura; Coordenação de Programas de Saúde Pública; Coordenação de Programas de Alimentação e Nutrição; Coordenação de Programas Especiais; Coordenação de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Grupo de Trabalho de Habitação, Urbanismo e Saneamento e Grupo de Trabalho de Tecnologias Apropriadas. Essa reestruturação institucional é uma clara evidência da relevância da temática social para o CNPq.

Em 1981, sob a responsabilidade do Conselho Científico e Tecnológico (CCT) e com o apoio das coordenações técnicas do CNPq, foram aprovadas algumas ações programadas correspondentes às indicadas como de interesse social: Meio Ambiente, Habitação, Saneamento, Saúde e Nutrição e Educação. Quanto aos programas setoriais nessas temáticas, foram implementados: Programa Nacional de Tecnologia de Alimentos; Programa Integrado de Doenças Endêmicas; Programa de Saneamento Básico; Programa de Alimentação e Nutrição. Além disso, continuaram os trabalhos referentes aos programas regionais: Programa do Trópico Semiárido e Programa do Trópico Úmido.

Em 1982, os programas setoriais implementados na temática social foram Programa Integrado de Doenças Endêmicas; Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural; Programa de Recursos Naturais e Meio Ambiente; Programa Integrado de Educação; Programa Nacional de Ciência e Tecnologia em Habitação e Planejamento Urbano; Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Saneamento Básico; Programa de Saúde Coletiva; Programa Nacional de Pesquisa em Nutrição Humana e Alimentos. No âmbito dos programas regionais, deu-se continuidade ao Trópico Úmido e Trópico Semiárido. Nas ações programadas, contou-se com os segmentos Habitação e Saneamento, Educação, Saúde e Nutrição.

Até 1985, apesar da crise pela qual passava o CNPq, identificam-se ações programadas, programas setoriais e programas regionais em algumas das temáticas sociais, na mesma perspectiva das ações exemplificadas nos parágrafos acima. Vale destacar, em 1983, o desenvolvimento de atividades no âmbito do programa setorial de Transferência de Tecnologia Apropriada ao Meio Rural e, em 1985, as primeiras iniciativas para a efetivação do Programa Integrado para o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos.

Em 1985, já no governo civil, houve um “deslocamento de forças com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a destituição do CNPq das atribuições de coordenador geral do SINDCT” (MUNIZ, 2008, p. 219). Ao perder essa atribuição de planejamento e formulação de políticas de C&T em termos nacionais, o CNPq também

diminuiu a ênfase em ações de planejamento e avaliação (GUIMARÃES, 1994; MUNIZ, 2008).

Porém, como mencionado acima, antes mesmo dessas mudanças, as atribuições do CNPq em planejar as ações em ciência e tecnologia e, conseqüentemente, em implementar os programas estratégicos ficaram prejudicadas pelo agravamento da crise econômica e política do início da década de 80. Dessa crise, resultou um declínio da relevância político-administrativa da ciência e tecnologia, evidenciada por meio da deterioração do orçamento de C&T e da perda da importância estratégica relativa dessa área (BRASIL, 1990).

Em termos nacionais, como se viu no Capítulo 2, surge o I Plano Nacional da Nova República 1986-1989, I PND-NR. No tocante à ciência e tecnologia, a política passa a ser definida e coordenada pelo recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia.

O CNPq no período de 1985-1995

Em decorrência da criação do MCT, houve uma reestruturação interna no CNPq, com revisão de suas atribuições. Em 1985, o Conselho Deliberativo¹¹ foi reintroduzido na estrutura organizacional desse Conselho, com maioria dos membros oriundos da comunidade científica e tecnológica.

Quanto aos recursos financeiros, foi um período de escassez e de modificação do perfil institucional das agências, com propostas de extinção e redefinição das atribuições. Essas iniciativas “racionalizantes” influenciaram para a baixa realização de ações no âmbito do CNPq, com reflexos na sua atribuição como o principal responsável pelo fomento científico.

Em meio à crise, o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), financiado por meio de empréstimo pelo Banco Mundial, foi o instrumento que tornou viáveis ações na área de ciência e tecnologia:

Com a exceção do PADCT, que trouxe dinheiro novo para o sistema, embora tivesse sido gestado num momento de depressão financeira, todas as iniciativas “racionalizantes” foram concebidas pra gerenciar a escassez em conjunturas críticas para o sistema de C&T e para o setor governamental. (GUIMARÃES, 1990, p. 57).

Fruto de acordos de empréstimo entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, o PADCT foi criado em 1984, como um instrumento complementar à política de fomento à C&T, com o intento de estabelecer uma interface entre a pesquisa e o setor produtivo,

¹¹ Órgão superior de fixação da política e de orientação das atividades do CNPq e sua instância máxima de deliberação (Regimento Interno, Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002, disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/regimento-interno>).

induzindo a criação de parques e polos tecnológicos (FAPESP, 2002; Centro de Memória do CNPq¹²).

A finalidade desse Programa foi a de fomentar a parceria entre indústria, as universidades, os institutos tecnológicos e as agências públicas de fomento à ciência e tecnologia. Desdobrou-se em três fases. O PADCT I (1984) teve como objetivos ampliar, melhorar e consolidar a competência técnico-nacional no âmbito de universidades, centros de pesquisas e empresas; no PADCT II (1991), foram incorporados os subprogramas Novos Materiais e Ciências Ambientais, devido à relevância estratégica dessas áreas para o desenvolvimento social e econômico do País; o PADCT III (1998-2004) foi estabelecido com o propósito de melhorar o desempenho do setor brasileiro de C&T por meio da promoção de um sistema eficiente de inovação. Nesse último, o aspecto social aparece pelo princípio operacional de promover a capacidade regional de C&T para redução das desigualdades regionais e desenvolvimento das populações envolvidas (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Portanto, mesmo naquele contexto de crise, dominado por uma perspectiva de não-política em C&T, da ausência de um planejamento efetivo com diretrizes de ação e da escassez de recursos financeiros (MUNIZ, 2008; GUIMARÃES, 1994), houve algumas realizações em apoio ao social no âmbito do CNPq.

Por meio de uma pesquisa exploratória no portal do CNPq, foi possível identificar, na década de 80, algumas dessas realizações, pertinentes a programas especiais como: Programa Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saneamento Básico (Prosab); Programa Integrado de Doenças Endêmicas (Pide); Programa de Saúde Coletiva; Programa Integrado de Educação e Sociedade. Além desses, no âmbito da ação de fomento de Programas Federais de incentivo ao desenvolvimento econômico e social, de âmbito regional, deu-se continuidade a algumas atividades dos Programas Regionais e Especiais: Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste (PDCT/NE); Programa do Trópico Semiárido e Programa do Trópico Úmido; Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural (PTTA).

Na década de 90, as ações do CNPq foram comprometidas pela queda acentuada dos recursos destinados ao fomento em C&T e ocorreu, como no período do I PND-NR (1986-1989), um declínio de suas realizações.

Apesar desse panorama político e econômico desfavorável, o CNPq manteve algumas ações tradicionalmente associadas ao que se convencionou chamar de desenvolvimento social, tais como: educação, serviço social, saúde coletiva, nutrição; e saúde complementar.

¹² Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/realiz85.html>. Acesso em: 2 de dez. 2013.

Além disso, o CNPq realizou esforços para a aplicação dos conhecimentos em ciência e tecnologia na solução de problemas sociais, por exemplo: a criação do Projeto Nordeste de Pesquisa e Pós-Graduação, cujo objetivo era a descentralização da pesquisa no País e a superação das necessidades sociais da região; ações de fomento do Programa de Indução Estratégica à Pesquisa em Saúde; racionalização do fomento, por meio de ações planejadas, em áreas como Saneamento Básico; apoio à Educação Tecnológica, no âmbito do Programa de Competitividade e Difusão Tecnológica (PCDT); continuidade de ações de apoio aos Programas Especiais como o Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA); Programa do Trópico Úmido; apoio ao Projeto EducaDi – Educação à Distância em Ciência e Tecnologia, desenvolvido no âmbito da Diretoria de Programas Especiais do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

Apesar dessas realizações, a primeira gestão do governo FHC foi considerada instável quanto ao financiamento da área, devido ao acentuado decréscimo orçamentário para C&T, com forte queda na atividade das agências de fomento como o CNPq, que gerou redução do número de bolsas, do fomento à pesquisa e do apoio a programas (LIMA, 2011).

O CNPq e a dimensão social – a partir de 1995

A partir de 1995, a vertente “social” foi, paulatinamente, incorporada aos objetivos do CNPq, por influência das mudanças que já configuravam um novo cenário no país, principalmente a partir da Constituinte, e pela necessária aderência às macropolíticas que foram sendo formuladas e implementadas.

O aspecto social tomou maior relevância no âmbito da macropolítica, por meio da política social explicitada no documento intitulado ‘Uma estratégia de desenvolvimento social’, lançada pelo governo federal, em 1996.

Em 1995, a missão do CNPq havia sido redefinida, em função de um programa de Planejamento Estratégico, no qual, junto ao aspecto econômico e cultural, a vertente social foi indicada como vetor da ação institucional. Entre os objetivos do CNPq, constava:

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do País. (Centro de Memória do CNPq, grifo nosso).

Ao repensar a missão institucional pela relevância da função social na produção científica e tecnológica, o CNPq sinalizou estar ciente da importância dessa temática para o desenvolvimento nacional. Buscou fortalecer seu alinhamento à política nacional de C&T, no que se refere ao objetivo de aplicar a ciência e a tecnologia para a solução de problemas sociais e regionais.

Nessa perspectiva, deu-se continuidade a ações do Programa do Trópico Úmido, com o lançamento do Edital PTU 01/95. No âmbito do Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA), desenvolvido em parceria com os governos estaduais e municipais para propiciar a capacitação tecnológica de recursos humanos, mediante estratégias que associassem educação e trabalho, o CNPq buscou estreitar as relações do PTA com o Programa Comunidade Solidária¹³. Uma das principais atividades realizadas foi o apoio ao Programa de Verticalização da Produção do GDF (Governo do Distrito Federal), que veio favorecer os pequenos produtores do entorno do DF (BRANDÃO, 2001).

Nos Relatórios de Gestão Institucional do CNPq (CNPq, 2001, 2002, 2003), foi possível identificar algumas ações para promoção do desenvolvimento social (vide Quadro 1), que atenderam à orientação estratégica do Governo Federal, estabelecida no PPA 2000-2003.

Cabe destacar que as ações selecionadas não esgotam as contribuições do CNPq em promoção do desenvolvimento social. Essas ações estavam vinculadas a determinados programas do PPA 2000-2003, com o objetivo de (i) promover a redução das diferenças regionais e intraestaduais; (ii) promover a adaptação e geração de tecnologias de acordo com as especificidades da realidade local, de forma a contribuir para a melhoria do nível de emprego e renda da população e (iii) promover o desenvolvimento integrado do campo, por meio da valorização do pequeno produtor rural, da pequena agroindústria e dos assentamentos rurais da reforma agrária (CNPq, 2001, 2002, 2003), como mostra o Quadro 1.

¹³ O Programa Comunidade Solidária foi instituído pelo Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Vinculado à Presidência da República, teve por objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. Foi encerrado em dezembro de 2002 e substituído pelo Programa Fome Zero (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1366.htm).

PPA 2000-2003

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CNPq NA VERTENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Fomento a Projetos Cooperativos e Multidisciplinares para a Solução de Problemas Regionais	Orientar e articular projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de forma a contribuir para a <u>desconcentração geográfica dos investimentos em C&T</u> , e para a aceleração e sustentabilidade do processo de desenvolvimento socioeconômico das regiões brasileiras, promovendo a <u>redução das diferenças regionais e intraestaduais</u> .
	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Agronegócio	Parcerias com o Ministério da Agricultura (MA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Lançamento do Edital Agricultura Familiar, visando contribuir com o suporte científico e tecnológico para criação de oportunidades de inserção competitiva dos <u>produtores rurais de economia familiar</u> . Estabelecimento de Protocolo de Cooperação com o MDA/INCRA, objetivando a execução de ações relacionadas ao suporte científico e tecnológico às políticas de <u>assentamento rurais, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável</u> . As ações abrangeram os estados de MS, MG, AL e PE e foram voltadas para o desenvolvimento de Projetos Integrados e Multidisciplinares, com a participação ativa de universidades e outras instituições de ensino, pesquisa e extensão, em articulação com Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais e Organizações de Assentados. Implementação de novos projetos, em 2001, no âmbito do Convênio CNPq/Ministério da Agricultura, tendo como prioridade os segmentos da produção de mudas certificadas, produção integrada de frutas, sistema de qualidade da informação e melhoramento do melão e uva. Os projetos contratados atendem a quase todos os <u>Polos de Fruticultura</u> em âmbito nacional. Financiamento a projetos de <u>desenvolvimento rural</u> , em parceria com o programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – MA. Desenvolvimento de ações e transferência de tecnologias para as seguintes plataformas: pecuária do leite; ovinocaprinocultura; camarão e moluscos.
	Adaptação de Tecnologia para o Semiárido – XINGÓ	Apoiar a adaptação e geração de tecnologias para o Semiárido, levando em consideração as <u>especificidades da realidade local</u> , visando, em última instância, contribuir para a <u>melhoria do nível de emprego e de renda das populações locais</u> .
	Fomento à Geração e Adaptação de Tecnologias Apropriadas	Fomentar a geração e adaptação de <u>tecnologias apropriadas</u> , visando aumentar a oferta de tecnologias passíveis de utilização pelo setor produtivo, mediante apoio a <u>cooperativas de produtores</u> , em parceria com os Estados de abrangência da ação.

Continua

PPA 2000-2003		
PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CNPq NA VERTENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Unidades de Geração de Negócios e Empresas Associados à Comunidade	Fomentar a implantação de micro e pequenas unidades agroindustriais no semiárido paraibano, junto às <u>populações de baixa renda</u> , incluindo assentamentos, com a finalidade de permitir que essas agroindústrias tenham acesso ao mercado regional, atuando na produção primária, no processamento, armazenamento e comercialização dos produtos. Seu desenvolvimento se dá em parceria com a universidade e instituições locais, promovendo a <u>inserção econômica dessas populações</u> e contribuindo para a sua organização social. Este projeto recebeu, em dezembro de 2001, o 1o lugar do Prêmio de Tecnologia Social, promovido pelo Banco do Brasil.
	Incubação de Empresas para a Solução de Problemas Regionais	Apoiar a criação de empresas voltadas para a <u>produção de casas populares</u> em módulos, adaptadas às condições climáticas e econômicas do Nordeste. Desenvolver atividade relacionada à criação de lagostas em viveiros, visando reverter o processo em curso de extinção da espécie e contribuir para a <u>manutenção de empregos</u> associados à pesca da lagosta.

Quadro 1 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2000-2003 (grifos nossos).

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão Institucional do CNPq (CNPq, 2001, 2002, 2003).

As parcerias com outras organizações federais e estaduais constituem um importante instrumento de ação do CNPq no apoio a pesquisas e a outras atividades voltadas para o desenvolvimento social. Elas tiveram um forte crescimento nesse período estudado. No quadro acima, essas atividades já podem ser observadas e as chamadas públicas muitas vezes são compartilhadas com outra(s) instituição(ões), conforme será possível observar na Seção 3.2 deste Capítulo. Isso reflete a intersectorialidade dos programas de CT&I na vertente social, com ações integradas, de gestão e de prestação de serviço, entre diferentes políticas públicas, visando ao bem-estar do cidadão, considerado em sua totalidade (JUNQUEIRA, 2000).

O apoio aos assentamentos deu-se em parceria com o Ministério da Agricultura (MA) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com os relatórios citados, as iniciativas do CNPq, no âmbito da agricultura familiar e da reforma agrária, foram executadas em atendimento à orientação estratégica do governo federal, estabelecida no Plano Plurianual - PPA 2000/2003. Posteriormente, muitos outros programas e ações voltadas para questões sociais foram realizados de forma compartilhada, como se verá à frente.

A partir do PPA 2004-2007 do governo federal, mesmo quando o CNPq deixou de ter a atribuição direta na execução de ações do programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, devido a uma reestruturação das ações de programas do MCTI no PPA, o CNPq continuou com atuação importante para a promoção de atividades de ciência, tecnologia e inovação voltadas para o desenvolvimento social.

No Quadro 2, são destacadas algumas das atribuições diretas e em parceria do CNPq pertinentes às orientações estratégicas estabelecidas no PPA 2004-2007, com relevância para o desenvolvimento social. Dessas ações, resultaram as publicações de editais para apoiar projetos e pesquisas, editais esses que serão analisados na Seção 3.2 deste Capítulo.

PPA 2004-2007

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CNPq NA VERTENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	<p>Apoio à Inovação Tecnológica Apropriada ao Desenvolvimento Local Sustentável – PTA</p> <p>Ação do Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social</p> <p>Objetivo: ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir progresso técnico, visando à melhoria da competitividade econômica e da qualidade de vida da população.</p>	<p>Reformulação do Programa Tecnologias Apropriadas a ser denominado Programa de Tecnologias Sociais. No que se refere às realizações do CNPq no âmbito desse programa:</p> <p>Edital 01/2003 CT-AGRO/MCT/SEAP-PR/CNPq: segurança alimentar no agronegócio.</p> <p>Edital 22/2004 CT-AGRO/MCT/MDA/CNPq: apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar, apresentados por grupos de extensão autorizados pelos Decanatos e Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, de forma articulada com estruturas da Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater e organizações produtivas familiares.</p> <p>Edital 26/2006 MCT/MMA/SEAP - SEPP/IR/PR/CNPq; apoio a projetos de tecnologias sociais para comunidades tradicionais e Povos Indígenas, em atendimento à prioridade do governo federal, explicitada no Documento Constitutivo da Rede de Tecnologia Social – RTS, visando contribuir com o suporte científico e tecnológico ao desenvolvimento sustentável dos seus territórios, com o foco na melhoria da qualidade de vida dessas populações. Os projetos deveriam contribuir para a sustentabilidade das comunidades tradicionais e povos indígenas, em consonância com suas especificidades históricas e contemporâneas, por meio do uso de tecnologias sociais de produto, processo ou gestão nas unidades de produção, do fortalecimento organizacional, da utilização de mecanismos que garantam o direito à propriedade intelectual aos detentores originais dos conhecimentos tradicionais, do favorecimento de melhores condições para a sua inserção nos mercados, para a geração de renda e para a promoção da segurança alimentar e nutricional.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/MDS</p>	<p>Apoio a projetos sobre Segurança Alimentar (MESA/MCT/CNPq); acesso à alimentação.</p> <p>Apoio à melhoria das condições socioeconômicas das famílias.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/MDA</p>	<p>Concretizado por meio do lançamento de dois editais: Edital CT-AGRO/MCT/MDA/CNPq 22/2004 (Agricultura Familiar – 97 projetos) e Edital CTAGRO/MDA/MCT/CNPq 20/2005 (desenvolvimento de tecnologias de base ecológica para a Agricultura Familiar – 46 projetos).</p> <p>Lançamento do Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SEAN - Nº 36/2007 - seleção pública de propostas para apoio a projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/SEAP-PR</p>	<p>Secretaria Especial para Aquicultura e Pesca – SEAP-PR, no contexto da Portaria 343/2005, para projetos contratados por meio do Edital MCT/MMA/SEPP/IR/PR/CNPq 26/2005 (tecnologias sociais para comunidades tradicionais e povos indígenas). Esse Edital contou ainda com recursos do MCT/SECIS e do MMA.</p>

Continua

PPA 2004-2007		
PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CNPq NA VERTENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Convênios CNPq/MAPA e MCT/CNPq/MESA	Agricultura Familiar – PRONAF Execução de atividades de Desenvolvimento da Fruticultura (Convênio CNPq/MAPA) Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (Convênio CNPq/MAPA) Execução de atividades relativas aos programas: Desenvolvimento da Bovideocultura Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas Desenvolvimento da Suideocultura Manejo e Conservação de Solos na Agricultura Desenvolvimento da Horticultura Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equideocultura e da Ovinocultura Programa de Segurança Alimentar

Quadro 2 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2004-2007.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão Institucional do CNPq (CNPq, 2004, 2005, 2006, 2007).

No âmbito do PPA 2008-2011, o CNPq executou atividades pertinentes a ações de responsabilidade do MCTI e vinculadas à prioridade Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, do PACTI 2007-2010.

Em sequência ao movimento anterior, a ação do CNPq se desenvolveu em parceria com outros ministérios. As principais ações são mencionadas no Quadro 3.

Além disso, destaca-se a criação do Programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), em 2008, uma iniciativa do MCTI e do CNPq. De acordo com o Relatório de Gestão Institucional do CNPq, exercício 2008 (CNPq, 2008), o Edital Nº 15/2008 - MCT/CNPq/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP – que previa a criação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia foi um dos maiores já lançados pelo CNPq, por meio do qual foram contratados 101 projetos, os quais fundamentaram o funcionamento dos INCTs. No âmbito desse programa, o CNPq financiou os Institutos do Milênio¹⁴, os grupos de excelência e grupos emergentes.

Uma das características desse edital, com relevância mais diretamente relacionada ao social, foi a de promover a transferência de conhecimento para a sociedade, utilizando outros instrumentos além da publicação científica. Assim sendo, os institutos apoiados deveriam desenvolver um programa de educação em ciência e difusão de conhecimento, conduzido por seus pesquisadores e bolsistas, com foco no ensino médio e na educação científica da população em geral (CNPq, 2008).

Esse aspecto do Edital estava em sintonia com uma das linhas de ação do PACTI 2007-2010, Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências, que, por sua vez, estava vinculada ao Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, conforme foi explicitado no Capítulo 2 desta dissertação.

¹⁴ O Programa Institutos do Milênio é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia executada pelo CNPq, destinado a promover a formação de redes de pesquisa em todo território nacional. O Programa busca a excelência científica e tecnológica em qualquer área do conhecimento, assim como em áreas priorizadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O principal objetivo é estender os padrões de excelência a um número crescente de instituições em diferentes regiões do país.

PPA 2008-2011		
PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CNPq NA VERTENTE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	<p>Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão de Desenvolvimento Social</p> <p>Objetivo: ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir progresso técnico, visando à melhoria da competitividade econômica e da qualidade de vida da população.</p>	<p>Atividades desenvolvidas em parceria com o MCTI.</p> <p>Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (projeto MetrÓpole Digital).</p> <p>Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica.</p> <p>Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (projeto MetrÓpole Digital – Casa Brasil).</p> <p>Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de C&T.</p> <p>Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital.</p> <p>Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica.</p> <p>Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/MDS</p>	<p>Apoio a projetos sobre Segurança Alimentar (MESA/MCT/CNPq); acesso à alimentação.</p> <p>Apoio à melhoria das condições socioeconômicas das famílias, no âmbito do programa Acesso à Alimentação, ação Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local para apoio à agricultura familiar.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/MDA</p>	<p>Agricultura Familiar - PRONAF</p> <p>Editais lançados em parceria em 2007 e em 2008, pertencentes ao programa Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.</p>
	<p>Convênio MCT/CNPq/SEAP-PR</p>	<p>Programa Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, ação Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola. Programa Gestão da Política Pesqueira, ação Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca – Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura e Pesca; Apoio à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira.</p>
	<p>Convênios CNPq/MAPA</p>	<p>Execução de atividades do Desenvolvimento da Fruticultura (Convênio CNPq/MAPA)</p> <p>Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas (Convênio CNPq/MAPA)</p> <p>Vinculados a esses convênios, foram estabelecidos três setores principais de aplicação, a saber: (i) fruticultura (PROFRUTA), raízes, cereais e outras espécies vegetais; (ii) pecuária; e (iii) Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.</p>

Quadro 3 – Atribuições do CNPq no âmbito do PPA 2008-2011.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Gestão Institucional do CNPq (CNPq, 2008, 2009, 2010, 2011).

Observou-se, ao longo deste capítulo, que aspectos próprios da relação ciência-sociedade aparecem desde a década de 50, embora inicialmente o foco principal fosse o papel instrumental da C&T para a indústria e outros segmentos econômicos. A questão social vai surgindo paulatinamente nos objetivos e nas atribuições do CNPq. Em termos concretos, as atividades relacionadas ao âmbito social se dão, principalmente, em temáticas que correspondem a componentes importantes do que usualmente se refere como dimensão “social”: habitação, saneamento, educação, saúde, transporte, alimentação e nutrição.

A atuação do CNPq nessa vertente se tornou mais abrangente e diretamente associada à visão de desenvolvimento social a partir de 1995, quando a “política social” foi se fortalecendo como um dos eixos da macropolítica. Uma consequência do adensamento temático das iniciativas do CNPq tem sido a inclusão de ações direcionadas a solucionar problemas distintos e concernentes às realidades locais de um maior contingente da população que enfrenta dificuldades inibidoras da inclusão e do desenvolvimento social, temáticas essas apresentadas de forma mais detalhada na Seção 3.2, a seguir.

3.2 A AÇÃO RECENTE DO CNPQ E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO UM DOS VETORES DA POLÍTICA DE CT&I: EDITAIS LANÇADOS DE 2004 A 2013

O CNPq atua em três linhas de ações, que resumem seus objetivos centrais. A primeira refere-se à concessão de bolsas de formação e iniciação científica até o pós-doutorado; a segunda é direcionada a promover a execução de pesquisas; e a terceira é dirigida à divulgação e disseminação do conhecimento (CNPq, 2012).

Uma forma de analisar a ação do CNPq é por meio da análise dos editais/chamadas públicas para seleção de projetos, concessão de bolsas e apoio a projetos específicos e estratégicos, chamadas essas que se constituem em um dos principais instrumentos de fomento aplicados pelo CNPq para realizar seus objetivos (CNPq, 2012).

Neste trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória no portal do CNPq para identificar as ações de fomento, de modo particular os editais/chamadas públicas, voltados para apoiar a execução de pesquisas relacionadas à promoção do desenvolvimento social. O filtro de seleção foi aplicado a partir das seguintes palavras-chave: social, MDS, SECIS, inclusão social e desenvolvimento social. O sistema realiza essa busca a partir dos campos “texto do nome do edital/chamada pública” e da “descrição do objetivo”.

Para a coleta de outras informações pertinentes a este trabalho, assim como para verificar se o objetivo relacionava-se à temática desenvolvimento social, todos os arquivos em PDF dos editais/chamadas públicas disponibilizados no portal do CNPq foram

analisados. Nos apêndices de A a J, no final desta dissertação, consta um extrato das informações desses arquivos.

A partir desses filtros, foram considerados como objeto de análise os editais/chamadas públicas que atendiam ao seguinte critério de inclusão: aqueles cujo objetivo se enquadrava nas diretrizes das linhas de ação da prioridade estratégica Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social do Plano de Ação 2007-2010 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Como resultado, foram selecionados 59 editais/chamadas públicas distribuídas pelos anos de 2004 a 2013.

Cabe a ressalva de que outros editais/chamadas públicas realizadas pelo CNPq que não apresentam as palavras-chave no nome da chamada ou no objetivo também podem ter promovido pesquisas e outras atividades relacionadas ao desenvolvimento social ou ter potencial de impactos nessa dimensão. Dessa forma, auxílios a projetos individuais e a outros programas apoiados pelo Conselho podem envolver pesquisas e outras atividades cujos resultados são ou podem ser aplicados de forma importante para atender à demanda social, para a solução de problemas em vários setores ou para a melhoria da qualidade de vida em geral. Mas não estão contemplados nesta análise em virtude do filtro de seleção adotado.

Apenas como exemplo, cito o caso do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs)¹⁵. Uma de suas missões, mais diretamente de cunho social, que cada instituto deve considerar em seu programa é a “transferência de conhecimentos para a sociedade” (BRASIL, 2008, p. 5). Destaca-se ainda, nesse mesmo Programa, a parceria do CNPq com o Ministério da Saúde. Apesar de o filtro não abarcar esses editais/chamadas públicas, muitos estão fortemente relacionados ao aspecto social, como as chamadas lançadas com a temática de Doenças Negligenciadas: Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT nº 25/2006, Edital MCT/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/DECIT nº 34/2008, Chamada MCTI/CNPq/MS-SCTIE-Decit Nº 40/2012. Eles têm o propósito de contribuir para o avanço do conhecimento e a geração de produtos para subsidiar a formulação, implementação e avaliação de ações públicas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e para a superação de desigualdades regionais e socioeconômicas.

Porém, fazer uma análise com tal abrangência, incluindo esse tipo de editais/chamadas públicas e outros programas de caráter mais geral seria demasiado amplo e não caberia nos limites de uma dissertação de mestrado. Portanto, o que se segue é

¹⁵ O Programa INCTs foi criado em 2008 por iniciativa do MCTI e do CNPq. Previu-se que cada Instituto deve ter um programa bem definido, compreendendo quatro missões: pesquisa, formação de recursos humanos, transferência de conhecimentos para a sociedade e transferência de conhecimentos para o setor empresarial ou para o governo (BRASIL, 2008, p. 5).

referente apenas aos editais selecionados mediante as palavras-chave acima indicadas.

Na seleção, extraíram-se as seguintes informações: nome do edital/chamada pública; parceiros do CNPq envolvidos, objetivo do edital/chamada pública e a linha temática, embora nem todos especifiquem a linha temática.

Os resultados da pesquisa, dentro dos critérios e limites estabelecidos, encontram-se na Tabela 1, que apresenta a distribuição dos 59 editais/chamadas públicas selecionados em nossa busca, por ano de ocorrência, de 2004 a 2013.

O Gráfico 1 mostra a frequência dos editais/chamadas públicas relacionados ao desenvolvimento social no mesmo período citado. Destaca-se o declínio de ocorrências nos anos de 2007 e 2011 – três e dois lançamentos, e um crescimento no ano de 2013, com 12 chamadas públicas lançadas, ano de maior número de lançamentos.

Tabela 1 – Quantidade de edital/chamada publica lançadas de 2004 a 2013.

Ano	Quantidade de Edital/Chamada Pública
2004	1
2005	6
2006	4
2007	3
2008	8
2009	8
2010	7
2011	2
2012	8
2013	12
Total de editais/chamadas públicas	59

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise dos arquivos dos edital/chamada pública filtrados.

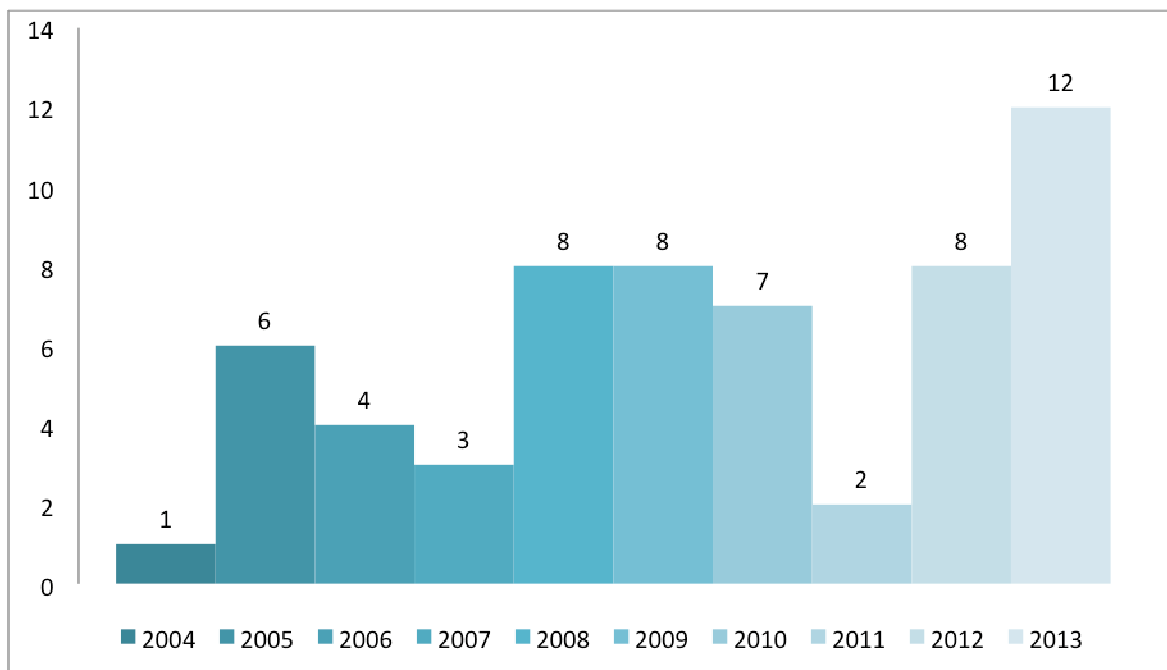


Gráfico 1 – Número de editais/chamadas públicas relacionados ao tema desenvolvimento social no período de 2005 a 2013.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas.

Identificação dos parceiros do CNPq nas chamadas públicas

Nos editais/chamadas públicas, buscou-se identificar os parceiros do CNPq nessas iniciativas, indicados no Quadro 4, por ano de ocorrência.

Ano	Parceiros
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Casa Civil da Presidência da República • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) • Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) • Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR)
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI)

Continua

Ano	Parceiros
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) • Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SESAN/MDS)
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) • Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) • Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) • Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) • Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) • Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (INCRA/MDA) • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) • Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) • Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) • Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) • Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) • Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC)

Continua

Ano	Parceiros
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da Secretaria de Educação Básica (CAPES/MEC e SEB/MEC) • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) • Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) • Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC) • Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) • Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SESAN/MDS) • Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) • Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) • Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) • Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/MAPA) • Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SETEC/MEC) • Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MDA) • Ministérios das Cidades (MCidades)
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECIS/MCTI) • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) • Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) • Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS) • Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (SETEC/MEC) • Ministério do Esporte (ME) • Petróleo Brasileiro (PETROBRAS) • Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) • Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)

Quadro 4 – Relação dos parceiros do CNPq.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados no âmbito desta dissertação.

Para cada chamada pública pode haver mais de um parceiro; assim como pode se tratar de uma iniciativa do CNPq sem a participação de outras instituições. O objeto de financiamento e os parceiros envolvidos, por chamada pública, estão indicados no Quadro 5.

Nas ocorrências em que na parceria consta CNPq/MCTI corresponde às chamadas públicas de iniciativa desse Conselho sem a participação de outras instituições, ou corresponde à iniciativa do MCTI, tendo o CNPq como executor.

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2004	Edital 22/2004	extensão e disponibilização de tecnologias apropriadas para agricultura familiar; promoção da sustentabilidade econômica da agricultura familiar, por meio da conversão agroecológica e do uso de novas metodologias de gestão das unidades de produção, o favorecimento de melhores condições para a sua inserção nos mercados e para a geração de rendas não agrícolas pelas famílias de agricultores.	MDA
2005	Edital 18/2005	extensão e disponibilização de tecnologias sociais para inclusão social dos Catadores de Materiais Recicláveis, numa perspectiva de emancipação social e produtiva para geração de postos de trabalho e renda, atentando para os elos da cadeia produtiva de materiais recicláveis, valorizando as potencialidades locais e regionais, com o foco na melhor qualidade de vida dessa população historicamente excluída	CNPq/MCTI
	Edital 19/2005	extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social nos temas água e alimentação humana e animal	CNPq/MCTI
	Edital 20/2005	geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura familiar; contribuir para a promoção da transição da agricultura convencional para agriculturas de base ecológica no âmbito da produção familiar; incentivar a transformação, distribuição e consumo de produtos ecológicos pela disponibilização de conhecimentos, práticas, tecnologias e metodologias para o desenvolvimento rural sustentável e para o fortalecimento da agricultura familiar, com inclusão social	MDA
	Edital 26/2005	extensão e disponibilização de tecnologias sociais para comunidades tradicionais e povos indígenas para geração de ocupação e renda, por meio da melhoria das condições de trabalho, do aumento da produtividade e do incremento do sistema de comercialização e distribuição	MMA-SEAP/PR-SEPPIR
	Edital 41/2005	apoio ao Projeto Casa Brasil para promover o desenvolvimento e universalização das tecnologias da informação e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia	Casa Civil/SECIS
	Edital 45/2005	relações de gênero, mulheres e feminismos com as abordagens classe social, geração, raça, etnia e sexualidade	SPM-PR

Continua

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2006	Edital 04/2006	Arranjos Produtivos Locais (APL) de fruticultura para beneficiar a produção, produtividade e competitividade da fruta brasileira, em um cenário que valoriza a qualidade e as práticas agrícolas corretas	CNPq/MCTI
	Edital 05/2006	uso racional da água no meio urbano e peri-urbano para promover a difusão de conhecimentos, a transferência de tecnologia e a capacitação dos movimentos populares para atuarem nas políticas de águas; recuperação de corpos de água com a participação comunitária para melhoria da qualidade de vida das populações: saúde, organização comunitária, inclusão social, desenvolvimento da cidadania em defesa do meio ambiente, desenvolvimento de oportunidades econômicas de renda e ocupação e do aumento da utilização de técnicas e metodologias inovadoras	CNPq/MCTI
	Edital 12/2006	difusão e popularização da ciência e tecnologia junto à sociedade brasileira, instalação e fortalecimento institucional de museus e centros de ciências e outras iniciativas	SECIS
	Edital 41/2006	olimpíadas de ciências de âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas	CNPq/MCTI
2007	Edital 12/2007	olimpíadas de ciências de âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas	CNPq/MCTI
	Edital 36/2007	extensão tecnológica inovadora, apropriada à agricultura familiar para fornecer opções econômicas e sociais para a geração de renda para as famílias beneficiadas, permitindo a sucessão das gerações nos seus territórios originais, contribuindo para a inclusão social das famílias e melhorando a qualidade de vida no campo	MDA-SAF/MDS-SESAN
	Edital 42/2007	difusão e popularização da ciência e tecnologia: universidades, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades científicas e outras instituições	CNPq/MCTI
2008	Edital 07/2008	geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura e a aquicultura familiares, bem como contribuir para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, povos indígenas e pescadores artesanais e assegurar melhores condições para sua inserção no mercado e geração de renda.	SEAP-PR
	Edital 23/2008	divulgação do conhecimento e apropriação de tecnologia para a inclusão social de para jovens estudantes e residentes da zona rural	MDA

Continua

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2008	Edital 24/2008	produção de tecnologias, de conhecimentos apropriados, e de inovação tecnológica para a agricultura familiar para alcançar sustentabilidade econômica, ambiental, e social por meio da adoção de produtos, processos e gestão tecnológicos para a conquista de melhor inserção nos mercados e na geração de rendas agrícola e não-agrícola	SAF-MDA/SECIS
	Edital 27/2008	tecnologias integradas de conservação de água e solo, de saneamento ambiental e de aumento da cobertura vegetal em unidades rurais de base familiar, visando à recuperação ambiental das microbacias produtoras de água, agregação de renda aos agricultores familiares, inclusive possibilitando o pagamento de serviços ambientais (PSA), e avanço da consciência ecológica	CNPq/MCTI
	Edital 38/2008	projetos multidisciplinares para diagnósticos e planejamentos territoriais por meio de ações de extensão universitária para promoção da segurança alimentar e desenvolvimento local	MDS
	Edital 49/2008	olimpíadas de ciências de âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas	FNDE-MEC
	Edital 57/2008	gênero, mulheres e feminismo	SPM-PR/MDA
	Edital 63/2008	Divulgação científica na área da Astronomia e ciências afins; promoção da melhoria da educação científica e das comemorações do Ano Internacional da Astronomia	SECIS
2009	Edital 04/2009	educação na reforma agrária: propiciar às populações dos assentamentos de Reforma Agrária o direito à educação, à capacitação profissional e à especialização nas diferentes áreas do conhecimento, para contribuir com o desenvolvimento e transferência de tecnologia nos assentamentos rurais	INCRA-MDA
	Edital 05/2009	monitoramento e avaliação, acompanhamento da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR com foco na redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional	SDT-MDA
	Edital 29/2009	desenvolvimento e extensão tecnológica para promoção do desenvolvimento e a extensão de tecnologias para a inclusão social de catadores de materiais recicláveis e de tecnologias sociais voltadas à agroecologia	MCTI/CNPq
	Edital 31/2009	capacitação, pesquisas tecnológicas e inovação para minimizar ou eliminar gargalos no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	MCTI/CNPq

Continua

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2009	Edital 33/2009	experiências inovadoras no ensino, aprendizagem e intervenção em extensão rural; projetos de inovação tecnológica para ações de experimentação, validação e disponibilização de tecnologias apropriadas à agricultura familiar, e projetos voltados à formação de Agentes de Ater em Manejo Ecológico e Conservação dos Solos e da Água, com princípios sistêmicos de sustentabilidade agrícola em bases ecológicas	MDA-SAF/Dater
	Edital 53/2009	olimpíadas científicas de âmbito nacional como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental e médio e para a identificação de jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem as carreiras técnico-científicas	FNDE-MEC
	Edital 58/2009	envelhecimento, trabalho e saúde: qualidade de vida da população brasileira por meio de atividade física, ocupacional e linguagem	MCTI/CNPq
	Edital 64/2009	divulgação científica: espaços científicos-culturais, como centros e museus de Ciência e Tecnologia, planetários, jardins zoobotânicos e instituições similares	SECIS
2010	Edital 19/2010	ampliar e assegurar o direito de cada ser humano ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para nutrir e manter a saúde da população, e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde	MCTI/CNPq
	Edital 20/2010	gênero, mulheres e feminismos	SPM-PR/MDA
	Edital 36/2010	avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	MDS-SAGI
	Edital 49/2010	extensão inovadora que tenham como suporte as redes informacionais e as tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão digital e social	SECIS
	Edital 58/2010	pesquisa científica e extensão tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento da agricultura familiar	MDA-SAF
	Edital 65/2010	olimpíadas científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas	MEC-FNDE
	Edital 76/2010	inclusão digital, pedagógica e social mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis em escolas públicas, em escala piloto de teste e avaliação relacionada ao uso de laptop em escolas participantes do Programa Um Computador Por Aluno – PROUCA (Fase II)	MEC-CAPES-SEED
2011	Chamada 24/2011	olimpíadas científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas	MEC-CAPES/FNDE
	Chamada 25/2011	feiras de ciências e mostras científicas de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas	MEC-SEB

Continua

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2012	Chamada 11/2012	monitoramento, a avaliação e o aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e do eixo de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Urbanização de Assentamentos Precários), vinculados à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades	Ministério das Cidades
	Chamada 26/2012	pesquisa e extensão rural com foco em inovação tecnológica para ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para qualificação educacional dos assentados da Reforma Agrária	INCRA-MDA
	Chamada 27/2012	segurança alimentar e nutricional contemplando os sistemas públicos agroalimentares locais e de alimentação e nutrição de coletividades humanas	MDS-SESAN
	Chamada 32/2012	gênero, mulheres e feminismo; relações de gênero no campo e na floresta	SPM-PR/MDA
	Chamada 33/2012	qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social ou baixa renda; cursos de curta duração em ocupações tradicionais	SPM-PR/SUDECO
	Chamada 46/2012	integração de atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, com a implantação ou manutenção de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) e a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica	SETEC-MEC/SDC-MAPA
	Chamada 49/2012	olimpíadas científicas como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas	SECIS/MEC-CAPES/FNDE
	Chamada 50/2012	feiras de ciências e mostra científica	SECIS/MEC-SEB-CAPES
2013	Chamada 18/2013	formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil: interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica	SPM-PR/Petrobras
	Chamada 24/2013	proteção e desenvolvimento social no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e de programas, ações e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; análise, estudo e avaliação dos programas, ações e serviços	MDS-SAGI
	Chamada 45/2013	olimpíadas científicas nacionais e internacionais sediadas no Brasil	SECIS/MEC-CAPES
	Chamada 46/2013	feiras de ciências e mostras científicas	SECIS/MEC-CAPES
	Chamada 81/2013	integração de atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção - implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia	MAPA/MDA/MEC/MPA

Continua

Ano	Edital/Chamada	Objeto Apoiado	Parceiros
2013	Chamada 82/2013	segurança alimentar e nutricional no âmbito da UNASUL e ÁFRICA	MCTI/CNPq
	Chamada 84/2013	tecnologia assistiva: atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida	SECIS
	Chamada 85/2013	criação e desenvolvimento de centros e museus	SECIS
	Chamada 89/2013	desenvolvimento tecnológico e extensão para empreendimentos econômicos solidários (EES): tecnologia de cooperativas populares; extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários	MTE
	Chamada 90/2013	difusão e popularização da ciência: eventos, cursos, oficinas, mostras, exposições, concursos e outras atividades de divulgação científica para o público em geral ou setores específicos, com prioridade para as atividades realizadas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014 ou a ela relacionadas.	SECIS
	Chamada 91/2013	produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte nas dimensões voltadas a Legados dos Megaeventos Esportivos; Políticas Públicas e Gestão no Esporte e Lazer; Esporte de Alto Rendimento; Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social; Equipamentos para Esporte e Lazer; Saúde e Medicina Esportiva	ME
	Chamada 94/2013	projetos cooperados com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), podendo envolver o trabalho em rede para aumento da competitividade do setor produtivo, contribuindo para o incremento dos investimentos empresariais em atividades de P,D&I e para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que promovam a inclusão produtiva e social; difusão tecnológica por meio da nucleação de grupos de professores e alunos para a organização de competições locais e participação em competições	MEC-SETEC

Quadro 5 – Chamadas Públicas: objetos apoiados pelo CNPq e parceiros.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos das chamadas públicas filtrados a partir dos critérios deste trabalho.

Para demonstrar a proporção das parcerias, as instituições parceiras do CNPq foram identificadas, nas análises que seguem, pelo órgão ao qual estão vinculadas. Por exemplo, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por pertencerem à Presidência da República, são identificadas por esse órgão central, no caso pela PR.

Contudo, o mesmo não se aplicou no caso do CNPq e da SECIS, ambos vinculados ao MCTI. Sendo o CNPq o foco deste trabalho, optou-se por identificá-lo de forma direta. Procedemos da mesma forma com a SECIS, também identificada de forma direta.

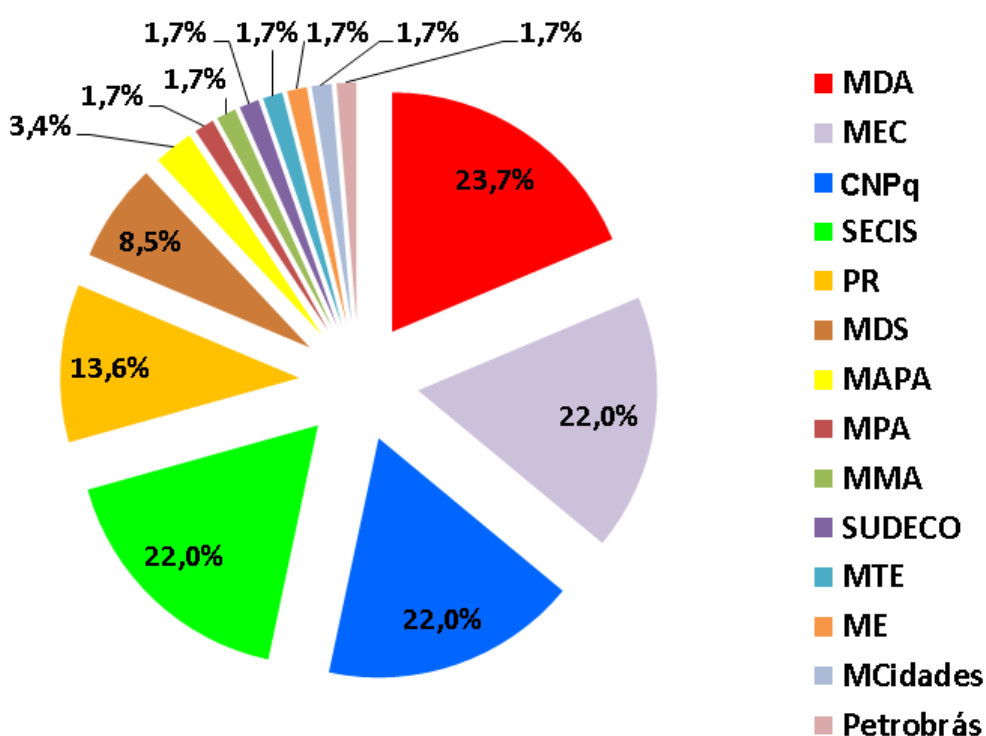


Figura 1 – Proporção dos editais/chamadas públicas pelo CNPq e por parceiros.
 Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados a partir dos critérios deste trabalho.

Conforme é possível observar na Figura 1, a maioria das chamadas se fazem em parcerias. O CNPq atuou, sem parceria, em 13 editais/chamadas públicas – 22% do total analisado. Os parceiros mais frequentes do CNPq na aplicação da CT&I para a promoção do desenvolvimento social entre os anos de 2005 e 2013 foram:

- MDA, parceiro em 14 editais/chamadas públicas, correspondente a 23,7% do total de 59 filtrados;
- MEC, parceiro em 13 editais/chamadas públicas, correspondente a 22%,

sobretudo por meio da CAPES e FNDE;

- SECIS, parceira em 13 editais/chamadas públicas, 22%;
- PR - parceira em oito editais/chamadas públicas, 13,7%;
- MDS, parceiro em cinco editais/chamadas públicas – 8,5%.

Além dessas, outras instituições identificadas na Figura 1 foram parceiras do CNPq, cada uma delas com o lançamento de pelo menos uma chamada pública.

A presença de diversos atores em ações de CT&I em promoção do desenvolvimento social indica uma expansão da política social e da preocupação com essa temática.

Identificação das chamadas públicas por tema

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação estabeleceu as duas ações indicadas abaixo para consolidar a prioridade 'Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social no PACTI 2007-2010.

- (i) Popularização de CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências
- (ii) Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Para direcionar as ações de implementação dessa política, o MCTI definiu algumas áreas de atuação, vinculadas a estas duas ações. São elas: APLs - Arranjos Produtivos Locais; CVT - Centro Vocacional Tecnológico; capacitação em CT&I; Centros e Museus de C&T; Comunidades Tradicionais; Extensão Tecnológica; Inclusão Digital; OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática em Escolas Públicas; Pesquisa e desenvolvimento agropecuário e agroindustrial; Popularização da CT&I e Melhoria do Ensino de Ciências; Programa Comunitário de Tecnologia e Cidadania; Segurança Alimentar e Nutricional; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Sociais; Tecnologias Sustentáveis; Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia; Comunicação.

No âmbito deste trabalho, com base nas áreas indicadas acima, foram selecionadas algumas delas para identificar as chamadas públicas filtradas. Essas áreas são apresentadas no Quadro 6 como áreas temáticas.

TEMAS
Popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência
Tecnologia Social / Extensão Tecnológica
Gênero, mulher e feminismo
Avaliação de programa de política pública
Segurança alimentar e nutricional
Inclusão digital
Arranjo Produtivo Local (APL)
Centro Vocacional Tecnológico (CVT)
Tecnologia Assistiva
Tecnologia Sustentável

Quadro 6 - Agrupamento dos editais/chamadas públicas por tema.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos subtemas vinculados ao Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

Os temas “gênero, mulher e feminismo” e “avaliação de programa de política pública” não correspondem explicitamente às áreas de atuação mencionadas. Contudo, por ocorrerem em algumas das chamadas públicas analisadas, optou-se por essa classificação.

No Quadro 7 é apresentado o resultado da análise das temáticas.

Ano	Edital/Chamada	Temas	Parceiros
2004	Edital 22/2004	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	MDA
2005	Edital 18/2005	Extensão tecnológica / tecnologia social	CNPq
	Edital 19/2005	Extensão tecnológica / tecnologia social	CNPq
	Edital 20/2005	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	MDA
	Edital 26/2005	Extensão tecnológica / tecnologia social	MMA-SEAP/PR-SEPPIR
	Edital 41/2005	Inclusão digital	Casa Civil/SECIS
	Edital 45/2005	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR
2006	Edital 04/2006	Arranjos Produtivos Locais (APLs)	CNPq
	Edital 05/2006	Tecnologia sustentável	CNPq
	Edital 12/2006	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS
	Edital 41/2006	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	CNPq
2007	Edital 12/2007	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	CNPq
	Edital 36/2007	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	MDA-SAF/MDS-SESAN
	Edital 42/2007	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	CNPq
2008	Edital 07/2008	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	SEAP-PR
	Edital 23/2008	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	MDA
	Edital 24/2008	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	SAF-MDA/SECIS
	Edital 27/2008	Tecnologia sustentável	CNPq
	Edital 38/2008	Segurança alimentar e nutricional	MDS
	Edital 49/2008	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	FNDE-MEC
	Edital 57/2008	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR/MDA
	Edital 63/2008	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS
2009	Edital 04/2009	Extensão tecnológica / tecnologia social	INCRA-MDA
	Edital 05/2009	Avaliação de programa de política pública	SDT-MDA
	Edital 29/2009	Extensão tecnológica / tecnologia social (catadores de material reciclável)	CNPq
	Edital 31/2009	Arranjos Produtivos Locais (APLs)	CNPq
	Edital 33/2009	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	MDA-SAF/Dater
	Edital 53/2009	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	FNDE-MEC
	Edital 58/2009	Tecnologia assistiva	CNPq
	Edital 64/2009	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS
2010	Edital 19/2010	Segurança alimentar e nutricional	CNPq
	Edital 20/2010	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR/MDA
	Edital 36/2010	Avaliação de programa de política pública	MDS-SAGI

Continua

Ano	Edital/Chamada	Temas	Parceiros
2010	Edital 49/2010	Inclusão digital	SECIS
	Edital 58/2010	Extensão tecnológica / tecnologia social (agricultura familiar)	MDA-SAF
	Edital 65/2010	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	MEC-FNDE
	Edital 76/2010	Inclusão digital	MEC-CAPES-SEED
2011	Chamada 24/2011	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	MEC-CAPES/FNDE
	Chamada 25/2011	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	MEC-SEB
2012	Chamada 11/2012	Avaliação de programa de política pública	Ministério das Cidades
	Chamada 26/2012	Extensão tecnológica / tecnologia social	INCRA-MDA
	Chamada 27/2012	Segurança alimentar e nutricional	MDS-SESAN
	Chamada 32/2012	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR/MDA
	Chamada 33/2012	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR/SUDECO
	Chamada 46/2012	Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	SETEC-MEC/SDC-MAPA
	Chamada 49/2012	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS/MEC-CAPES/FNDE
2013	Chamada 50/2012	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS/MEC-SEB-CAPES
	Chamada 18/2013	Gênero, mulher e feminismo	SPM-PR/Petrobras
	Chamada 24/2013	Avaliação de programa de política pública	MDS-SAGI
	Chamada 45/2013	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS/MEC-CAPES
	Chamada 46/2013	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS/MEC-CAPES
	Chamada 81/2013	Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	MAPA/MDA/MEC
	Chamada 82/2013	Segurança alimentar e nutricional	CNPq
	Chamada 84/2013	Tecnologia assistiva	SECIS
	Chamada 85/2013	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS
	Chamada 89/2013	Extensão tecnológica / tecnologia social	MTE
	Chamada 90/2013	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	SECIS
	Chamada 91/2013	Popularização e difusão de CT&I e melhoria do ensino de ciências	ME
Chamada 94/2013	Extensão tecnológica / tecnologia social	MEC-SETEC	

Quadro 7 – Relação das chamadas públicas com identificação dos temas e parceiros.
 Fonte: Elaborado pela autora com base na análise dos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados.

Após a classificação de cada edital/chamada pública por tema, na Tabela 2 é apresentado o quantitativo das ocorrências de cada tema.

Tabela 2 – Quantitativo dos temas de acordo com cada chamada pública.

Temas	Total por Tema
Popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência	19
Tecnologia Social / Extensão Tecnológica	15
Gênero, mulher e feminismo	6
Avaliação de programa de política pública	4
Segurança alimentar e nutricional	4
Inclusão digital	3
Arranjo Produtivo Local (APL)	2
Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	2
Tecnologia Assistiva	2
Tecnologia Sustentável	2
Total	59

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise dos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados.

Observa-se que dois temas se destacam:

- popularização e difusão da ciência e melhoria do ensino de ciências, com 19 ocorrências, ou seja 32,20% do total de 59 editais/chamadas públicas analisadas; e
- tecnologia social / extensão tecnológica, com 15 ocorrências, vale dizer 25,42% do total analisado.

Esses dois temas juntos somam 34 ocorrências, correspondentes a 57,62% do total analisado.

A acentuada ocorrência de editais/chamadas públicas com a temática ‘popularização e difusão da ciência e melhoria do ensino de ciências’ é, sem dúvida, reflexo da orientação da política de CT&I, que estabeleceu como linha de ação prioritária a Popularização de CT&I e Melhoria do Ensino para consolidar a estratégia Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

O mesmo se aplica ao tema ‘tecnologia social / extensão tecnológica’, uma vez que essas tecnologias são um desdobramento da ação Tecnologias para o

Desenvolvimento Social, que também é uma ação de consolidação da estratégia citada.

O Gráfico 2 abaixo corresponde à proporção da ocorrência dos temas em relação ao total de editais analisados.

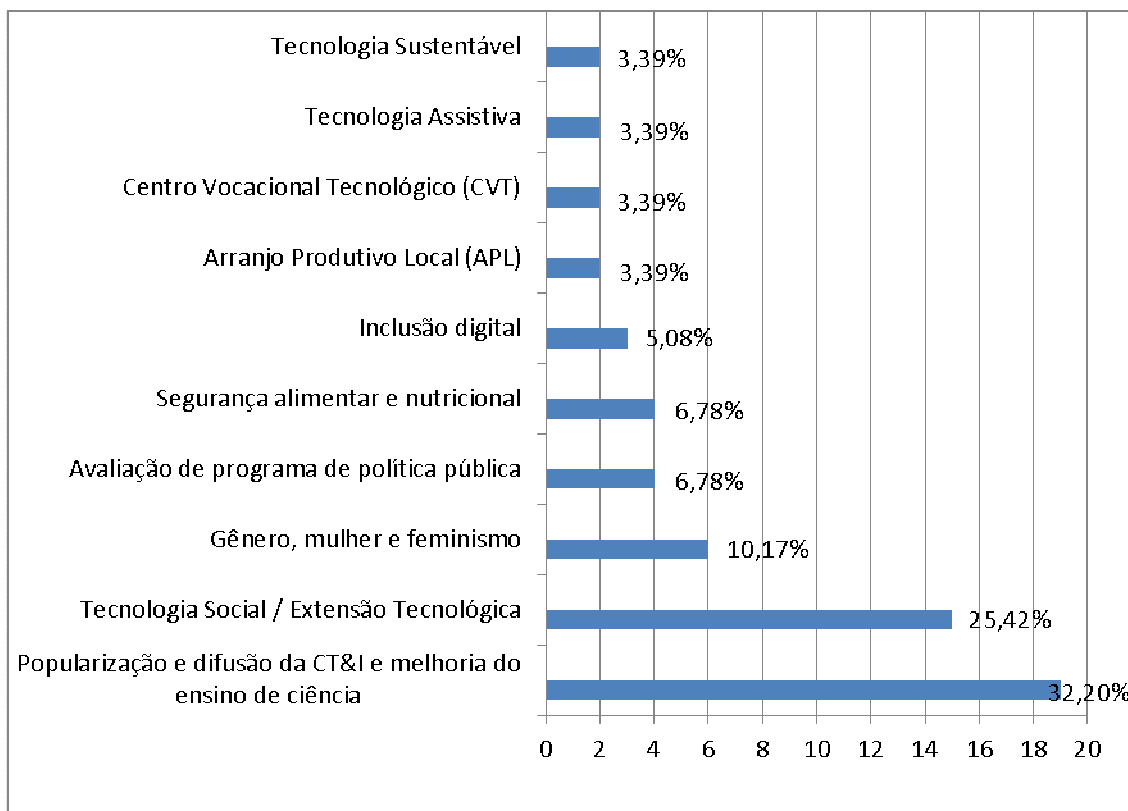


Gráfico 2 – Proporção de editais/chamadas públicas relacionados ao desenvolvimento social por tema. Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados para este trabalho.

No Gráfico 2, observam-se as seguintes proporções:

- Tecnologia Sustentável, Tecnologia Assistiva, CVT e APL corresponde cada uma a: 3,39% das ocorrências em relação ao total analisado, em dois editais lançados em cada um desses temas;
- Inclusão Digital: 5,08% do total analisado, correspondentes a três chamadas lançadas com essa temática;
- Avaliação de programa de política pública e segurança alimentar e nutricional: 6,78% do total analisado, correspondentes a quatro chamadas lançadas em cada um desses temas;
- Gênero, mulher e feminismo: 10,17% do total analisado, correspondentes a seis chamadas lançadas.

Após identificar os parceiros do CNPq nas chamadas públicas e de identificar a temática de cada um desses editais, é apresentada na Tabela 3 a relação entre a instituição parceira e o tema do edital/chamada pública.

Com isso, é possível identificar o interesse das instituições parceiras em temas que podem impactar no desenvolvimento social.

No que se refere ao CNPq, os dados apresentados na Tabela 3 correspondem aos editais/chamadas públicas em que o CNPq atuou sem parceria.

Tabela 3 – Temas praticados pelos parceiros mais frequentes do CNPq (2004-2013).

	MDA	MEC	CNPq	SECIS	PR	MDS
Popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciências	1	9	3	9	-	-
Tecnologia social / extensão tecnológica	8	1	3	1	2	1
Gênero, mulher e feminismo	3	-	-	-	6	-
Avaliação de programas de políticas públicas	1	-	-	-	-	2
Segurança alimentar e nutricional	-	-	2	-	-	2
Inclusão digital	-	1	-	2	-	-
Arranjo Produtivo Local (APL)	-	-	2	-	-	-
Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	1	2	-	-	-	-
Tecnologia assistiva	-	-	1	1	-	-
Tecnologia sustentável	-	-	2	-	-	-
TOTAL	14	13	13	13	8	5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos das chamadas públicas filtradas para este trabalho.

Por serem os parceiros mais frequentes no âmbito das 59 chamadas públicas filtrados, o MEC – 23,7%, o MDA – 22%, a SECIS – 22%, a PR – 13,6% e o MDS – 8,5% foram relacionados na Tabela 3.

Os demais parceiros apresentaram a proporção de 3,4% - MAPA, e 1,7% - MMA, SUDECO, MTE, ME, MCidades e Petrobrás (vide FIGURA 1).

Destaca-se que os editais/chamadas públicas em parceria com o MDA, classificados no tema tecnologia social / extensão tecnológica, tema de maior incidência dessa instituição, em sua maioria, relacionavam-se à promoção do desenvolvimento da agricultura familiar (vide Quadro 7), no âmbito do Convênio MCT/CNPq/MDA, que, por sua vez, foi programado no âmbito do PPA 2004-2007 e PPA 2008-2011 (vide Quadros 2 e 3).

Esse convênio tinha como objetivo apoiar projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As parcerias com o MDS para promoção da segurança alimentar e nutricional correspondem às ações do Convênio MCT/CNPq/MDS para apoio a projetos sobre segurança alimentar, acesso à alimentação, apoio à melhoria das condições sócioeconômicas das famílias, no âmbito do programa Acesso à Alimentação da ação Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local para apoio à agricultura familiar (vide Quadros 2 e 3).

Já a parceria do MDS na temática ‘tecnologia social / extensão tecnológica’ era direcionada ao desenvolvimento da agricultura familiar - Edital 36/2007 (vide Quadro 7).

O CNPq, na execução sem parcerias, atuou em cinco temáticas distintas. O que indica uma diversidade de atuação do CNPq em benefício da sociedade.

Quanto aos beneficiários das ações apoiadas por meio dos editais/chamadas públicas analisados, foi possível identificar segmentos distintos da população, tendo como característica comum a situação de vulnerabilidade. Os segmentos identificados foram:

- pequenos produtores rurais;
- mulheres em situação de vulnerabilidade;
- comunidades tradicionais¹⁶: povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais;
- jovens estudantes e residentes da Zona Rural;

¹⁶ Povos e Comunidades Tradicionais: o Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entende como Povos e Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

- catadores de materiais recicláveis;
- mão de obra envolvida em arranjos produtivos locais;
- população de assentamento rural;
- pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida;
- unidades familiares de produção: agricultura, pesca e aquicultura;
- jovens de ensino fundamental e médio.

As ações de popularização da ciência, em sua maioria, têm foco nos jovens de ensino fundamental e médio. Em apenas um dos editais analisados nessa temática, o foco foi jovens estudantes e residentes da zona rural (Edital 23/2008, parceiro MDA).

Os demais editais nessa temática têm como objeto o fortalecimento institucional de museus e centros de ciência; a promoção de olimpíadas de ciência para a melhoria dos ensinos fundamental e médio; promoção de feiras de ciências e mostras científicas.

Os recursos financeiros previstos¹⁷ nos editais/chamadas públicas filtrados corresponderam ao total de R\$ 472.872.056,00 e estão distribuídos anualmente de acordo com o Gráfico 3, com destaque para os anos de 2012 e 2013, quando se observa crescimento importante desses recursos, provavelmente devido à intensificação das políticas de CT&I em promoção do desenvolvimento social.

O ano de 2009 também se destaca, com o total de recurso estimado de R\$ 75.912.164. Observa-se que os editais em parceria com o MDA agregaram maior quantidade de recursos nesse ano, sendo responsáveis por R\$ 46.602.164,00, mais de 60% do total previsto. Todos os editais em parceria com esse ministério são relacionados ao desenvolvimento e transferência de tecnologia para territórios rurais.

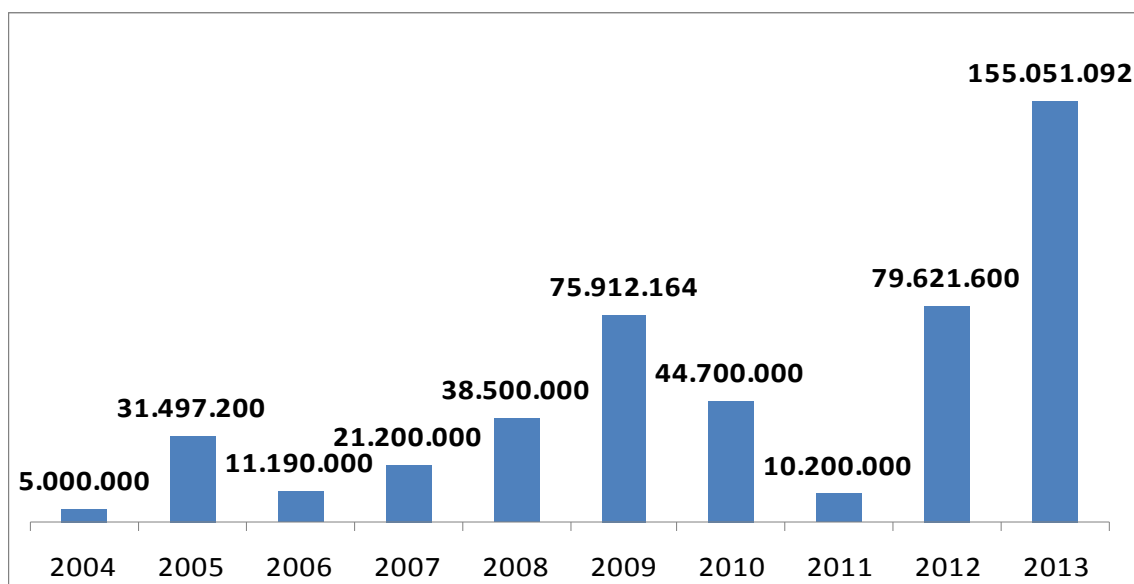


Gráfico 3 – Estimativa de recursos financeiros previstos nos editais/chamadas públicas de 2004 a 2013.

¹⁷ Não há disponibilidade de dados sobre os recursos efetivamente gastos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados para este trabalho.

A distribuição desses recursos por tema dos editais/chamadas públicas corrobora o destaque dado aos temas ‘popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência’ e ‘ tecnologia social / extensão tecnológica’. Não apenas são os de maior frequência em termos de chamadas públicas, mas também são aqueles com maior concentração de recursos: R\$ 120.560.000,00 e R\$ 179.993.284,00, respectivamente (ver Gráfico 4).

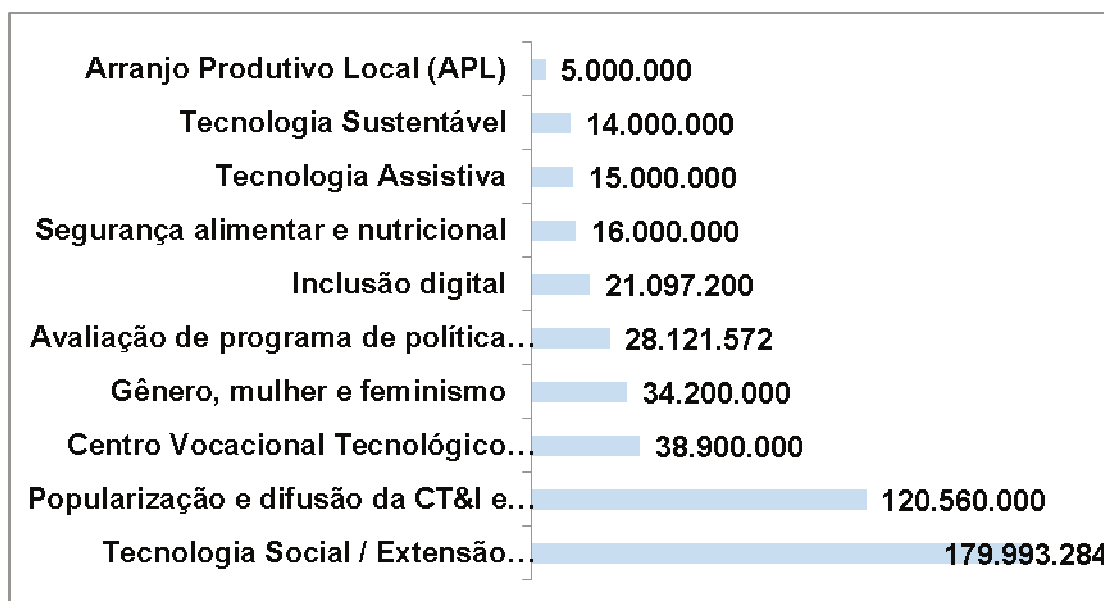


Gráfico 4 – Estimativa de recursos financeiros previstos nos editais/chamadas públicas de 2004 a 2013 por tema.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas filtrados para este trabalho.

As análises realizadas nesta Seção da dissertação evidenciam o papel dos editais/chamadas públicas como ferramenta de promoção do desenvolvimento social, assim como revelam a importância das parcerias, que conciliam políticas públicas de outros ministérios com a ação do CNPq e agregam recursos financeiros.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi identificar a interação das políticas sociais com as políticas de ciência e tecnologia, em especial na ação do CNPq, a partir de 1995. Para isso, o estudo foi estruturado por periodizações, com a análise centrada nas políticas públicas de ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento social, com ênfase na ação do CNPq nessa vertente.

Na análise, foi possível observar que até o advento da Nova República, as políticas de ciência e tecnologia apoiavam áreas tradicionalmente vinculadas ao aspecto social: saneamento e habitação, saúde, alimentação e nutrição, tecnologia educacional. As ações do CNPq no período revelam o mesmo.

A partir da Constituição Federal de 1988, quando a política social torna-se tema central, impulsionada, entre outros fatores, pelas reivindicações dos movimentos sociais, a temática social passa a abarcar outras dimensões, não mais apenas as tradicionalmente reconhecidas (PEREIRA, 2000).

No que se refere à CT&I, é preciso reconhecer que a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação da Assembleia Nacional Constituinte já incorporava o fator social na definição do papel da ciência nas sociedades. Naquele momento, predominou o pensamento de que a pesquisa deveria refletir seu compromisso com as prioridades regionais e locais, bem como sociais e culturais, para a realização do bem comum, em benefício da coletividade (TAVARES, 1987). Essa concepção de ciência reflete o mesmo princípio da concepção de ciência socialmente construída, segundo postulação de Velho (2010, 2011), a qual caminha para a construção de uma concepção de ciência focada para o bem da sociedade.

Os governos federais, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, foram evidenciando, de forma cada vez mais explícita, sua preocupação com as políticas sociais na macropolítica, o que acabou por se refletir nas políticas de CT&I.

A visão de uma ação de CT&I diretamente voltada para o desenvolvimento social já havia constado em políticas de CT&I anteriores a esse período. No âmbito do II PBDCT, formulado para o período 1976 a 1979, por exemplo, fora estabelecido o programa Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social, o qual abarcava as áreas tradicionalmente relacionadas ao social, como educação, saneamento e habitação, saúde, alimentação e nutrição.

No entanto, como vimos pela literatura estudada, as questões sociais mais importantes como desigualdade, pobreza, etc. não se colocavam no centro do debate das

políticas públicas. O debate sobre os direitos sociais e a concepção de política social como um dos pilares da política nacional e, conseqüentemente, como vetor na política de CT&I, somente ocorreu no período após a redemocratização, coroado pela promulgação da Constituição de 1988.

Em termos de planejamento governamental, marcos relevantes da política de CT&I na vertente social foram o PPA 2004-2007 e o PACTI 2008-2011. Ambos contemplaram programas mais diretamente focados no desenvolvimento social, tais como: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e o Desenvolvimento Social; e Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, respectivamente.

As ações para a consolidação desses programas se diversificaram, fortalecendo as chamadas Tecnologias para o Desenvolvimento Social, da qual fazem parte a Tecnologia Social, a Tecnologia Assistiva, a Tecnologia Sustentável e a Extensão Tecnológica, além de outras abordagens estratégicas de consolidação da política de CT&I para o desenvolvimento social.

No que se refere especificamente ao CNPq, buscamos identificar, nos momentos de reorientação institucional e de alteração nas suas atribuições, o aspecto social. Nesse sentido, destacaram-se, por exemplo, a criação da Superintendência do Desenvolvimento Social, em 1980, e o ajuste da missão institucional, em 1995, agora também direcionada para “promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e execução de pesquisas necessárias ao progresso social”. Atualmente, um dos objetivos estratégicos do CNPq é utilizar a CT&I para impulsionar o desenvolvimento social, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade (CNPq, Relatório de Gestão Institucional, Exercício 2012, pp. 21-22).

O que este estudo permitiu ver é que o aspecto social foi sendo paulatinamente incorporado aos objetivos do CNPq. Mas foi possível observar também que, no período mais recente, é que ocorreram as ações mais diversificadas e mais frequentes para promover o desenvolvimento social.

Como explicitado no início da dissertação, o foco de análise recaiu na busca do fator social nas diretrizes institucionais e na identificação das responsabilidades do CNPq em relação ao desenvolvimento social, no âmbito dos planejamentos plurianuais federais e nos planos de ciência, tecnologia e inovação do MCTI. De forma mais específica, também foi foco de análise, na esfera de atuação do CNPq, os editais/chamadas públicas lançados por esse Conselho, que tivessem objetivos mais diretamente voltados para a promoção do desenvolvimento social.

A análise dos editais/chamadas públicas identificados por meio desse critério centrou-se na identificação das parcerias e dos temas abordados no período de 2004 a 2013.

No período analisado, foi possível observar uma ascendência no lançamento de editais direcionados ao desenvolvimento social. Os anos de 2012 e 2013 se destacam dos demais por contarem com o maior número de editais/chamadas públicas direcionados para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, com maior estimativa de recursos, muito provavelmente em decorrência da crescente relevância das políticas sociais no âmbito da macropolítica e da política de CT&I.

O ano de 2009 também se destaca pela ocorrência tanto no número de editais lançados, como no de recursos previstos. Foi possível observar que as parcerias com o MDA foram as responsáveis por esse pico no que se refere aos recursos financeiros estimados.

Já no ano de 2011, é possível observar um declínio na quantidade de editais/chamadas públicas lançados, assim como no volume dos recursos estimados. Não foi possível identificar uma justificativa para essa ocorrência nas diretrizes institucionais do CNPq, nem no PPA federal ou na política de CT&I do período.

As parceiras mais frequentes do CNPq foram com o MEC, MDA, SECIS, PR e MDS. Essas parcerias têm o potencial de gerar uma maior interatividade entre os diversos atores voltados para um mesmo objetivo, o que fortalece a intersectorialidade com a qual deve ser tratada a complexidade da realidade social.

Conclui-se, então, que as parcerias acarretam uma integração na execução de ações de gestão e de prestação de serviço de diferentes políticas públicas, que visam ao bem-estar da população, ou, pelo menos, de determinados segmentos.

Nesse processo, incentiva-se a promoção de atividades de CT&I na busca de solução para problemas locais, o que aproxima a CT&I da sociedade, não há dúvida, ainda que parcialmente, por afetar apenas alguns segmentos sociais.

Os editais/chamadas públicas analisados, em geral, dirigem-se a determinados beneficiários das iniciativas apoiadas, como os catadores de material reciclável, agricultores familiares, mulheres em situação de vulnerabilidade, assentamentos rurais, Arranjos Produtivos Locais, Centros Vocacionais Tecnológicos, por exemplo.

Os editais/chamadas públicas lançados pelo CNPq correspondem à execução de ações vinculadas aos PPAs e que são de responsabilidade desse Conselho. Devido à expertise que o CNPq tem no apoio à pesquisa, ele também apoia outros ministérios, com a execução de editais em parceria. Esses editais, por sua vez, são vinculados às políticas setoriais desses ministérios.

Os temas utilizados para a classificação dos editais/chamadas públicas foram baseados nos temas estabelecidos pelo MCTI para a consolidação das ações (i)

Popularização de CT&I e Melhoria do Ensino e (ii) Tecnologias para o Desenvolvimento Social, estabelecidas no âmbito do programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

As temáticas “Popularização e difusão da CT&I e melhoria do ensino de ciência” e “Tecnologia Social / Extensão Tecnológica” foram de maior frequência, representando, juntas, 57% do total de editais analisados. Os parceiros mais frequentes no tema ‘popularização e difusão da ciência’ foram o MEC e a SECIS, por meio, em sua maioria, da promoção de olimpíadas e feiras de ciências, bem como instalação e fortalecimento de museus e centros de ciências.

Já no tema ‘tecnologia social / extensão tecnológica’, o parceiro de destaque foi o MDA, com os objetivos dos editais, em sua maioria, voltados para apoio a projetos de pesquisa para produção de tecnologias, de conhecimentos apropriados e de inovação tecnológica para a agricultura familiar.

Se as políticas de CT&I voltadas para o desenvolvimento social tradicionalmente apoiavam áreas como saúde, educação, saneamento e habitação, a análise dos temas dos editais filtrados evidencia uma ampliação dessa abordagem temática, que vai redundar na interação das políticas de CT&I com políticas de outros setores, tendo a CT&I como ferramenta para a solução de problemas sociais.

As ações do CNPq, em promoção do desenvolvimento social, demonstram o potencial da CT&I como ferramenta contra as desigualdades, e o potencial do CNPq, como agência de fomento, na articulação e integração de saberes para um propósito social comum.

É inequívoco que o desenvolvimento social é uma das vertentes mais importantes das atuais políticas públicas de Estado. Assim como também é inequívoco o potencial da CT&I como ferramenta contra as desigualdades. O papel da ciência na construção de um mundo melhor, reduzindo as desigualdades regionais, foi objeto de discussão do Fórum Mundial de Ciência 2013. Como afirmou Palis (2013), esse é um desafio gigantesco e o Brasil deve preparar-se para assumir um papel de liderança nesse cenário.

É aí também que o CNPq pode e deve assumir um papel de destaque. Como se viu, esse Conselho, tradicionalmente, desenvolve ações com reflexos na área social, senão por meio de ações de iniciativa própria, por meio de ações em parceria com outras instituições.

Concernente à missão de fomentar a CT&I e atuar na formulação de suas políticas, o CNPq pode direcionar pesquisas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação que atendam a necessidades sociais, promover e fomentar a utilização dos resultados das pesquisas e do conhecimento para a solução de problemas sociais, bem como apoiar e fomentar atividades relacionadas à geração de conhecimentos e ao desenvolvimento de

tecnologias voltadas diretamente para o atendimento a demandas sociais.

Sabemos que a prática de direcionar apoios à pesquisa e à formação de recursos a temas de relevância social já é desempenhada pelo CNPq há tempo. Contudo, considerando o fortalecimento das discussões sobre o papel da ciência contra as desigualdades e por mais justiça social; considerando o reconhecimento do desenvolvimento social como uma das vertentes mais importantes das políticas públicas de CT&I; e considerando que um dos objetivos institucionais do CNPq é priorizar a CT&I que impulsiona o desenvolvimento social, o CNPq deveria intensificar suas ações em prol do desenvolvimento social, em sintonia com os debates atuais que se ampliam sobre o tema, definindo de forma mais pro-ativa seu papel como agente efetivo do desenvolvimento social.

Considerando os dados analisados, vimos que existem três elementos principais que influenciam a orientação e a atuação do CNPq em relação ao desenvolvimento social: (i) a importância crescente do desenvolvimento social na macropolítica; (ii) o direcionamento do CNPq em consonância com a tendência dessa macropolítica, com incorporação paulatina de temas associados ao desenvolvimento social; e (iii) o fortalecimento da discussão sobre o papel da ciência para o desenvolvimento social, para combater desigualdades e para promover melhor qualidade de vida.

Nesse panorama, o presente estudo identificou as seguintes oportunidades e sugestões para o CNPq:

- assumir um papel relevante nas discussões interna e externa (com parceiros) sobre o papel da ciência para a promoção do social, fomentando a discussão sobre os componentes de CT&I nos diversos setores com potencial de impactos positivos no desenvolvimento social;
- sensibilizar o público interno do CNPq (áreas temáticas) para o debate e para promover a aplicação de CT&I no campo social;
- intensificar as chamadas públicas de iniciativa própria voltadas para o aspecto social;
- intensificar as parcerias com outras instituições que estão priorizando as temáticas sociais;
- investir na avaliação de impactos sociais da CT&I em geral, financiada ou não por recursos públicos.

Esta dissertação, na pretensão de identificar as ações do CNPq com impacto no desenvolvimento social, acabou também visualizando o potencial da CT&I e da instituição CNPq no processo de construção de uma nova ciência, mais condizente com as necessidades reais da sociedade atual. O momento é oportuno para o CNPq assumir um

papel de destaque na geração de propostas que direcionem de forma mais enfática a CT&I na construção de um mundo melhor para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S.H., SANTOS, W.G. & COIMBRA, M.A. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1987.

ALBUQUERQUE, L.C. Ações programadas do CNPq – III PBDCT (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 1980-1985). **Revista Brasileira de Inovação**, volume 3, número 1, jan/jun, 2004.

BARBIERI, J.C. **O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/cnpq.pdf>>. Acesso em: 12/09/2013.

BOFF, L. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRANDÃO, F. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas - PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. 2001. 171 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão de Ciência e Tecnologia) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2001.

BRASIL. Presidência da República. **II PBDCT: II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Rio de Janeiro: SG/IBGE, 1976.

_____. República Federativa do Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1980-1985)**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social e Parlamentar/CNPq, 1980.

_____. Secretaria do Planejamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Brasília, Coordenação Editorial Brasília, 1982.

_____. República Federativa do Brasil. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1980-1985)**. Brasília: SG/IBGE, 1981.

_____. República Federativa do Brasil. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **I Plano de Desenvolvimento Nacional da Nova República (1986-1989)**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=130255>>. Acesso em: 5 de out. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 de out. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria da Ciência e Tecnologia. **A política brasileira de ciência e tecnologia: 1990/1995**. Brasília: Departamento de Planejamento, 1990.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia do Governo Federal PPA 1996/1999**. Brasília: Brasil em Ação, 1996.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia do Governo Federal (PPA 1996/1999)**. Brasília: Brasil em Ação, 1997.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT III: documento básico**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/9f9a184e-6a5f-417a-a8a5-87b5faedf02e>>. Acesso em: 11/09/2013.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq. Programa Institutos Nacionais de C&T - INCT. Documento de Orientação, aprovado pelo Comitê de Coordenação em 29 de julho de 2008. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/programas/inct/_apresentacao/pdf/015_anexo.pdf>. Acesso em 18/01/2014.

_____. Governo Federal. **Relatório de atividades 2000**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças. Brasília: MP, 2001.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Academia Brasileira de Ciências. **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira - livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001a.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial**. Brasília: MP, 2003.

BRUNETTI, J.L.A.; SOUZA PAULA, M.C.; YAMAMOTO, Y. CNPq: um enteado da política oficial. In: HERRERA, A.O. *et al.* **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento 2**, pp. 97-129. Brasília, CNPq, UNESCO, 1983.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1993.

CENTRO DE MEMÓRIA DO CNPQ. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/cmемoria-index.html>.

CNPq. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2001**. Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2001.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2004.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2004.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2005.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2005.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2006.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2006.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2007.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2007.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2008.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2008.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2009.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2009.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2010.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2010.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2011.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2011.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Relatório de institucional do CNPq: exercício 2012.** Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/relatorio_gestao_2012.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 3., 2005. Brasília. **3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações.** Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2006.

DAGNINO R.; HERNAN T.; AMILCAR D. El pensamientooenciencia, tecnologia y sociedad en Latinoamerica: una interpretacion de sutrayectoria. **Redes**, v. 3, n. 7, p. 13-51. 1996. Disponível em: <http://www.uagro.mx/usr/foro/1%20Estr%20Inv%20Naciones%20en%20Desarr/1%20El%20pensamiento%20pol%23U00edtico%20en%20ciencia%20tecnolog%23U00eda%20y%20sociedad%20en%20A%20Latina.pdf>. Acesso em: 04/09/2013.

DELGADO, M.G. & DELGADO, G.N. **Constituição da República e Direitos Fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho.** São Paulo: LTr,, 2012.

DIAS, R.; DAGNINO, R. P. Políticas de ciência e tecnologia: sessenta anos do relatório 'Science: theendlessfrontier'. **Avaliação**, v.11, n. 2. 2006.

- DOMINGOS, M. A trajetória do CNPq. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 19-40, jul/dez 2004. Disponível em: http://www.nacionalidades.net/textos/MDN-A_trajetoria_do_CNPq.pdf. Acesso em: 12/09/2013.
- DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social**, São Paulo, v. 15, n. 2, Nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2013.
- ESPÍRITO-SANTO, P.S.M.F. & Oliveira, P.T. O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo. In: Uni-FACET (Org.), **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas** (pp. 1-15). Franca: Centro Universitário de Franca Uni-FACEF. (2008).
- FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED. (2002).
- GUIMARÃES, R. **Avaliação e fomento de C&T no Brasil: propostas para os anos 90**. Brasília: MCT/CNPq, 1994.
- HERRERA, A. O. Los determinantes sociales de la política científica en América Latina. Política científica explícita y política científica implícita. **Redes** [On-line] 1995, 2 (Diciembre). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?>. Acesso em: 04/09/2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. Rio de Janeiro: IPEA. 2010.
- JUNQUEIRA, L.A.P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, FGV, 34 (6): 47-61, Nov./Dez. Latinoamerica: una interpretacion de su trayectoria. **Redes**, v. 3, n. 7, p. 13-51. 1996. Disponível em: <http://www.uagro.mx/usr/foro/1%20Estr%20Inv%20Naciones%20en%20Desarr/1%20E1%20pensamiento%20pol%23U00edtico%20en%20ciencia%20tecnolog%23U00eda%20y%20sociedad%20en%20A%20Latina.pdf>. Acesso em: 04/09/2013.
- LIMA, P.G. **Política científica e tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2011.
- LOPES, C.T.G. **Planejamento, estado e crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990.
- MARRONI, F. **Quais as dimensões de direitos fundamentais?** Disponível em: http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=2011062115424915&mode=print. Acessado em: 16/04/2013.

- MATOS, P.O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. Dissertação (Dissertação em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP.
- MUELLER, S.P.M. & SANTANA, M.G. A ciência da informação no CNPq – fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa entre 1994-2002. **Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2003.
- MUNIZ, N.A.C. **O CNPq e sua trajetória de planejamento e gestão em C&T: histórias para não dormir, contadas pelos seus técnicos (1975-1995)**. 2008. Tese (Doutorado em História Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.
- MUSA, E.V. Competir no futuro. In: **Ciência e tecnologia: alicerces do desenvolvimento**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1994. p. 93-103.
- NUSSENZVEIG, M. Para que ciência no Brasil?. In: **Ciência e tecnologia: alicerces do desenvolvimento**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1994. p. 67-78.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan; PEREIRA, Luiz (Eds.). **Introdução aos estudos de CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri, 2003.
- PACHECO, C.A. **As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil (1999-2002)**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.
- PALIS, J. Ciência contra as desigualdades. **O Globo**, Rio do Janeiro, p. 19, 24 nov. 2013.
- PEREIRA, P.A.P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.
- RATTNER, H. Tecnologia e sociedade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 48, maio, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/048/48rattner.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2013.
- ROMANI, J.P. O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: Schwartzman, S. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.135-166. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/jacqueline.htm>. Acesso em: 01 de dez. 2013.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTAROSA, B. Estado, Constituição Federal, Planos Plurianuais: a face invisível da C&T nos anos 90. 2001. Dissertação (Dissertação em Política e Gestão de Ciência e Tecnologia) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA e SILVA, M.O.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez. 2008.

SILVA JÚNIOR, N.N. Segunda dimensão dos direitos fundamentais. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7433>. Acesso em: 16/04/2013).

SPINDEL, C.R. et al. Estratégias do planejamento social no Brasil. **Caderno CEBRAP** 02, pp. 14-27.

TAVARES, C. **Subcomissão da ciência e tecnologia e da comunicação: relatório e anteprojeto**. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1987.

TIEZZI, S. A organização da política social do governo Fernando Henrique. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 49-56.

TURNHOUT, E. et al. New roles of science in society: Different repertoires of knowledge brokering. **Science and Public Policy** 40, pp. 354-365, 2013.

VALLA, V.V; SILVA, L.W. **Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia 1949-1976**. Brasília, CNPq, Coordenação Editorial, 1981.

VELHO, L. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, p. 128-153, jan/abr. 2011.

_____. Modos de produção de conhecimento e inovação. Estado da arte e implicações para a política científica, tecnológica e de inovação. In: **Nova geração de política em ciência, tecnologia e inovação**. Seminário Internacional - Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. Disponível em: <www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=6390>. Acesso em: 04/09/2013.

APÊNDICE A – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2004

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2004	Edital MCT/CNPq/MDA/CT-Agro nº 22/2004 Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT e o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias apropriadas para agricultura familiar, apresentados por grupos de extensão autorizados pelos Decanatos e Pró-Reitorias de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior, de forma articulada com estruturas de assistência Técnica e Extensão Rural – Ater e organizações produtivas familiares.
Linha temática do Edital 22/2004 Tema 1: Processos Produtivos Agroecológicos Tema 2: Agregação de valor aos produtos e acesso a mercados Tema 3: Atividades Rurais Não-Agrícolas (Pluriatividade)				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE B – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2005

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2005	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq nº 18/2005	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Estimular a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais para os catadores de materiais recicláveis, apresentados por grupos de extensão autorizados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas, Comunitárias e Confessionais, Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão e organizações do terceiro setor (OTS), de forma articulada com as organizações de catadores, outras instituições públicas e organizações não -governamentais.
<p>Linha temática do Edital 18/2005</p> <p>Tema 1 - Inovação tecnológica para incremento da produtividade na cadeia de recicláveis</p> <p>Tema 2 - Agregação de valor aos produtos e acesso a mercados</p> <p>Tema 3 - Tecnologias de Gestão</p> <p>Tema 4 - Melhoria das condições de trabalho dos catadores</p> <p>Tema 5 - Segurança alimentar e nutricional dos catadores de materiais recicláveis</p>				
2	2005	Edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq - no 19/2005 Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão e Disponibilização de Tecnologias para Inclusão Social	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social nos temas "água e alimentação humana e animal"

APÊNDICE B - continua

Linha temática do Edital 19/2005

Água

- uso sustentável de água na atividade agrícola e agroindustrial;
- redução da poluição da água na atividade produtiva; otimização de redes de tratamento e saneamento básico;
- redução do efeito da salinização dos solos em áreas irrigadas do nordeste brasileiro;
- sistemas de irrigação que atendam as especificidades dos agricultores familiares;
- monitoramento de mananciais hídricos; metodologias para a recuperação de nascentes e recomposição de matas ciliares;
- coleta de águas pluviais destinadas ao consumo humano;
- coleta e contenção de águas para abastecimento dos lençóis freáticos;
- barragens subterrâneas;
- usos alternativos da água.

Alimentação Humana

- tecnologias relacionadas à busca do alimento seguro;
- tecnologias de análise de nutrientes visando a confecção de rotulagem nutricional;
- tecnologias para redução de custos e ampliação da eficiência no processamento de alimentos e de novos produtos alimentícios;
- tecnologias de aproveitamento de subprodutos de origem alimentícia;
- avaliação microbiológica de alimentos e controle de qualidade;
- produção dos alimentos funcionais;
- agregação de valor aos alimentos tradicionais na sua biodiversidade para ampliação de mercados e geração de novas oportunidades;
- monitoramento sanitário com vistas ao melhoramento da eficiência dos sistemas de produção (inclusive aplicações não convencionais);
- tecnologias de produção orgânica de alimentos;
- tecnologias sociais de gestão em produtos e processos;
- tecnologias de produção, armazenagem e apresentação dos alimentos comercializados por vendedores ambulantes e pequenos comerciantes.

Alimentação Animal

- alimentação animal em sistemas agropecuários e seus efeitos no meio ambiente;
- uso de insumos e resíduos agroindustriais destinados à nutrição animal;
- técnicas de gestão para a certificação da qualidade de sub -produtos para alimentação animal;
- fontes regionais de proteínas, carboidratos e fibras que atendam as exigências nutricionais dos animais e possam ser utilizados na fabricação da ração;
- máquinas que melhorem a eficiência do processamento e aproveitamento de grãos destinados à ração animal nas pequenas propriedades;
- conservação dos produtos destinados ao consumo animal.

APÊNDICE B - continua

3	2005	Edital MCT/CNPq/MDA/CT-Agro - nº 20/2005	<p>MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT e o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq</p>	<p>Selecionar projetos integrados de geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura familiar, a serem apresentados por instituições públicas de ensino superior, instituições públicas de pesquisa e extensão rural, escolas agrotécnicas públicas, organizações do terceiro setor (OTS) e organizações dos agricultores familiares, que venham, por intermédio da geração e apropriação de conhecimentos e tecnologias, promover a transição agroecológica e o fortalecimento da Agricultura e Pecuária Familiares de base ecológica, assim como a pesca artesanal e a aquicultura ambientalmente sustentáveis.</p>
<p>Linha Temática do Edital 20/2005 a) transição agroecológica b) produção, transformação, comercialização e consumo de produtos orgânicos/ecológicos</p>				
4	2005	Edital MCT/MMA/SEAP/SEPPPIR/CNPq nº 26/2005	<p>Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPPIR/PR por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq</p>	<p>Apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais para comunidades tradicionais e povos indígenas apresentados por grupos de extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas, Comunitárias e Confessionais, de Instituições Públicas de Pesquisa e Extensão, e de Organizações do Terceiro Setor, todas sem fins lucrativos, de forma articulada com as comunidades e com os povos.</p>
<p>Linha Temática do Edital 26/2005 Tema 1 - Tecnologias de Processo e Produtos Tema 2 - Tecnologias de Gestão Tema 3 - Pluriatividade Tema 4 - Segurança Alimentar e Nutricional - SAN</p>				

APÊNDICE B - continua

5	2005	<p>Edital MCT/CNPq/SECIS/Casa Civil-ITI 41/2005 - Projeto Casa Brasil</p> <p>Apoiar o Projeto Casa Brasil do governo Federal , mediante o financiamento a fundo perdido de propostas que tenham como finalidade promover o desenvolvimento e universalização das tecnologias da informação e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia.</p>	<p>Casa Civil da Presidência da República por intermédio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI e do Comitê Gestor do Projeto Casa Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT por intermédio da Secretaria de Inclusão Social - SECIS e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq</p>	<p>Apoiar o Projeto Casa Brasil do governo Federal (http://www.iti.br/casabrasil), mediante o financiamento a fundo perdido de propostas que tenham como finalidade promover o desenvolvimento e universalização das tecnologias da informação e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividades de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia.</p>
6	2005	<p>Edital MCT/CNPq/PR-SMP 45/2005 - Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos</p>	<p>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/PR, o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq</p>	<p>Estimular e fortalecer produção de pesquisas e estudos relacionados com os temas: relações de gênero, mulheres e feminismos, mediante o apoio financeiro a projetos com mérito científico que contribuam para o desenvolvimento das temáticas no Brasil, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE C – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2006

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2006	Edital CT - Agronegócio/MCT/CNPq nº 04/2006 - Arranjos Produtivos Locais em Fruticultura	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico inovador da fruticultura brasileira, por meio de ações apresentadas por pesquisadores ligados a instituições de ensino superior públicas, comunitárias e confessionais, ou a instituições públicas e privadas de pesquisa científica ou tecnológica, todas sem fins lucrativos com atuação em áreas relevantes em APL de fruticultura, em quatro grandes áreas não necessariamente excludentes: melhoramento genético, Sistema de Produção e Segurança Ambiental, Tecnologia de pós-colheita e Transferência de Tecnologia. Serão beneficiários dos resultados dos projetos aprovados neste Edital os fruticultores, principalmente os inseridos na condição de produtor familiar, organizados em APL.
Linha temática do Edital 04/2006 Melhoramento Genético Sistema de Produção e Segurança Ambiental Tecnologias de pós-colheita Transferência de Tecnologias				

APÊNDICE C - continua

2	2006	Edital MCT/CNPq/CTHidro/CTA Agro nº 05/2006 - Racionalização do Uso da Água e Inclusão Social no Meio Urbano e Peri-urbano	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Apoiar atividades de pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação relacionadas a questão do uso racional da água no meio urbano e peri-urbano.
<p>Linha Temática do Edital 05/2006</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação e avaliação do processo de envolvimento da comunidade na adoção de boas práticas de gestão de recursos hídricos, onde a água tenha contribuído como meio de inserção social e resgate da cidadania, levando-se em conta a sustentabilidade das ações; - Uso eficiente da água e conservação dos recursos hídricos em ambientes urbano e peri-urbanos, com mobilização social; - Diagnóstico e biomonitoramento de corpos de água em ambiente urbano ou peri-urbano, com ênfase ao planejamento e controle do uso e ocupação do solo urbano, áreas de proteção de mananciais e, ou, áreas sujeitas aos efeitos de ocorrências de eventos críticos, com participação da comunidade; - Ciclo hidrológico de mananciais urbanos e peri-urbanos e ações antrópicas - prevenção e mitigação dos efeitos dos eventos hidrológicos críticos, tais como sistemas de alerta, recomposição das matas ciliares em particular e da cobertura vegetal em geral de modo a favorecer a infiltração das águas de chuvas, construção de obras de proteção e impactos de eventos extremos; - Hidrologia, hidrogeologia e estudos ambientais para a gestão sustentável de bacias e vales em áreas urbanas e peri-urbanas na zona costeira; - Sistemas de informação visando o desenvolvimento de modelagem e criação de banco de dados para o fortalecimento dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos urbanos e peri-urbanos; - Desenvolvimento de bioindicadores para avaliação rápida e eficiente da qualidade da água servida a população, bem como dos mananciais, visando o aprimoramento da gestão ambiental e múltiplos usos da água; - Ações inovadoras para o saneamento básico em áreas urbanizadas, voltadas para o tratamento de águas e esgotos; - Difusão tecnológica de métodos e técnicas de captação e manejo de águas de chuva, como por exemplo o uso de pavimentos permeáveis, visando minimizar problemas oriundos da drenagem superficial deficiente; - Reutilização de água tendo em conta os parâmetros e as características básicas das respectivas classes das águas utilizadas. 				
3	2006	Edital MCT/CNPq nº 12/2006 - Difusão e Popularização da C&T	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCT	Apoiar atividades que propiciem a difusão e popularização da ciência e tecnologia junto à sociedade brasileira, a instalação e o fortalecimento institucional de museus e centros de ciências e outras iniciativas que visem promover a divulgação científica e a melhoria da qualidade do ensino informal das ciências.
4	2006	Edital MCT/CNPq 41/2006 - Olimpíadas Científicas	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar a realização de Olimpíadas de Ciências de âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE D – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2007

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2007	Edital MCT/CNPq nº 12/2007 - Olimpíadas de Ciências	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar a realização de Olimpíadas de Ciências de âmbito nacional, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas.
2	2007	Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN 36/2007- Agricultura Familiar	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT), a Secretaria da Agricultura Familiar do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SAF/MDA) e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (SESAN/MDS), por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq	Selecionar projetos de extensão tecnológica inovadora, apropriada à agricultura familiar; e estimular o intercâmbio de profissionais experientes entre as diferentes regiões do País
<p>Linha Temática do Edital 36/2007</p> <p>a) Uso de técnicas de manejo em sistemas de produção sustentável, de base ecológica e/ou orgânica;</p> <p>b) Tecnologias apropriadas para a convivência, ambientalmente equilibradas, nos diferentes biomas brasileiros;</p> <p>c) Uso de tecnologias de baixo custo para captação e tratamento de água;</p> <p>d) Processamento de alimentos e ervas fitoterápicas da biodiversidade regional;</p> <p>e) Emprego de plantas e outros produtos alternativos com fins terapêuticos;</p> <p>f) Uso de processos artesanais e agroindustriais de produção voltados para a agricultura familiar;</p> <p>g) Tecnologias de energia renovável aplicadas à agricultura familiar;</p> <p>h) Uso de metodologias de comunicação social aplicados à assistência técnica e extensão rural;</p> <p>i) Dinâmicas sócio-ambientais e estratégia de desenvolvimento rural;</p> <p>j) Processos e organização para agroindustrialização familiar;</p> <p>k) Estratégias de incentivo à disponibilização e apropriação de conhecimento de impacto comunitário;</p> <p>l) Uso de tecnologias como incentivo para a migração da autossuficiência na produção de alimentos para a geração de renda monetária;</p> <p>m) Processos de geração de renda de origem não agrícola;</p> <p>n) Implementação de sistemas participativos para a certificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal;</p> <p>o) Implementação de formas organizativas de processos de produção e comercialização.</p>				

APÊNDICE D - continua

3	2007	Edital MCT/CNPq nº 42 /2007 - Seleção Pública de Projetos para Apoio a Projetos de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar projetos de popularização da Ciência e Tecnologia das universidades, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades científicas e outras instituições. Trata-se de incentivar atividades que propiciem a difusão e popularização da ciência e tecnologia junto à sociedade brasileira, a instalação e o fortalecimento institucional de museus e centros de ciências e outras iniciativas que promovam a divulgação científica e a melhoria da qualidade do ensino informal das ciências.
---	------	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE E – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2008

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2008	Edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CTAgro/CTFVA/CTSaúde/CTHidro nº 07/2008- Apoio a Projetos de Geração e Disponibilização de Tecnologias para a Agricultura Familiar	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA-MCT, e a SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEAP/PR, por intermédio do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	Selecionar projetos de geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura e a aquicultura familiares, bem como contribuir para a sustentabilidade das comunidades tradicionais, povos indígenas e pescadores artesanais e assegurar melhores condições para sua inserção no mercado e geração de renda.
<p>Linha Temática</p> <p>a) Processos de gestão, técnicas de manejo e de insumos de caráter participativo, voltados para o desenvolvimento de processos produtivos de base ecológica e incorporação de tecnologias em atividades extrativistas sustentáveis;</p> <p>b) Manejo e produção ecológica de animais de grande, médio e pequeno portes, prevendo-se ações de consórcio com a aquicultura familiar;</p> <p>c) Técnicas não convencionais para controle de pragas e doenças, usando métodos culturais, biológicos e mecânicos;</p> <p>d) Seleção e produção de alimentos oriundos da biodiversidade regional, estimulando o desenvolvimento das cadeias produtivas locais de alimentos e contribuindo para a preservação dos recursos genéticos;</p> <p>e) Técnicas de manejo de sistemas agroflorestais, agroextrativistas, agrosilvopastoris, aquícolas e pesqueiros;</p> <p>f) Captação, tratamento, armazenamento e aproveitamento sustentável de águas e resíduos;</p> <p>g) Desenvolvimento de produtos e subprodutos com fins terapêuticos, cosméticos, ornamentais e outros;</p> <p>h) Processos artesanais e agroindustriais de produção, incluindo o controle de qualidade de produtos adaptados à produção em pequena escala;</p> <p>i) Tecnologias para pesca artesanal e aquicultura familiar, envolvendo todas as etapas da cadeia produtiva;</p> <p>j) Tecnologias para uma convivência sustentável com ambientes aquáticos, especialmente com a várzea amazônica voltadas para unidades familiares e/ou comunitárias de produção;</p> <p>k) Gestão de logística, da qualidade e de custos dos processos produtivos, observando as especificidades do mercado de produtos orgânicos, solidários e éticos.</p>				
2	2008	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/ MDA - Nº 23/2008 - Programa Intervivência Universitária	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Fundo Setorial do Agronegócio – CT-Agronegócio e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Apoiar Projetos que visem estimular a divulgação e apropriação de conhecimento geral e especializado disponíveis nas Universidades, Centros Tecnológicos e Escolas Técnicas Públicas, por jovens estudantes e residentes da Zona Rural, que já participem de atividades educativas, extensionistas e organizativas.

APÊNDICE E - continua

Linha Temática do Edital 23/2008

- a) saúde e educação pessoal/coletiva;
- b) organização social e associativismo;
- c) ecologia, legislação ambiental e utilização de recursos naturais;
- d) produção agrícola, zootécnicas e agroecológica;
- e) empreendedorismo, administração rural, negócios e contabilidade;
- f) computação, informática e comunicação;
- g) outras propostas de natureza ampla, localmente relevante e devidamente justificadas.

3	2008	<p>Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/FNDCT/Ação Transversal nº 24/2008 - Agricultura Familiar</p> <p>Promover a sustentabilidade econômica, ambiental, e social por meio da adoção de produtos, processos e gestão tecnológicos para a conquista de melhor inserção nos mercados</p>	<p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), o MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT) por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)</p>	<p>Promover a sustentabilidade econômica, ambiental, e social por meio da adoção de produtos, processos e gestão tecnológicos para a conquista de melhor inserção nos mercados e na geração de rendas agrícola e não-agrícola.</p> <p>Apoiar projetos voltados para Produção de Tecnologias, de Conhecimentos Apropriados, e de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar, que contribuam para a promoção da sustentabilidade econômica, ambiental, e social por meio da adoção de produtos, processos e gestão tecnológicos para a conquista de melhores condições de inserção nos mercados e na geração de rendas agrícola e não-agrícola.</p>
---	------	--	--	---

Linha Temática do Edital 24/2008

- a) Agroecologia e agriculturas de base ecológica;
- b) Manejo sustentável de uso múltiplo em sistemas agroflorestais e sistemas agropecuários;
- c) Agregação de valor à produção mediante processos de agroindustrialização familiar rural;
- d) Desenvolvimento rural sustentável;
- e) Práticas de convivência com a seca no semiárido brasileiro;
- f) Atividades não-agrícolas no meio rural ("pluriatividade");
- g) Comercialização e mercados;
- h) Alternativas energéticas ("fontes alternativas": biodiesel, energia solar, eólica, pequenas turbinas hidráulicas, secador solar etc.);
- i) Preservação/conservação de recursos hídricos;
- j) Práticas produtivas ecologicamente sustentáveis;
- k) Validação e disponibilização de mudas, de sementes e de variedades;
- l) Sistemas de gestão de bancos de sementes;
- m) Gestão de sistemas produtivos;
- n) Reconversão e diversificação de áreas de fumicultura para agriculturas alternativas de base ecológica;
- o) Tecnologias que permitam ganhos de produção e produtividade nas cadeias produtivas do MAIS ALIMENTOS, a saber: leite, milho, suínos, arroz, mandioca, trigo, aves, café, frutas, feijão, cebola e soja;
- p) Tecnologias apropriadas e culturalmente adequadas para comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas.

APÊNDICE E - continua

4	2008	Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/CT-Hidro - Nº 27/2008	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e os Fundos Setoriais do Agronegócio e de Recursos Hídricos, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Fomentar o desenvolvimento e a apropriação de tecnologias integradas de conservação de água e solo, de saneamento ambiental e de aumento da cobertura vegetal em unidades rurais de base familiar, visando a recuperação ambiental das microbacias produtoras de água, agregação de renda aos agricultores familiares, inclusive possibilitando o pagamento de serviços ambientais (PSA), e avanço da consciência ecológica destes importantes atores no espaço rural.
<p>Linha Temática do Edital 27/2008</p> <p>As propostas devem incentivar a adoção de conhecimentos, tecnologias e metodologias participativas para apropriação integrada de práticas agrícolas, florestais e sanitárias, em unidades rurais de produção familiar, nas seguintes linhas temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas; - Adoção de técnicas agrícolas que promovam o uso sustentável e conservação da água; - Tecnologias para recuperação e proteção de nascentes, matas ciliares e áreas de preservação permanentes (APP); - Conservação e valoração de serviços ambientais; - Projetos integrados de recuperação de microbacias hidrográficas e corpos d'água sob influência de unidades rurais de produção familiar; - Tratamento de efluentes e destinação adequada de resíduos nas propriedades agrícolas. 				
5	2008	Edital MCT/CNPq/MDS nº 38/2008 - CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local Edital Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 mobilização e planejamento	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar projetos multidisciplinares que desenvolvam diagnósticos e planejamentos territoriais por meio de ações de extensão universitária, visando a promoção de segurança alimentar e desenvolvimento local em territórios prioritários no âmbito do CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. A ação visa apoiar a organização, o planejamento e a gestão dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local e promover ações intermunicipais de desenvolvimento local, com a participação da sociedade civil e do poder público municipal, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento de cadeias agro-alimentares de extensão regional.

APÊNDICE E - continua

6	2008	Edital MCT/CNPq/MEC/FNDE nº 49/2008 - Olimpíadas de Ciências	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério da Educação com a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Apoiar a realização de Olimpíadas de Ciências de ÂMBITO NACIONAL, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificação de jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas.
7	2008	Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA No 57/2008	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento – CNPq, a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA	Apoiar projetos de pesquisa científica nas áreas de relações de gênero, mulheres e feminismos.
8	2008	Edital MCT/CNPq/SECIS nº 63/2008 - Popularização da Astronomia Apoio financeiro para projetos de divulgação científica na área de Astronomia e ciências afins. Esta iniciativa atende prioridades estratégica do Governo Federal de estimular a popularização da ciência e tecnologia e de promover a melhoria da educação científica e as comemorações do Ano Internacional da Astronomia.	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCT, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar projetos de popularização da Astronomia em universidades, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades e sociedades científicas, outras instituições, públicas ou privadas sem fins lucrativos. Incentivar atividades que propiciem a difusão e popularização da Astronomia junto à sociedade brasileira, a instalação e o fortalecimento institucional de museus e centros de ciências, planetários, observatórios e outras iniciativas que promovam a divulgação científica da Astronomia e a melhoria da qualidade de educação em ciências, particularmente da Astronomia. Com isto pretende-se: 1) estimular jovens, de todas as camadas sociais, para carreiras científicas e tecnológicas, em particular a Astronomia e aquelas a elas relacionadas; 2) estimular a curiosidade, criatividade e capacidade de inovação, especialmente entre os jovens; 3) promover o uso e a difusão de resultado da CT em ações de inclusão social e redução das desigualdades. 4) divulgar amplamente, com atividades em todo o território nacional, o Ano Internacional da Astronomia.

APÊNDICE E - continua

Linha Temática do Edital 63/2008

- 1- Elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica em Astronomia, para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, concursos, olimpíadas, etc;
- 2- Promoção de eventos, cursos, oficinas, mostras, pequenos observatórios, exposições e outras atividades de divulgação da Astronomia para o público em geral ou setores específicos;
- 3- Implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados à popularização da Astronomia, como centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia, planetários fixos e móveis, e outros ambientes de apoio à educação informal voltadas para a popularização da Astronomia;
- 4- Produção de conteúdos de divulgação da Ciência Astronômica destinada aos diferentes meios de comunicação como jornais, revistas, rádio, TV e internet.
- 5- Produção e distribuição de material didático referente à Astronomia e ciências afins, tais como cursos, livros, softwares, vídeos, revistas, mídias em geral, e outros experimentos e materiais impressos.
- 6- Realização de atividades de divulgação e produção de materiais sobre história da Astronomia no Brasil e no exterior, bem como sobre conhecimentos astronômicos produzidos nas diversas culturas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE F – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2009

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2009	Edital MCT/CNPq/MDA/INCRA nº 04/2009 - PRONERA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	Fomentar ações que propiciem às populações dos assentamentos de Reforma Agrária o direito à educação, à capacitação profissional e a especialização nas diferentes áreas do conhecimento, de modo a contribuir para os projetos de desenvolvimento e transferência de tecnologia nos assentamentos rurais, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos.
<p>Linha Temática do Edital 04/2009</p> <p>a) Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas para programas de assentamentos rurais;</p> <p>b) Produção Agrícola e Zootecnia e Economia Camponesa em áreas de reforma agrária;</p> <p>c) Agroecologia e Sustentabilidade agrária em programas de assentamentos;</p> <p>d) Educação ampla e profissional com foco para a realidade rural;</p> <p>e) Capacitação para extencionismo tecnológico adequado para as áreas de assentamentos rurais;</p> <p>f) Comunicação e Cultura em comunidades de assentamentos rurais;</p> <p>g) Diversidade e sujeitos do campo em áreas de assentamento;</p> <p>h) Formação de educadores do campo.</p>				
2	2009	Edital MDA/SDT/CNPq Nº 05/2009 - Gestão de Territórios Rurais	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar atividades de pesquisa e extensão com foco para o monitoramento e avaliação, acompanhamento da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR com foco na redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional.

3	2009	Edital MCT/CNPq N° 029/2009 - Seleção Pública de Propostas de Pesquisa, Desenvolvimento Científico e Extensão Tecnológica para Inclusão Social	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ação Transversal (Lei no 11.540, de 2007) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	<p>Selecionar propostas para apoiar a execução de projetos de desenvolvimento e extensão que promovam a inclusão social por meio da melhoria das condições socioeconômicas da população brasileira.</p> <p>Apoiar a execução de projetos de desenvolvimento e extensão tecnológica que promovam a inclusão social, por meio da melhoria das condições socioeconômicas da população brasileira.</p> <p>a) Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a extensão de tecnologias convencionais e de tecnologias sociais no aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e resíduos agroindustriais; b) Promover a extensão tecnológica no meio urbano e no meio rural; c) Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a extensão de tecnologias sociais voltadas à agroecologia.</p>
---	------	--	---	--

APÊNDICE F - continua

Linha Temática do Edital 29/2009

"TEMA 1:

Estimular a execução de projeto de pesquisa, de desenvolvimento e de extensão voltados aos catadores de materiais recicláveis de forma a contribuir para a promoção de sua sustentabilidade socioeconômica.

Linha a: Inovação tecnológica para incremento da produtividade na cadeia de recicláveis:

- Nas atividades de coleta, separação, armazenamento, reciclagem e comercialização;
- Melhores práticas, equipamentos e instalações ajustadas à atividade de beneficiamento da produção e uso manual na triagem dos resíduos;
- Agregação de valor aos produtos e acesso a mercados;
- Embalagens e produtos artesanais confeccionados com resíduos locais.
- Protocolos de normalização e avaliação de conformidade de produtos e processos oriundos da catação de resíduos.
- Gestão da qualidade, comercialização e custos dos processos produtivos.

Linha b: Tecnologias de gestão:

- Gestão solidária dos empreendimentos sociais;
- Legislações sanitária, fiscal, tributária e ambiental no contexto de programas de desenvolvimento social.

Linha c: Melhoria das condições de trabalho dos catadores

- Equipamentos de: proteção individual, coleta, separação, armazenamento e reciclagem.
- Substituição das carroças de tração humana.

Linha d: Segurança alimentar e nutricional dos catadores de materiais recicláveis

- Aproveitamento do resíduo orgânico para hortas urbanas, peri-urbanas e rurais de base ecológica.

TEMA 2:

Estimular projeto de pesquisa, de desenvolvimento e de extensão de tecnologias sociais voltadas à agroecologia.

Linha a: Processos de implementação para produção

- Substituição de insumos convencionais por insumos e práticas de manejo de resíduos ecologicamente sustentáveis;
- Redesenho de agroecossistemas com espécies nativas;
- Fontes alternativas de energia;
- Uso e Formas alternativas de água
- Planejamento espacial das unidades produtivas familiares;

Linha b: Produção, transformação, comercialização e consumo de produtos orgânicos/ecológicos:

- Organização de comercialização (associação de produtores e consumidores, feiras, redes de produção e consumo etc.);
- Certificação de produtos agroecológicos;
- Processos de transformação e agroindustrialização;
- Uso de corantes e conservantes naturais;
- Aproveitamento de matérias-primas não tradicionais.

APÊNDICE F - continua

4	2009	Edital MCT/CNPq Nº 31/2009 - Seleção Pública de Propostas de Cursos de Curta Duração e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/Ação Transversal (Lei no 11.540, de 2007) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que envolvam ações de capacitação, pesquisas tecnológicas e inovação visando ao desenvolvimento de Arranjo Produtivos Locais (APLs) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a ampliação das atividades de fomento.
<p>Linha Temática do Edital 31/2009 TEMA 1: CAPACITAÇÃO Seleção de propostas de elaboração e aplicação de cursos de curta duração para mão de obra envolvidas em APLs com o objetivo de reduzir os gargalos existentes. Serão selecionados projetos de cursos, de curta duração, cada um no máximo com 24 (vinte e quatro) horas. Esses cursos serão distribuídos pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os cursos deverão ser presenciais e oferecer conteúdos como: sistema de inovação, gestão e liderança, noções de legislações, comercialização de produtos, análise de mercados, estratégias de transferência tecnológica, entre outros, que estejam ligados diretamente ao tema do APL.</p> <p>TEMA 2: FOMENTO A PROJETOS ESPECÍFICOS PARA APLS Seleção de propostas que promovam a interação de instituições de pesquisas e pesquisadores com as empresas integrantes do APL para solução de gargalos tecnológicos ao desenvolvimento e consolidação dos APLs. Os temas a serem tratados devem estar relacionados a questões como: redução de custos, noções de legislações, questões de comercialização, estabelecimento de marcas, melhoria e agregação de valor aos produtos, redução de impactos ambientais e implementação de sistemas e parcerias para a certificação de produtos.</p>				

APÊNDICE F - continua

5	2009	<p>Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater Nº 33/2009</p> <p>Chamada 1: Selecionar Projetos de Pesquisa em Experiências Inovadoras no Ensino, Aprendizagem e Intervenção em Extensão Rural, no âmbito da Agricultura Familiar e em consonância com a Política Nacional de Ater, estimulando o intercâmbio de professores/pesquisadores do ensino de Extensão Rural entre as diferentes regiões do País, a construção de conhecimento para o ensino e a prática da Extensão Rural e o apoio ao fortalecimento de grupos de ensino, pesquisa e extensão em temas vinculados às demandas da Extensão Rural brasileira.</p> <p>Chamada 2: Selecionar projetos que visem a validação, experimentação e disponibilização de inovações tecnológicas apropriadas para Agricultura Familiar, visando aperfeiçoar e promover a sustentabilidade dos sistemas de produção.</p> <p>Chamada 3: Selecionar Projetos que visem à realização de cursos em Manejo Ecológico e Conservação dos Solos e da Água, voltados para profissionais das ciências agrárias, de nível médio e/ou superior, vinculados a uma entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural governamental ou não governamental que atuam com agricultores familiares e que estão credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, conforme a Portaria Conjunta MDA/INCRA no 10 de 11 de agosto de 2005.</p>	<p>Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar (DATER/SAF), por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento do País, por meio de seleção de projetos de pesquisa em experiências inovadoras no ensino, aprendizagem e intervenção em extensão rural; de inovação tecnológica que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e de projetos que visem à formação de Agentes de Ater em Manejo Ecológico e Conservação dos Solos e da Água, a partir de princípios sistêmicos de sustentabilidade agrícola em bases ecológicas, objetivando qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos agricultores familiares.</p>
---	------	--	--	--

Linha Temática do Edital 33/2009

- a) Desenvolvimento de Experiências e Práticas de Extensão Rural vinculadas ao Ensino;
- b) Sistematização de Experiências de Ensino e Aprendizagem da Extensão Rural;
- c) Levantamento, Sistematização e Análise da Produção Acadêmica na área de Ensino e da Prática de Extensão Rural;
- d) Desenvolvimento e/ou Sistematização de Experiências de Ensino e Metodologias de Extensão Rural para Públicos Específicos: quilombolas, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais e aqüicultores de base familiar;
- e) Desenvolvimento e/ou Sistematização de Experiências de Relação Interdisciplinar no Ensino da Extensão Rural;
- f) Desenvolvimento e/ou Sistematização de Metodologias Inovadoras de Extensão Rural;
- g) Realização de Estudos e Pesquisas sobre Metodologia e Prática da Extensão Rural Agroecológica.

6	2009	Edital MCT/CNPq/MEC/FNDE nº 53/2009 - Olimpíadas Científicas	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério da Educação com a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental e médio e para a identificação de jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem as carreiras técnico-científicas.
7	2009	Edital MCT/CNPq/CT-Saúde nº 58/2009 - Envelhecimento, Trabalho e Saúde	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, no tema “Envelhecimento, Trabalho e Saúde: Promoção da qualidade de vida da população brasileira por meio de atividade física, ocupacional e Linguagem”

Linha Temática do Edital 58/2009

- a) Desenvolvimento de produtos e processos voltados à avaliação, promoção e reabilitação da atividade física, ocupacional e de linguagem;
- b) Manutenção, prevenção e reabilitação das funções sensório-motoras no processo de envelhecimento e no controle das doenças crônicas;
- c) Avaliação da efetividade de intervenções e programas voltados para a qualidade de vida no trabalho.

APÊNDICE F - continua

8	2009	Edital MCT/CNPq/SECIS/Fundações de Amparo à Pesquisa nº 64/2009 - Espaços Científico-culturais	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Secretaria de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS/MCT, em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Selecionar propostas com o objetivo de obter apoio financeiro para espaços científicos-culturais, como centros e museus de Ciência e Tecnologia, planetários, jardins zoológicos e instituições similares - que promovem atividades de divulgação científica que valorizam a interatividade, segundo as prioridades, condições e linhas temáticas definidas neste Edital.
<p>Linha Temática do Edital 64/2009</p> <p>1 - Implantação, aprimoramento ou expansão de espaços científico-culturais como centros e museus de C&T, planetários, observatórios, jardins zoológicos, parques da ciência etc; instalação ou aprimoramento de laboratórios científicos ou de informática, bibliotecas, sala para audio-visual e outros ambientes de apoio a estes espaços.</p> <p>2 - Produção, aprimoramento ou aquisição de experimentos interativos para museus e centros de ciências.</p> <p>3 - Aquisição, adaptação ou melhoria de veículos destinados a projetos de ciência itinerante (tipo “Ciência Móvel”), bem como equipamentos para este tipo de atividade</p> <p>4 - Produção de exposições de curta, média ou longa duração, organizadas por eixos temáticos, campos ou áreas do conhecimento. As exposições poderão ser fixas ou itinerantes, e deverão, preferencialmente, conter elementos interativos</p> <p>5 - Promoção de programas de capacitação de profissionais, mediadores, monitores, técnicos e auxiliares, através de cursos, estágios, visitas técnicas no país para atuarem nos espaços científico-culturais</p> <p>6 - Desenvolvimento de projetos de divulgação científica, nestes espaços, que favoreçam e promovam a interação entre ciência, cultura e artes</p> <p>7 - Elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, sites, blogs etc; produção de material de apoio, materiais didáticos e de divulgação nas diferentes formas e mídias</p> <p>8 - Informatização de ambientes e estabelecimento de redes de comunicação interinstitucionais</p> <p>9 - Desenvolvimento de projetos museológicos e de implantação de novos espaços científico-culturais</p> <p>10 - Elaboração, desenvolvimento e aplicação de processos de avaliação e de metodologias inovadoras para uso em museus e centros de C&T</p> <p>11 - Desenvolvimento e implantação de tecnologias assistivas (voltadas para pessoas com necessidades especiais) em espaços científico-culturais</p>				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE G – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2010

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2010	<p>Edital 19/2010 - TEMA 1: Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>Edital 19/2010 - TEMA 2: Cadeia Produtiva de Alimentos</p> <p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, que possibilitem ampliar e assegurar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para nutrir e manter a saúde da população, e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde.</p>	<p>Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ação Transversal (Lei no 11.540, de 2007) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq</p>	<p>Contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, que possibilitem ampliar e assegurar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para nutrir e manter a saúde da população, e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde.</p>
<p>Linha Temática do Edital 19/2010</p> <p>TEMA 1: Segurança Alimentar e Nutricional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional: agricultura urbana e peri-urbana; - Estudos etnográficos de resgate dos alimentos tradicionais do país; - Mapeamento da cultura alimentar da população brasileira; - Tecnologias Sociais para Segurança Alimentar e Nutricional em grupos populacionais de risco de insegurança alimentar e nutricional; - Tecnologias sociais de produção de alimentos orgânicos. <p>TEMA 2: Cadeia Produtiva de Alimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias para redução de custos e ampliação da eficiência no processamento de alimentos e de novos produtos alimentícios; - Tecnologias de aproveitamento de subprodutos de origem alimentícia na alimentação humana; - Avaliação microbiológica de alimentos e controle de qualidade; - Produção de alimentos funcionais para alimentação humana; - Agregação de valor nutricional aos alimentos tradicionais na sua biodiversidade para ampliação de mercados e geração de novas oportunidades; - Tecnologias sociais de gestão de produtos e processos; - Tecnologias de produção, armazenagem e apresentação dos alimentos comercializados por vendedores ambulantes e pequenos comerciantes. 				

APÊNDICE G - continua

2	2010	Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010 - Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento – CNPq, a Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esse edital reservará recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta.
3	2010	Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n º 36/2010 - Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	Apoiar estudos com a finalidade de trazer elementos de avaliação que possam auxiliar na condução ou indicar ajustes aos programas sociais conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<p>Linha Temática do Edital 36/2010</p> <p>TEMA 1: Assistência Social</p> <p>1.1) Aspecto de implementação, financiamento e avaliação dos efeitos do Benefício de Prestação Continuada (BPC – LOAS) no Brasil;</p> <p>1.2) O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua implantação no contexto federativo do país.</p> <p>TEMA 2: Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>2.1) Aspectos da implantação do SISAN (Câmaras intersetoriais, conselhos, conferências e planos) e sua institucionalização em estados e municípios;</p> <p>2.2) O desenvolvimento de tecnologias para captação de água da chuva para produção e consumo de alimentos de subsistência das famílias no semiárido brasileiro;</p> <p>2.3) Modelos de construção de cisternas para captação de água da chuva para consumo humano.</p> <p>TEMA 3: Bolsa Família – Estratégias para alívio e superação da pobreza</p> <p>3.1) O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) no aprimoramento da qualidade de gestão local do Bolsa Família;</p> <p>3.2) As estratégias de acompanhamento familiar e de gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família;</p> <p>3.3) Bancarização na ampliação do crédito, na aquisição de serviços e no uso de recursos financeiros pelas famílias beneficiárias</p>				

APÊNDICE G - continua

TEMA 4: Inclusão Produtiva

- 4.1) Formas de Gestão para Implantação de Centrais de Intermediação de Profissionais Autônomos;
 4.2) Avaliar os efeitos da implantação de grandes investimentos sobre a população cadastrada: aspectos de inclusão produtiva.

TEMA 5: Integração

- 5.1) Dinâmica demográfica e sua interrelação com políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
 5.2) Analisar a integração entre serviços socioassistenciais, benefícios, transferência de renda e ações de segurança alimentar e nutricional na gestão local das políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
 5.3) Desenvolver e operacionalizar o conceito de territorialidade na promoção de ações integradas de desenvolvimento social;
 5.4) Os Recursos Humanos voltados às políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: segurança alimentar, assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva;
 5.5) O acesso, a implementação e os efeitos dos programas, ações e serviços de Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre povos e comunidades tradicionais;
 5.6) O acesso, a implementação e os efeitos dos programas, ações e serviços de Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
 5.7) A dinâmica familiar, as relações de gênero e as políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

4	2010	Edital MCT/CNPq Nº 49/2010 - REID/Casa Brasil Edital MCT/CNPq nº 49/2010 - Inclusão Digital e Social	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, por meio de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS	Apoiar projetos de extensão inovadora que tenham como suporte as redes informacionais e as tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão digital e social e para o desenvolvimento sustentável local, por meio da disseminação e transferência de tecnologia em contextos comunitários.
---	------	---	---	--

Linha Temática do Edital 49/2010

Caracterizada como projeto de extensão inovadora em uma das áreas temáticas principais: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

APÊNDICE G - continua

5	2010	<p>Edital MDA/SAF/CNPq – Nº 58/2010</p> <p>Chamada 1: Atividades de extensão rural com foco em inovação tecnológica adaptadas e orientadas para a sustentabilidade da atividade produtiva da agricultura familiar nas suas múltiplas dimensões, estimulando a diversificação da produção, a participação dos agricultores familiares, a atuação das organizações envolvidas em redes de parceria e o intercâmbio de experiências.</p> <p>Chamada 2: Implantação e/ou consolidação de Núcleos de Pesquisa e Extensão em Agroecologia nas instituições de ensino, contribuindo para ampliar a produção científica e a extensão rural a partir dos princípios da Agroecologia junto aos agricultores familiares, fortalecendo parcerias com a assistência técnica e extensão rural visando qualificar a formação de professores, alunos e técnicos.</p>	<p>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), por intermédio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e o CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq,</p>	<p>Apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e extensão que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento do País, por meio de seleção de projetos de atividades de extensão rural com foco em inovação tecnológica que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e de projetos que visem à implantação e consolidação de núcleos de Agroecologia nas instituições de ensino, objetivando qualificar a formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, a geração de conhecimentos e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos agricultores familiares.</p>
---	------	--	--	--

APÊNDICE G - continua

Linha Temática do Edital 58/2010

CHAMADA I

- a) Uso de técnicas de manejo em sistemas de produção sustentável de base ecológica;
- b) Tecnologias apropriadas para a convivência, ambientalmente equilibradas, nos diferentes biomas brasileiros;
- c) Uso de tecnologias de baixo custo para captação e tratamento de água;
- d) Processamento de alimentos e plantas medicinais, aromáticas e condimentares da biodiversidade regional;
- e) Apoio a processos de adequação ambiental para a agricultura familiar;
- f) Apoio à processos de sistematização de experiências de organização e legalização para agroindustrialização familiar viabilizando a comercialização;
- g) Tecnologias de energia renovável aplicadas à agricultura familiar;
- h) Uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- i) Dinâmicas sócio-ambientais e estratégia de desenvolvimento rural;
- j) Construção de conhecimentos e de inovação participativa de tecnologias;
- k) Processos de geração de renda de origem não agrícola;
- l) Apoio a grupos visando a implementação de mecanismos participativos de controle para garantia da qualidade orgânica;
- m) Implementação de formas organizativas para acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e Alimentação Escolar;
- n) Apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de agricultores familiares;
- o) Manejo da agrobiodiversidade com ênfase no resgate, caracterização, avaliação, melhoramento, produção e conservação de variedades locais com enfoque participativo e agroecológico;
- p) construção de indicadores de sustentabilidade a partir dos princípios da Economia Ecológica.

CHAMADA II

- a) A proposta deverá evidenciar a existência de articulação entre professores/pesquisadores no âmbito da instituição de ensino proponente, e entre estes com grupos de profissionais e/ou agricultores que atuam em iniciativas de produção/extensão baseadas nos princípios da Agroecologia.
- b) Serão priorizados projetos que incluam a participação de alunos e/ou grupos de alunos, assim como aqueles em cuja concepção destaca-se o caráter interdisciplinar e multidisciplinar e com a integração de diferentes áreas de conhecimento da instituição.
- c) O conceito de Agroecologia a ser adotado como orientador das ações do Núcleo e do conteúdo dos projetos é estabelecido no Estatuto Social da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (www.aba-agroecologia.org.br), conforme apresentado no quadro abaixo. Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis.

APÊNDICE G - continua

6	2010	Edital MCT/CNPq/MEC/FNDE nº 65/2010 - Olimpíadas Científicas	Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Ministério da Educação - MEC, e a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinamentos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.
7	2010	Edital CNPq/CAPES/SEED-MEC nº 76/2010	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação – SEED/MEC	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País. A proposta de pesquisa deve estar claramente caracterizada como pesquisa científica ou tecnológica ou de inovação e relacionada ao uso de laptop em escolas participantes do Programa Um Computador Por Aluno – PROUCA (Fase II) e deve observar as condições específicas estabelecidas na parte II O Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) é uma iniciativa da Presidência da República desenvolvida em conjunto com o Ministério da Educação. Sua finalidade é a de promover a inclusão digital, pedagógica e social mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis em escolas públicas, em escala piloto de teste e avaliação.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE H – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2011

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2011	Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES/SEB nº 25/2011 Apoio à realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Ministério da Educação, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e da Secretaria de Educação Básica – SEB	Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas.
2	2011	Chamada MCTI/CNPq /MEC/CAPES/FNDE nº 24/2011 - Apoio à realização de Olimpíadas Científicas	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Ministério da Educação – MEC, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE I – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2012

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2012	Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério das Cidades – MCIDADES	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que contribuam para o monitoramento, a avaliação e o aprimoramento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e do eixo de Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-Urbanização de Assentamentos Precários), vinculados à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.
<p>Linha Temática do Edital 11/2012</p> <p>As propostas submetidas para apoio deverão priorizar estudos relacionados aos resultados do PMCMV e do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários, devendo enquadrar-se em pelo menos uma das seguintes linhas temáticas:</p> <p>TEMA 1 - Aspectos de desenho, implementação e avaliação do PMCMV:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Qualidade de projetos arquitetônicos e urbanísticos e qualidade construtiva dos empreendimentos produzidos por meio do PMCMV b) Avaliação da execução e dos resultados do Trabalho Social realizado com as famílias beneficiárias do PMCMV c) Mecanismos de cadastramento e controle dos beneficiários do PMCMV d) Impactos sociais e econômicos nas famílias beneficiárias do PMCMV e) Impactos econômicos regionais ou microrregionais decorrentes da implementação do PMCMV f) Impactos urbanos e ambientais dos empreendimentos produzidos por meio do PMCMV <p>TEMA 2 - Aspectos de desenho, implementação e avaliação do PAC-Urbanização de assentamentos Precários:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Aderência entre as soluções propostas no âmbito do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários e os diagnósticos de necessidades existentes b) Relação entre a ocupação humana e o meio ambiente nas intervenções em assentamentos precários do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários c) Avaliação da execução e dos resultados do Trabalho Social no âmbito das intervenções do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários d) Avaliação da produção habitacional no âmbito do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários e) Impactos sociais e econômicos nas famílias beneficiárias do PAC-Urbanização de assentamentos Precários. 				

APÊNDICE I - continua

2	2012	Chamada CNPq/MDA/-INCRA nº 26/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	pesquisa e extensão rural com foco em inovação tecnológica que desenvolvam ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA - geração de conhecimentos, capacitação técnico-profissional e os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos assentados.
3	2012	Chamada CNPq/MDS-SESAN Nº 27/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os projetos deverão promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional, para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal, contemplando os sistemas públicos agroalimentares locais e de alimentação e nutrição de coletividades humanas. Os projetos deverão considerar a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção de alimentação adequada e saudável.

APÊNDICE I - continua

<p>Linha Temática do Edital 27/2012</p> <p>a) desenvolvimento de propostas metodológicas de redes de cooperação técnica voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável que estimulem e integrem a produção, abastecimento e consumo de alimentos produzidos de forma social e ambientalmente sustentável e incluam a valorização e preservação da cultura alimentar;</p> <p>b) desenvolvimento de projetos de intervenção de EAN;</p> <p>c) desenvolvimento de indicadores de monitoramento e avaliação de estratégias de EAN que promovam a intersectorialidade e a participação social, voltadas ao alcance a segurança alimentar e nutricional;</p> <p>d) desenvolvimento de estratégias de educação alimentar e nutricional como eixo condutor e de integração dos sistemas públicos agroalimentares locais;</p> <p>e) desenvolvimento de estratégias e ações de informação, educação e comunicação e mobilização para a promoção da alimentação adequada e saudável para diferentes grupos populacionais e espaços sociais;</p> <p>f) desenvolvimento de tecnologias de educação permanente para formação de multiplicadores na promoção da alimentação adequada e saudável;</p> <p>g) desenvolvimento de tecnologias sociais em EAN voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem potencial de transformação social.</p>				
4	2012	Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA No 32/2012	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, estimulando e fortalecendo a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservará recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta.
5	2012	Chamada CNPq/SPM-PR/SUDECO No 33/2012	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO	Apoiar projetos de extensão inovadora, voltados à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, para suporte a Arranjos Produtivos Locais da região Centro-Oeste que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica em setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, por meio de cursos presenciais de curta duração (máximo de 200 horas), promovendo a interação de instituições de pesquisa e pesquisadores com empresas integrantes dos APLs da região.

APÊNDICE I - continua

6	2012	Chamada MCTI/MEC/MAPA/CNPq N o 46/2012	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC e o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão tecnológica, pesquisa científica e educação profissional para construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, com a implantação ou manutenção de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica ou de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA).
<p>Linha Temática do Edital 46/2012</p> <p>LINHA 1: Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) O NEA tem como objetivo ser um centro de referência para o desenvolvimento rural sustentável e dos conhecimentos e práticas de produção orgânica e de base agroecológica, na área de influência da instituição de ensino, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>LINHA 2: Centros Vocacionais Tecnológicos de Referência por Unidade da Federação (CVT UF) O CVT UF têm como objetivos: Ser um centro de referência para o desenvolvimento rural sustentável e dos conhecimentos e práticas de produção orgânica e de base agroecológica na Unidade da Federação, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão; Ser responsável pela coordenação da rede de NEA's da Unidade da Federação; Articular e integrar ações com o CVT Bioma ao qual está vinculado, formando uma rede de informações e atividades de Núcleos e CVT's em Agroecologia e Produção Orgânica.</p> <p>LINHA 3: Centros Vocacionais Tecnológicos por BIOMA (CVT BIOMA) Os CVT's BIOMA têm como objetivos: Ser um centro de referência para o desenvolvimento rural sustentável e dos conhecimentos e das práticas de produção orgânica e de base agroecológica no BIOMA, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão; Ser responsável pela coordenação da rede de núcleos de estudo e CVT's em Agroecologia e produção orgânica do Bioma. Articular e integrar ações do CVT Bioma, com o(s) CVT's UFs e NEAs que compõem a sua área de abrangência, formando uma rede de informações e atividades de Núcleos e CVT's em Agroecologia e produção orgânica.</p>				

APÊNDICE I - continua

7	2012	<p>Chamada Nº 49/2012 MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES/FNDE - Olimpíadas Científicas</p> <p>Selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnicocientíficas. Poderá ser apoiada também a realização de olimpíadas internacionais no Brasil, em sua fase final, de acordo com as condições estabelecidas neste a Chamada.</p>	<p>Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, e o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE</p>	<p>Selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.</p>
8	2012	<p>Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES N o 50/2012</p> <p>Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Mostras Científicas Itinerantes (em especial planetários móveis) de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas. Além disso, possibilitar a seleção dos melhores trabalhos para participação em Feiras/Mostras Internacionais.</p>	<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Ministério da Educação- MEC, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC</p>	<p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, por meio da realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.

APÊNDICE J – Relação dos editais do CNPq relacionados ao desenvolvimento social no ano de 2013

Qtd.	Ano	Nome	Parceiros	Objetivo
1	2013	Chamada Nº 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras - Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação	Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM-PR e a Petróleo Brasileiro - Petrobras	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil, combatendo a evasão que ocorre principalmente nos primeiros anos destes cursos e despertando o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica.
2	2013	CHAMADA MCTI-CNPq/MDS-SAGI No 24/2013 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, por intermédio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre temas ligados à proteção e ao desenvolvimento social no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e de programas, ações e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

APÊNDICE J - continua

Linha Temática do Edital 24/2013

TEMA 1: Assistência Social

- 1.1) Análise do acesso, atendimento e encaminhamentos das famílias aos serviços socioassistenciais e outros serviços públicos nos municípios brasileiros; 1.2) Avaliação da qualidade dos serviços socioassistenciais e sua relação com a qualificação da gestão, implantação de protocolos e estruturação do Nacional de Capacitação Permanente;
- 1.3) Entidades socioassistenciais, Unidades de abrigamento: caracterização, análise da oferta e efetividade dos prestados;
- 1.4) A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturação organizacional e atribuições dos estados, capacidade de gestão e estruturação de rede serviços nos municípios; 1.5) A Política de Assistência Social no contexto do CRACK - Potencialidades de resposta, desafios e limites; 1.6) A Implementação do Programa Viver Sem Limites; 1.7) Trabalho Infantil e a Política de Assistência Social - Potencialidades de resposta, desafios e limites; 1.8) O SUAS e a perspectiva de gênero no trabalho com famílias; 1.9) O atendimento especializado às mulheres em situação de violência e o acesso as unidades da assistência social na RedeSUAS; 1.10) Identificar, descrever e analisar à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) as estratégias criadas pelos municípios referente ao especializado a populações femininas em situação de violência;
- 1.11) Identificar, descrever e analisar à luz da PNAS as metodologias de acompanhamento especializado e intervenção municipal no enfrentamento as situações de vulnerabilidade e violação de direitos à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais);
- 1.12) Analisar as metodologias de acompanhamento acerca da intervenção municipal no enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.
- 1.13) Acesso, implementação e efeitos dos programas, ações e serviços de Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;

TEMA 2: Bolsa Família – Estratégias para alívio e superação da pobreza

- 2.1) Impactos socioeconômicos das ações das transferências adicionais do Programa Brasil Carinhoso e de complementação de renda do Programa Bolsa Família (PBF) decorrentes de pactuações e articulações federativas;
- 2.2) Efeitos dos recursos transferidos às famílias pelo PBF na economia e local;
- 2.3) Efeitos do Programa Bolsa Família em diversos aspectos das condições de vida de seus beneficiários e contexto de vivência: educação básica, ensino superior, saúde, segurança alimentar, consumo e mercado de trabalho;
- 2.4) Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida da população do Semiárido Brasileiro no contexto de agudização da Estiagem e Seca no período recente;
- 2.5) Caracterização dos egressos do Programa Bolsa Família, atributos pessoais, contexto regional, trajetória ocupacional;
- 2.6) Gestão intersetorial e federativa das condicionalidades do PBF;
- 2.7) Avaliação do padrão de consumo dos beneficiários do PBF: estudos de caso em grupos populacionais específicos e povos/comunidades tradicionais; 2.8) Análise de estratégias de busca ativa e inclusão de famílias residentes em agrupamentos subnormais e áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica no Cadastro Único para Programas Sociais nas diferentes regiões brasileiras;
- 2.9) Cotidiano e estratégias de sobrevivência das famílias cadastradas que fazem parte do 1o e 2o quintis de renda familiar per capita do Cadastro Único;
- 2.10) Relações de Gênero no PBF em diferentes contextos regionais;
- 2.11) Análise da cobertura do Programa Bolsa Família na mídia impressa, televisiva e Internet;
- 2.12) Gestão do Cadastro Único, estratégias de busca ativa, atualização cadastral e desligamentos.

APÊNDICE J - continua

TEMA 3: Inclusão Produtiva

- 3.1) Avaliar o acesso, a implantação e os efeitos de ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Programa de Microcrédito Produtivo e do Microempreendedor Individual e outras estratégias de inclusão produtiva urbana para a população do PBF e Cadastro Único;
- 3.2) Avaliar o acesso, a implantação e os efeitos de ações de fomento, assistência técnica, bolsa verde e outras estratégias de inclusão produtiva rural para a população do PBF e Cadastro Único;
- 3.3) Avaliar acesso a serviços de intermediação de mão de obra e estratégias de busca de trabalho de população de baixa renda e inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal;
- 3.4) Identificar, analisar e avaliar experiências e programas de Inclusão Produtiva nos Estados e Municípios, voltados para população de baixa renda;
- 3.5) Inclusão produtiva de mulheres de baixa renda e de povos e comunidades tradicionais.

TEMA 4: Segurança Alimentar e Nutricional

- 4.1) Avaliar o acesso, implantação e efeitos da ampliação da oferta de Cisternas para consumo humano e produção rural no Semiárido Brasileiro;
- 4.2) Avaliar a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos e seus efeitos para agricultura familiar, entidades receptoras de alimentos e públicos atendidos;
- 4.3) Avaliar os efeitos dos programas e ações de Segurança Alimentar na redução da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional no Brasil;
- 4.4) Aspectos da implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (Câmaras intersetoriais, conselhos, conferências e planos) e sua institucionalização em estados e municípios;
- 4.5) Avaliação de intervenções para promoção da alimentação adequada e saudável que estimulem o consumo de alimentos produzidos de forma social e ambientalmente sustentável e incluam a valorização e preservação da cultura alimentar;
- 4.6) Avaliação de experiências na área de abastecimento alimentar, com base no fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da agroindústria familiar;
- 4.7) Avaliação de projetos e ações de aplicação de tecnologias sociais inovadoras voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, junto a povos e comunidades tradicionais;
- 4.8) Desenvolvimento de instrumentos, metodologias e ações de monitoramento de políticas e programas de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito local;
- 4.9) Gênero e Segurança Alimentar e Nutricional; 4.10) Estudos sobre a volatilidade de preços e seus determinantes no contexto nacional e internacional; 4.11) Insumos e desenvolvimento de metodologias para a construção de cenários prospectivos da produção, oferta e preço de alimentos no Brasil e seus impactos na segurança alimentar e nutricional.

TEMA 5: Temas transversais e Ações de integração de políticas de desenvolvimento social

- 5.1) Articulação federativa e intersetorial no Plano Brasil Sem Miséria e Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: dificuldades, avanços e perspectivas;
- 5.2) Caracterização e efetividade de planos estaduais e municipais de desenvolvimento social e combate à pobreza;
- 5.3) Impactos das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria na redução da pobreza monetária, de acesso a serviços e de acesso a oportunidades de inclusão produtiva;
- 5.4) Dinâmica demográfica (envelhecimento, fecundidade e migração) e sua inter-relação com políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
- 5.5) Integração entre serviços socioassistenciais, benefícios, transferência de renda e ações de segurança alimentar e nutricional na gestão local das políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
- 5.6) Desenvolver e operacionalizar o conceito de territorialidade na promoção de ações integradas de desenvolvimento social;

APÊNDICE J - continua

- 5.7) Estudo sobre a evolução e qualificação dos recursos humanos voltados às políticas de desenvolvimento social e combate à fome: segurança alimentar, assistência social, transferência de renda e inclusão produtiva;
- 5.8) Acesso, implementação e efeitos dos programas, ações e serviços de desenvolvimento social e combate à fome entre povos e comunidades tradicionais; 5.9) O acesso, a implementação e os efeitos dos programas, ações e serviços de desenvolvimento social e combate à fome entre pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
- 5.10) A dinâmica familiar, as relações de gênero e as políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- 5.11) Atuação do controle social nas políticas de desenvolvimento social e combate à fome: possibilidades, limites e desafios;

TEMA 6: Economia e financiamento das Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 6.1) Financiamento das ações, serviços e benefícios socioassistenciais, de segurança alimentar e nutricional, de transferência de renda e de inclusão produtiva ofertados pelos municípios (composição dos gastos, fontes orçamentárias e participação dos entes federados);
- 6.2) Avaliação econômica das ações, serviços e benefícios socioassistenciais, de segurança alimentar e nutricional, de transferência de renda e de inclusão produtiva: (a) desenvolvimento de metodologias de apropriação de custos, (b) a análise de custo-efetividade de diferentes estratégias de provisão de serviços; (c) a análise de custo benefício de alguns investimentos;
- 6.3) Análises comparativas dos custos de gestão dos programas, ações e serviços sob responsabilidade do MDS, considerando as especificidades geográficas e sociais.
- 6.4) Aplicação de Análise Envoltória de Dados e outras técnicas de Pesquisa Operacional voltados a análise da eficiência e custo-efetividade dos serviços socioassistenciais.

TEMA 7: Análise de dados secundários das bases sociais disponíveis no MDS e outros estudos

- 7.1) Estudos avaliativos usando as bases de dados geradas por pesquisas contratadas pela SAGI1, usando metodologias quantitativas e Análise Estruturada de Textos;
- 7.2) Estudos de compilação e Meta-avaliações de Programas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil e de outros países;
- 7.3) Estudos avaliativos utilizando as bases obtidas do SICON - Sistema de Controle de Condicionalidades:
 - a) Resultados das condicionalidades de educação e/ou saúde do PBF e implicações em indicadores destas áreas e nas trajetórias dos beneficiários;
 - b) Análise dos efeitos dos descumprimentos das condicionalidades do PBF (advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento) na trajetória de acesso das famílias aos serviços de educação e saúde;
 - c) Análise de indicadores municipais do Programa Bolsa Família com o uso do Painel de indicadores de condicionalidades.

APÊNDICE J - continua

3	2013	<p>Chamada Nº 45/2013 – MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES</p> <p>Apoiar a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas. Poderá ser apoiada também a realização de olimpíadas internacionais sediadas no Brasil.</p>	<p>Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS e o Ministério da Educação -MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES</p>	<p>Selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito Nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio, para identificar jovens talentosos que podem ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas. Poderá ser apoiada também a realização de Olimpíadas Internacionais sediadas no Brasil , em sua fase final, de acordo com as condições estabelecidas nesta Chamada</p>
---	------	---	---	--

APÊNDICE J - continua

4	2013	<p>Chamada Nº 46/2013 - MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES</p> <p>Apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Mostras Científicas Itinerantes (em especial planetários móveis) de âmbito nacional, estadual e municipal/distrital, como um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas. Além disso, possibilitar a seleção dos melhores trabalhos para participação em Feiras/Mostras Internacionais</p>	<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS e o e o Ministério da Educação – MEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES</p>	<p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, por meio da realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas.</p>
5	2013	<p>Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq</p>	<p>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio de parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e Ministério da Educação – MEC</p>	<p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção, compreendendo a implantação ou manutenção de um Núcleo de Estudo em Agroecologia ou de um Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, ou implantação de um Centro Vocacional Tecnológico ou, ainda, a criação de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia.</p>

APÊNDICE J - continua

6	2013	Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq Nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq	Apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica, extensão e/ou ensino que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN. Os objetivos específicos da ação são: a) Identificação e fomento a núcleos e grupos de ensino, pesquisa, extensão nas cinco regiões brasileiras com expertise na área de segurança alimentar e nutricional que possam apoiar a geração e difusão de conhecimento e tecnologias na área; b) Integração da pesquisa científica em Segurança Alimentar e Nutricional - SAN à Política na mesma área, de modo a estimular que a produção do conhecimento considere as necessidades sociais e da gestão, e o conhecimento produzido na academia possa promover o desenvolvimento social, a segurança alimentar e nutricional, a inclusão social; c) Formação de rede de instituições que promovam intercâmbio de conhecimento e tecnologias e monitoramento contínuo da situação de segurança alimentar e nutricional, incluindo a produção da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e compras institucionais até um consumo saudável.
<p>Linha Temática do Edital 82/2013 LINHA 1: EDUCAÇÃO E SISTEMAS SUSTENTÁVEIS E DESCENTRALIZADOS DE PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS, CONSIDERANDO EXTRAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA E TECNOLOGIAS DE BASE AGROECOLÓGICA LINHA 2: EDUCAÇÃO E ATENÇÃO NUTRICIONAL ARTICULADO A AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL</p>				
7	2013	CHAMADA MCTI-SECIS/CNPq No 84/2013 – TECNOLOGIA ASSISTIVA	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa sobre tecnologia assistiva, notadamente oriundos de Núcleos de Tecnologia Assistiva da Rede Nacional de Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva, com a finalidade precípua de desenvolvimento e entrega de produtos ou serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

APÊNDICE J - continua

Linha Temática do Edital 84/2013

Tecnologia Assistiva, em acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) instituído pela Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006, "é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão Social.

ÁREA MACRO 1: Auxílios para a vida diária e vida prática Materiais e produtos que favorecem desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais.

Incluem-se nesta área recursos de atividades de vida prática utilizados no apoio às ações na escola.

ÁREA MACRO 2: CAA - Comunicação Aumentativa e/ou Alternativa. Destinada a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever.

ÁREA MACRO 3: Recursos de acessibilidade ao computador Conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras. Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída.

ÁREA MACRO 4: Sistemas de controle de ambiente. Através de um controle remoto, as pessoas com limitações motoras podem ligar, desligar e ajustar aparelhos eletro-eletrônicos como a luz, o som, televisores, ventiladores, executar a abertura e fechamento de portas e janelas, receber e fazer chamadas telefônicas, acionar sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores.

ÁREA MACRO 5: Projetos arquitetônicos para acessibilidade Projetos de edificação e urbanismo que garantem acesso, funcionalidade e mobilidade a todas as pessoas, independente de sua condição física, intelectual e sensorial. Neste caso será considerado, para efeito de obtenção do apoio, o desenvolvimento de novos equipamentos ou recursos que garantam aos deficientes uma mobilidade independente no interior de suas residências, respeitando os princípios do desenho universal.

ÁREA MACRO 6: Órteses e próteses Próteses são peças artificiais que substituem partes ausentes do corpo. Órteses são colocadas junto a um segmento corpo, garantindo-lhe um melhor posicionamento, estabilização e/ou função.

ÁREA MACRO 7: Adequação Postural Projetos de adequação postural são compostos pela seleção de recursos que garantam posturas alinhadas, estáveis, confortáveis e com boa distribuição do peso corporal. Os recursos de adequação postural auxiliam na prevenção de deformidades corporais.

ÁREA MACRO 8: Auxílios de mobilidade Equipamento ou estratégia utilizada na melhoria e autonomia da mobilidade pessoal.

ÁREA MACRO 9: Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas.

Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas.

ÁREA MACRO 10: Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com déficit auditivo,

surdez e surdo-cegueira. Auxílios para ampliação da habilidade auditiva e para autonomia na comunicação de pessoas com déficit auditivo, surdez e surdo-cegueira.

ÁREA MACRO 11: Adaptações em veículos Acessórios e adaptações que possibilitam uma pessoa com deficiência física dirigir um automóvel.

ÁREA MACRO 12: Esporte e Lazer. Recursos que favorecem a prática de esporte e participação em atividades de lazer.

APÊNDICE J - continua

8	2013	Chamada MCTI/CNPq/SECIS no 85/2013 – Apoio à criação e ao desenvolvimento de Centros e Museus de Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS	Selecionar propostas para apoio financeiro a espaços científico-culturais, como centros e museus de Ciência e Tecnologia, planetários, jardins zoobotânicos e instituições similares voltadas à promoção de atividades de divulgação científica que valorizem a interatividade, segundo as prioridades, condições e linhas temáticas definidas nesta Chamada.
<p>Linha Temática do Edital 85/2013</p> <p>Linha 1: Adaptação de ambientes e desenvolvimento de projetos para novos espaços científico-culturais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Adaptação de ambientes para implantação de novos espaços científico-culturais, como museus e centros de CT&I, planetários, observatórios, jardins zoobotânicos, parques de ciência, etc; 2. Desenvolvimento de projetos arquitetônicos, de projetos museológicos e de projetos de implantação de novos espaços científico-culturais; <p>Linha 2: Outras atividades envolvendo espaços científico-culturais</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Modernização, aprimoramento, desenvolvimento de projetos ou expansão de espaços científico-culturais existentes, como museus e centros de CT&I, planetários, observatórios, jardins zoobotânicos, parques de ciência, etc; 4. Produção, aprimoramento ou aquisição de experimentos interativos para museus e centros de ciências; 5. Aquisição, adaptação ou melhoria de veículos destinados a projetos de ciência itinerante (tipo “Ciência Móvel”), bem como equipamentos para este tipo de atividade; 6. Produção de exposições de curta, média ou longa duração, organizadas por eixos temáticos, campos ou áreas do conhecimento. As exposições poderão ser fixas ou itinerantes e deverão, preferencialmente, conter elementos interativos; 7. Desenvolvimento de projetos de educação e/ou divulgação científica em museus ou espaços científico-culturais, que favoreçam e promovam a interação entre ciência, cultura e arte; 8. Elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, produção de material de divulgação em diferentes formatos e mídias; 9. Elaboração, desenvolvimento e aplicação de pesquisas, de processos de avaliação e de metodologias inovadoras para uso em museus e centros de CT&I; 10. Desenvolvimento e implantação de tecnologias assistivas (voltadas para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida) em espaços científico-culturais; 11. Promoção de programas de formação de comunicadores da ciência, mediadores, profissionais, técnicos e auxiliares, através de cursos, estágios, visitas técnicas no país. 				

APÊNDICE J - continua

9	2013	MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N°89/2013	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil. São objetivos desta chamada: a) Construir referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários - EES pós-incubação; b) Estimular o desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articulados a processos de desenvolvimento territorial e regional; c) Desenvolver processos de incubação de EES e/ou de redes de cooperação; d) Capacitar, no âmbito da economia solidária, docentes, técnicos, discentes e participantes dos projetos incubados; e) Promover a articulação entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de tecnologia social e as políticas públicas de fomento à economia solidária.
<p>Linha Temática do Edital 89/2013 Linha A: Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária. Linha B: Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária.</p>				
10	2013	MCTI/CNPq/SECIS N° 90/2013 - Difusão e Popularização da Ciência	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS	Apoiar a realização de projetos e eventos de difusão, popularização e educação científica junto à sociedade brasileira, em universidades, instituições de pesquisa e ensino, museus, centros de ciência, planetários e outros espaços científico-culturais, fundações, entidades científicas e instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação. Trata-se de incentivar atividades que propiciem a difusão e a popularização da ciência e tecnologia junto à sociedade brasileira, prioritariamente as atividades realizadas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014 ou a ela relacionadas, além de outras iniciativas que promovam a divulgação científica e a melhoria da qualidade do ensino em ciências, voltadas à população em geral.

APÊNDICE J - continua

Linha Temática do Edital 90/2013

- 1 - Promoção de eventos, cursos, oficinas, mostras, exposições, concursos e outras atividades de divulgação científica para o público em geral ou setores específicos, com prioridade para as atividades realizadas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014 ou a ela relacionadas;
- 2 - Elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, experimentos, etc;
- 3 - Produção de conteúdos de divulgação científica e tecnológica destinados aos diferentes meios de comunicação como jornais, revistas, rádio, TV e internet.
- 4 - Realização de pesquisas e avaliações sobre a comunicação pública da ciência, sobre os resultados das atividades de educação científica não formal (como na mídia e nos espaços científico-culturais), e sobre as percepções, atitudes e conhecimentos acerca da ciência do público geral e, em particular, de jovens e professores da educação básica.
- 5 - Produção e distribuição de material didático tais como livros, cartilhas, jogos, softwares, vídeos, revistas, mídias em geral, experimentos e materiais impressos.
- 6 - Realização de atividades de divulgação e produção de materiais sobre história da Ciência no Brasil.

11	2013	Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 - Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões	Ministério do Esporte – ME e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	a) Estimular a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte em todas as suas dimensões; b) Incentivar a constituição e desenvolvimento de grupos de pesquisa; c) Estimular o desenvolvimento, aplicação e transferência de metodologias e tecnologias inovadoras voltadas ao esporte como instrumento de desenvolvimento social; d) Apoiar projetos de pesquisa voltados ao acompanhamento e à avaliação das políticas públicas de Esporte; e) Estudar o impacto da realização dos megaeventos esportivos na perspectiva da compreensão do legado social, educacional e econômico; f) Contribuir para o avanço científico, tecnológico e de inovação do Esporte nacional.
----	------	--	---	---

Linha Temática do Edital 91/2013

Produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação relacionados à área do Esporte nas dimensões voltadas a

- Linha 1 - Legados dos Megaeventos Esportivos
- Linha 2 - Políticas Públicas e Gestão no Esporte e Lazer
- Linha 3 - Esporte de Alto Rendimento
- Linha 4 - Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social
- Linha 5 - Equipamentos para Esporte e Lazer
- Linha 6 - Saúde e Medicina Esportiva

APÊNDICE J - continua

12	2013	Chamada MEC/SETEC/CNPq N ^o 94/2013 - APOIO A PROJETOS COOPERATIVOS DE PESQUISA APLICADA E DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	<p>Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País de pesquisadores vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e às Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (doravante designadas instituições proponentes) para apoio financeiro a projetos cooperados com o setor produtivo (aqui designadas como instituições parceiras), alinhados as características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. São objetivos específicos desta chamada: a) selecionar projetos cooperados entre Institutos Federais e instituições parceiras com foco em pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação (PD&I), podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, que visem o aumento da competitividade do setor produtivo, contribuindo para o incremento dos investimentos empresariais em atividades de P,D&I e para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias que promovam a inclusão produtiva e social; b) selecionar projetos cooperados entre Institutos Federais ou Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e instituições parceiras com foco na extensão tecnológica, podendo envolver o trabalho em rede entre instituições proponentes, no atendimento as demandas tecnológicas das instituições parceiras que venham a contribuir para fortalecer os arranjos produtivos locais e o aumento da competitividade das empresas por meio de projetos que desenvolvam ações de diagnóstico, consultorias, análises, ensaios e serviços tecnológicos. Nessa linha são contempladas ações de difusão tecnológica por meio da nucleação de grupos de professores e alunos para a organização de competições locais e participação em competições.</p>
<p>Linha Temática do Edital 94/2013 Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energia Renovável; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Indústria Naval; Metal-mecânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Educacionais; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Tecnologias para Sustentabilidade; Têxtil/Vestuário.</p>				

Fonte: Elaborado pela autora com base nos arquivos dos editais/chamadas públicas analisados âmbito deste trabalho.